



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

RICARDO CESAR DE OLIVEIRA BORGES

**A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
SUB-REGIÃO SERRANA (CORREDOR VERDE) NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE**

FORTALEZA – CEARÁ

2015

RICARDO CESAR DE OLIVEIRA BORGES

A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
SUB-REGIÃO SERRANA (CORREDOR VERDE) NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Borges, Ricardo Cesar de Oliveira.

A relação entre o turismo e o desenvolvimento local na sub-região serrana (corredor verde) no Maciço de Baturité-CE [recurso eletrônico] / Ricardo Cesar de Oliveira Borges. – 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 178 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientação: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro.

1. Desenvolvimento Local. 2. Turismo. 3. Maciço de Baturité. 4. Área de Proteção Ambiental. 5. Gestão Territorial. I. Título.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA SUB-REGIÃO SERRANA (CORREDOR VERDE) NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE."

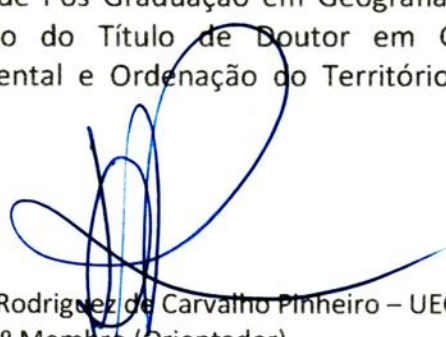
Data da Defesa: 21/08/2015

Nome do Autor: Ricardo César de Oliveira Borges

Nome do Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro – UECE

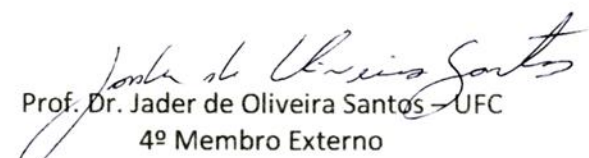
Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:


Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro – UECE
1º Membro (Orientador)


Profª. Drª. Cilda Maria Cerqueira Damasceno – UECE
2º Membro Interno


Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos – UECE
3º Membro Interno


Prof. Dr. Jader de Oliveira Santos – UFC
4º Membro Externo


Profª. Drª. Rúbia Valério Naves de Souza - IFCE
5º Membro Externo

Aos meus pais, Cesar (*in memoriam*) e Rosemary Borges, que sempre me apresentaram as “trilhas” por onde percorrer e desbravaram caminhos pretéritos para a minha formação, aconchego, carinho, amor, ser humano e segurança; e

À minha esposa, Vívyann, e aos meus filhos, João Vítor e Pedro Cesar, que sempre me apresentam os “trilhos” por onde percorro e ainda percorrerei da justiça, da paz, do carinho, do trabalho, da ética e do amor, com muita simplicidade, humildade e generosidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte infinita de misericórdia, onipotente e onipresente desde a minha concepção até o meu último respirar, agradeço-Lhe principalmente nos momentos em que eu insistia em não Lhe ver, pois foram os mesmo em que o Senhor me carregou no colo.

Aos meus pais, pela vida, pelo amor, pelo carinho, pela minha formação, pela minha segurança. Reconheço sua singular e tempestiva passagem no meio de nós, Papai, contudo, foram anos exemplares de família, trabalho e atenção com todos os que o rodearam. Mamãe, meu Arcanjo Terrestre (eu tenho certeza!), agradeço sua atenção grandiosa, dedicação de uma vida inteira e cuidados até hoje na medida para a consolidação de um filho dedicado, um homem justo, um marido amoroso, um pai exemplar e um profissional abnegado.

Aos meus irmãos, Alexandre, Gleydson, Cesar Junior, cunhadas Monica, Luciana e Elisia, e às minhas sobrinhas, Tatiana, Ana Julia, Alícia, Tarcila (E AFILHADA QUERIDA), Amanda e Ingrid, tesouros da minha vida que não me pertencem pelo simples fatos de existirem, sou-lhes grato pelas palavras de incentivo, pelas horas ausentes (in)justificadas, pelos ensinamentos com ações, olhares e pela amizade, solidariedade e confiança no meu caminhar. Sem cada um de vocês, o percurso seria mais difícil.

Aos meus avós paternos Edmilson (*in memoriam*) e Nilce e avós maternos Antônio e Onelisa, pelo exemplo de amor para com a família e retidão profissional, sou-lhes grato pelo aconchego do lar, pelos finais de semana que reforçam a minha solidariedade e amizade, pelos ensinamentos que reforçam a minha confiança e por realizar maravilhas na minha vida que, despretensiosamente, me faziam seguir em frente.

À minha família, em especial, meus tios, meus primos, meus afilhados, e, principalmente, senhor Ari Bezerra (meu sogro), senhora Vilani Nogueira (minha sogra), ao Jorge Ary e Juliana, ao Paulo e Vivianne e minha Sobrinha e Afilhada Maria “Duda” Eduarda, ao Davi e Virllane e Vyrna, muito obrigado pelo carinho, apoio, atenção para comigo, para com minha esposa e para com os meus filhos. Todo o tempo que vocês dedicavam à Vívyann, ao João e ao Pedro na minha irreparável ausência, a mim me dedicavam para concluir essa tese. Sem vocês, eu não chegaria a metade do que fiz.

Aos professores da banca examinadora, pelos comentários, pelo material cedido, pelas horas de leitura e correção de um trabalho que não se acaba, contudo, encerra um ciclo de uma cadeia infinda. Sou-lhes grato, em especial pelos docentes Prof. Dr. Fabio Perdigão Vasconcelos, que esteve comigo em diversos momentos no âmbito acadêmico-profissional e

peçoal sempre com uma palavra amiga e motivadora, o que lhe é particular, e Prof. Dr. Francisco Amaro de Alencar, pela participação na qualificação desta tese e sua visão ímpar.

À Universidade Estadual do Ceará (não nasci aqui, mas aqui que fui criado!), minha gratidão e meu respeito a uma Instituição que desde 07 de dezembro de 1998 me acolhe, me forma, me amadurece e me espera(?!). Seus campi, seus corredores, seus laboratórios, sua biblioteca, ..., possuem espaço cativo no meu coração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologias da UECE, o meu abraço e o meu agradecimento. Receber um “estrangeiro” em casa só se faz com muita segurança e credibilidade e graças às duas décadas do Mestrado em Geografia, isso pôde acontecer. Em especial, as queridas amigas Julia e Adriana, pelas idas e vindas, pelos cafés e documentos, pelo carinho com o qual indistintamente sempre me foi dispensado, pela competência em acompanhar o ProPGEO, o meu muito obrigado.

Ao campus da UECE em Pacoti e sua estação ecológica que sempre me recebeu de portas abertas pela Pró-reitora de Extensão, na pessoa da Professora Dra. Lúcia Helena Fonseca Grangeiro, muito agradecido pela acolhida e pela disponibilidade sem as quais esta pesquisa obteria um grau de dificuldade maior.

Aos Professores do ProPGEO, em especial, Prof. Marcos de Souza, Profa. Zenilde Amora, Profa. Ana Maria, Prof. Elmo Vasconcelos, Profa. Luzia Neide, e demais, pelos ensinamentos generosamente adquiridos, transformados e doados, pelo convívio em sala de aula e no campo e pelo tratamento cordial que é marca de cada um, agradecido.

Ao meu caro Orientador, Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, que desde o primeiro momento (e e-mail) manifestou disponibilidade na minha instrução, que não mediu esforços para a consolidação de um pesquisador, que recomendou os melhores trabalhos independente de língua com o único objetivo de aprimorar a tese e minha formação, que contribuiu desmedidamente no meu campo intelectual e pessoal, que compreendeu minhas limitações e as do campo em prol de uma tese exequível, que auxiliou pessoalmente na aplicação do marco teórico, no arcabouço metodológico, com o instrumento de pesquisa e na consecução dos resultados, que oportunizou o estímulo necessário no cotidiano da pesquisa e, principalmente, nas dificuldades em que eu encontrava, que generosamente me possibilitou conhecer uma pessoa que, assim como eu, vive da Educação e dela quer o melhor (pois ela pode dar sempre mais). Prof. Daniel, sou-lhe grato pelos vários momentos em que eu mesmo havia desistido (pois sempre é mais fácil apesar das consequências) e o senhor não. Notadamente sou-lhe grato pela simplicidade com a qual o senhor com toda a sua capacidade se faz homem para diuturnamente ensinar a quem quer. Muito obrigado!

Aos docentes convidados e/ou que obtive disciplina complementar, Dr. Everaldo Melazzo (UNESP), Dr. Jose da Silva (UFC) e Dra. Maione Rocha (UECE) pela aprendizagem e convívio nas informações e nas disciplinas, pelas críticas e sugestões de melhorias em cada trabalho; em especial ao Dr. Eustógio Dantas (UFC) pela generosa e rica doação de conhecimentos, informações e direcionamentos na disciplina Seminário de Tese.

Aos colegas de curso de doutorado, em especial ao Clairton Ciarlini, Cleidinilson Cunha, Cristiane Feitosa, Keila Andrade, Laura Mary, Marco Túlio, Tereza Sandra e (a eterna Grande Líder!) Glauciana Teles, pelo caminhar salutar, por sermos os pioneiros e pela responsabilidade de cada vez mais elevar a qualidade do ensino e da pesquisa geográfica, meus sinceros agradecimentos e corriqueiras saudades.

Aos colegas do curso de mestrado, turma 2011, em especial, Abner Monteiro, Augusto Guthiere, Carlos Josué, Emanuel Lindemberg, Eudes Leopoldo, Fabrício Américo, Felipe Silveira, Gilda Rodrigues, Sharon Dias e (principalmente) Karla Monise, por dividirem o “campo” comigo, pelo caloroso acolhimento quando o mesmo não era generalizado e pela convivência sem distinção dentro do mesmo *Strictu Sensu*. Muito Obrigado pela parceria, pela Atenção, pelo Suor no Campo, pelo Sol na Cabeça, pela Dor na Panturrilha, pelas Risadas e tudo demais que está guardado nos apontamentos de Baturité e nos nossos Corações.

Ao querido Administrador Emanuel Renato Andrade Ferreira, que foi fundamental no primeiro ano do meu trabalho, com sua prontidão, pontualidade, competência e retidão, entre outros, no apoio da pesquisa e no campo de estudo. Colega (saudades!), você está mais do que preparado para todos e quaisquer mercados da sua vida, você faz o mercado acontecer.

Ao amigo e Economista Alexander Alves Junior, por aquele telefonema que gerou tudo isso, você foi o *start* para todo o processo e sem a sua atenção e carinho, eu certamente teria seguido outro caminho. Grato pela amizade e parceria de duas décadas.

Aos meus alunos, ex-alunos e orientandos, pelo suporte operacional na pesquisa.

Aos companheiros de campo, Mário e Ingrid, em especial, além do prazer de lhes conhecer, sou-lhes grato pelo apoio no campo e no tratamento dos dados primários.

Aos munícipes das cidades pesquisadas, pois sem vocês este trabalho não seria concluído. Grato pelo tempo destinado e pelas respostas objetivas.

À Professora Yvani Gurgel e a DK Digitações, na pessoa do Felipe, que carinhosamente e cuidadosamente revisaram todo o meu texto, lapidaram a escrita e aprimoraram a formatação. Essa cumplicidade vem de longe e não tem data para acabar.

À minha esposa, Vívyann, e aos meus filhos, João Vítor e Pedro Cesar, (...puxa... por onde começar...). Sabemos que a tese nos levou diversas oportunidades, inclusive três bons

empregos, carreira promissora com ótimas perspectivas, mas o futuro se faz agora e reconhecemos que somos nós os agentes desse futuro. Sabemos que a tese quase nos levou a loucura na sua forma mais insana, modificou o nosso comportamento e nossa rotina, todavia, a única certeza ser a incerteza em um longo e abençoado processo. Sabemos que a tese oportunizou o desconhecido, por vezes o mal, em diversos momentos a inquietude e quase nos isolamos, não obstante em Deus nos reforçamos, nos reconstruímos e nos alimentamos. Sabemos que a tese fez tudo isso e nada disso. Foi origem e destino ao mesmo tempo, ela foi meio e fim. Um fim em si mesma que jamais poderia interferir no lugar em que Deus escolheu e ungiu. É Ele quem escreve, é Ele quem determina, é a Ele toda a glória e o louvor; este trabalho é somente: uma tese.

Sou-lhe grato por todas as noites mal dormidas. Sou-lhe grato pelo exemplo de mulher. Sou-lhe grato por todas as vezes ao meu lado, que mesmo sem saber, você estava para o que der e vier. Sou-lhe grato pela esposa e pela de mãe que és, sou-lhe grato pelos nossos dois filhos, mais bonitos, mais educados e mais cheirosos que eu podia ter, sou-lhe grato por tudo o que já vivemos, a agradeço desde já o que ainda vamos viver.

Neste ano, quase 23 anos juntos, tenho plena consciência da minha formação e do berço, de onde vim e o que fiz para chegar a esse dia, de cada rosto e cada caminhar para atingir os nossos objetivos e olho para trás, não com saudade, mas como aprendizado. Para frente e com você, Vívyann, não sei aonde posso chegar, pois o futuro será um divino e doce caminho que, com João e Pedro, iremos percorrer, lado-a-lado, cúmplices, amantes, enamorados e cientes da nossa passagem e responsabilidades por aqui. Você é meu passado, presente e futuro, pois você é minha história e o meu caminhar. Você é meu Ar!

João Vítor e Pedro Cesar, papai, além de amar muito vocês e ter se tornado uma pessoa melhor desde 06/10/2008 e 28/07/2010, respectivamente, agradece muito a vocês pelos beijos, pelas brincadeiras, pelas massagens, pelo riso, pelo carinho, pelo olhar, pelas palavras, pelos finais de semanas, pelos banhos de piscina, pelos filmes, pelas comidinhas, ... enfim, por vocês existirem. Agradeço ao Senhor pelas minhas duas Bênçãos uma vez que são personificações dos anjos na minha vida e me fazem, a cada respirar, pensar em ser um ser humano melhor.

Aos demais, de forma indireta ou direta, inclusive a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) por me receber, mesmo sem saber, nos momentos finais da minha tese, que contribuíram para a realização deste sonho.

Eu não sou Geógrafo, sou um ser Geográfico.

Adm. Ricardo Cesar de Oliveira Borges.

RESUMO

O objetivo primário desta investigação é examinar a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Sub-Região Serrana (Corredor Verde) da Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité formada por cinco municípios, Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia. A investigação possui como recorte espacial a Sub-Região Serrana (Corredor Verde) no Enclave Sub-Úmido no Maciço de Baturité segundo o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) da Área de Proteção Ambiental (APA) no Ceará. Como recorte temporal foi utilizada a última meia década para a investigação. Como recorte teórico foi operacionalizado o conceito de Desenvolvimento Local aplicada ao Turismo (PINHEIRO, 2012; PINHEIRO *et al* 2014). Os métodos e técnicas de pesquisa atenderam a natureza quanti-qualitativa com tipologias exploratória e descritiva, quanto aos fins, bibliográfica e de campo, quanto aos meios (VERGARA, 2009). O instrumento de pesquisa aplicado a 522 pessoas de forma aleatória por conveniência (RICHARDSON, 2011) no objeto do estudo foi tratado por meio da Análise de Discurso (BARDIN, 1977), de Análise de Conteúdo (RICHARDSON, 2011) e de forma estatística com o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 17 e análise fatorial. Os resultados encontrados apontam para o Turismo e sua relação com o Desenvolvimento Local emergem naturalmente e empiricamente. A relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local apresenta-se em um primeiro momento de autonomia e de interdependência. Fatores como os Serviços Urbano-Ambientais a citar a segurança pública e a presença da polícia relacionam positivamente o Turismo e o Desenvolvimento Local. Percebe-se também a interdependência da relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local na boa avaliação dos transportes e na diminuição do desmatamento. Outro fator diretamente proporcional e positivo foi registrado no Fator Emprego e Rendimentos. O comércio melhora com o aumento do turismo que oportuniza melhoria da qualidade na prestação dos serviços de bares, restaurantes, pousadas, hotéis e serviços de transporte, assim como diminuiu a dependência das pessoas em relação aos benefícios federais. Todavia no Fator Educação Profissionalizante e Lazer não se percebe a relação direta entre o Turismo e o Desenvolvimento Local, pois a educação profissional é realizada pela circunvizinhança ou na capital e o lazer ou “brincadeira” como se chama é limitada ao uso do álcool uma vez que a cidade “funciona” nos finais de semana. Outros fatores como agricultura, aposentadoria rural, exploração sexual, gravidez precoce, consumo de drogas lícitas e ilícitas, roubos e furtos, esgotos nas residências, preconceitos contra os nativos, calçamentos, estradas e limpeza urbana foram analisados para concluir que a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local é mais do que direta; é uma certeza! Um prejuízo sem precedentes em virtude das belezas naturais, da qualidade da culinária, do clima que se diferencia da capital do Estado, da oportunidade das práticas desportivas, da cultura existente em cada município, da religiosidade que se respira e demais prazeres e afazeres (ou não) que o objeto de estudo tem.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Turismo. Maciço de Baturité. Área de Proteção Ambiental. Gestão Territorial.

ABSTRACT

The primary objective of this investigation is to examine the relation between the Tourism with the Local Development in the mountainous sub region (Green Aisle) of the Environmental Protection Area at the mountain range of Baturité, constituted by five towns: Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, and Palmácia. The investigation has as spatial cutout the mountainous sub region (Green Aisle) at the mountain range of Baturité according to the Regional Development Plan (RDP) of the Environmental Protection Area (EPA) in Ceará. As temporal cutout, it was used the last half decade for investigation. As theoretical cutout it was used the concept of Local Development applied to Tourism (PINHEIRO, 2012; PINHEIRO et al 2014). The methods and techniques of research attended the quanti-qualitative nature with exploratory and descriptive typologies, as to the purposes, bibliographic and field, as to the means (VERGARA, 2009). The research instrument was applied to 522 people randomly by convenience (RICHARDSON. 2011). The object of research was treated by the Discourse Analysis (BARDIN, 1977), by the Content Analysis (RICHARDSON. 2011) and, in a statistically way, by the *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) software*, version 17, and factorial analysis. The obtained results indicate that the Tourism and its relation with the Local Development emerge naturally and empirically. The relation between the Tourism and the Local Development presents itself, in a first moment, with autonomy and interdependency. Other factors, as Urban-Environmental Services, as public security and the presence of the police, relates positively the Tourism and the Local Development. It is noticed as well the interdependency of the relationship between the Tourism and the Local Development in the good evaluation of the transportation and in the reduction of the deforestation. Another directly proportional and positive factor was registered in the Employment and Income Factor. The market gets better with the increase of the tourism that gives opportunity of improving the quality in the provision of services in bars, restaurants, inns, hotels and transportation, as the decrease of people's dependency related to the federal benefits. However, in the Professionalizing Education and Leisure factor is not noticed the direct relationship between the Tourism and the Local Development, because the professionalizing education is done by the adjacent towns or in the capital, and the leisure or "fun", as it is called, is limited by the use of alcohol, once the city "works" on weekends. Other factors as agriculture, rural retirement, sexual exploration, precocious pregnancy, legal and illegal drugs consumption, theft and burglary, sewage in residences, prejudice against the natives, paving, roads and urban cleaning were analyzed to conclude that the relation between the Tourism and the Local Development is more than direct; it is a certain! It would be harm with no precedent in virtue of the natural beauty, the quality of the cuisine, the climate, that is different from the one in the capital of the state, the opportunity of the sporting activity, the cultures existent in each town, the religiosity that is breathed, and other pleasures and chores (or not) that the object in study has.

Keywords: Local Development. Tourism. Mountain range of Baturité. Environmental Protection Area. Land Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 5.1 – Criação de emprego acumulado: janeiro-abril (CAGED).....	111
Figura 5.2 – Desempenho brasileiro no <i>Programme for International Student Assessment</i> ..	120
Figura 5.3 – Grafite contra as drogas feito na escola no Pecém-CE: Muro Interno.....	130
Figura 5.4 – Grafite contra as drogas feito na escola no Pecém-CE: Muro Externo.....	130
Foto 3.1 – Vista da Serra de Aratuba, com Altitude de 915 metros.....	55
Foto 3.2 – Paisagem Serrana de Aratuba com destaca para a casa no meio rural	55
Foto 3.3 – Preparação da terra e plantio de frutas em Aratuba.....	56
Foto 3.4 – Comércio local de Aratuba	57
Foto 3.5 – Igreja de São Francisco de Paula em Aratuba	58
Foto 3.6 – Cristo Redentor na Matriz em Aratuba	58
Foto 3.7 – Casarão da Família Pereira em Aratuba	59
Foto 3.8 – Hospital Público da cidade de Aratuba	60
Foto 3.9 – Paisagem urbana de Aratuba	60
Foto 3.10 – Contemplação paisagística do Pico Alto em Guaramiranga	64
Foto 3.11 – Vista da cerração do Pico Alto em Guaramiranga.....	64
Foto 3.12 – Entrada da cidade de Mulungu.....	67
Foto 3.13 – Feira Comercial em Mulungu	68
Foto 3.14 – Hotel que homenageia o Padroeira de Mulungu	69
Foto 3.15 – Igreja em Mulungu	70
Foto 3.16 – Câmara Municipal de Mulungu.....	70
Foto 3.17 – Biblioteca Pública de Mulungu	71
Foto 3.18 – Transporte Escolar em Mulungu: Ônibus antigos	72
Foto 3.19 – Transporte Escolar em Mulungu: Pau de Arara	72
Foto 3.20 – Cenotáfio Donaninha Arruda, Sítio Arvoredo, em Pacoti.....	76
Mapa 3.1 – Identificação da Macrorregião de Baturité	52
Mapa 3.2 – Sub-regiões homogêneas	54
Mapa 3.3 – Acesso para Guaramiranga saindo de Fortaleza (CE-060).....	63
Mapa 3.4 – Rodovias de Acesso ao Município de Pacoti.....	74
Quadro 2.1 – Endogeneidades do Desenvolvimento Regional	40
Quadro 2.2 – Movimentação Turística no Ceará (2000-2010).....	45

Quadro 5.1 – Teste de KMO, Teste de Bartlett e Alfa de Cronbach.....	98
Quadro 5.2 – Evolução da Segurança Pública nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	101
Quadro 5.3 – Presença da Polícia nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	103
Quadro 5.4 – Segurança que a Polícia Oferece no Objeto do Estudo	103
Quadro 5.5 – Violência nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	104
Quadro 5.6 – Unidades de Saúde do Objeto do Estudo e sua Tipologia	104
Quadro 5.7 – Atendimento nos Postos de Saúde e Hospitais no Objeto do Estudo	106
Quadro 5.8 – Unidades de Saúde no Objeto do Estudo	106
Quadro 5.9 – Transportes no Objeto do Estudo no Objeto do Estudo	107
Quadro 5.10 – Desmatamento nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	108
Quadro 5.11 – Movimento do Comércio nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	110
Quadro 5.12 – Salário do Comércio no Objeto do Estudo	112
Quadro 5.13 – Bares e Restaurantes nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	112
Quadro 5.14 – Presença do Turista no Objeto do Estudo.....	113
Quadro 5.15 – Empregos na Cidade nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	114
Quadro 5.16 – Empregos no Objeto do Estudo	115
Quadro 5.17 – Rendimento nos Últimos Anos no Objeto do Estudo.....	115
Quadro 5.18 – Salário dos Moradores de Sítios no Objeto do Estudo	116
Quadro 5.19 – Estradas nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	117
Quadro 5.20 – Ruas e Calçamentos nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	118
Quadro 5.21 – Iluminação Pública nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	118
Quadro 5.22 – Escola Pública nos Últimos Anos no Objeto do Estudo.....	120
Quadro 5.23 – Escolas Públicas no Objeto do Estudo	122
Quadro 5.24 – Rendimento no Objeto do Estudo.....	123
Quadro 5.25 – Agricultura nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	124
Quadro 5.26 – Alcoolismo nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	125
Quadro 5.27 – Gravidez na Adolescência nos Últimos Anos no Objeto do Estudo.....	126
Quadro 5.28 – Exploração Sexual nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	128
Quadro 5.29 – Consumo de Drogas Ilícitas nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	129
Quadro 5.30 – Rendimento em Relação à Aposentadoria Rural no Objeto do Estudo	132
Quadro 5.31 – Rendimento em Relação ao Bolsa Família no Objeto do Estudo.....	133
Quadro 5.32 – Rendimento em Relação ao Desmatamento da Serra no Objeto do Estudo...	135
Quadro 5.33 – Rendimento em Relação a Presença do Turista no Objeto do Estudo.....	135
Quadro 5.34 – Cursos Profissionais Oferecidos nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	136
Quadro 5.35 – Lazer nos Últimos Anos no Objeto do Estudo	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – População residente em Aratuba	56
Tabela 3.2 – População Residente em Guaramiranga	62
Tabela 3.3 – População residente em Mulungu	68
Tabela 3.4 – População residente em Pacoti.....	73
Tabela 3.5 – População residente em Palmácia	79
Tabela 4.1 – Área dos municípios e população residente (Total, Rural e Urbana - 2000) e densidade demográfica do Maciço de Baturité	85
Tabela 4.2 – População da sub-região serrana (Corredor Verde) do Maciço de Baturité.....	86
Tabela 4.3 – Quantidade de instrumentos de pesquisa aplicados no Corredor Verde	91
Tabela 5.1 – Fatores obtidos pela rotação da Matriz de Componentes (<i>Rotated Component Matrixa</i>)	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
APLs	Arranjos Produtivos Locais
AQUASIS	Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos
CASULO (Projeto)	Crianças e Adolescentes Sintonizados no Universo da Liberdade Ocupacional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
COELCE	Companhia Energética do Ceará
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPECE	Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará
IPLANCE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
UECE	Universidade Estadual do Ceará
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	OBJETO, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS	17
1.2	JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO	18
1.3	EU E A GEOGRAFIA	21
1.4	ESTRUTURA DA TESE	22
2	DESENVOLVIMENTO E TURISMO.....	23
2.1	DESENVOLVIMENTO	23
2.1.1	Fatores Socioeconômicos.....	23
2.1.2	Desenvolvimento Econômico	24
2.1.3	Desenvolvimento Sustentável.....	29
2.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
2.3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENDÓGENO.....	39
2.4	TURISMO	40
2.4.1	A História do Turismo	42
2.4.2	O Turismo no Ceará	44
2.4.3	O Turismo e a Geografia	46
2.4.4	Definição Operacional de Desenvolvimento Local Aplicada ao Turismo	49
3	BATURITÉ: TURISMO LOCAL E O CORREDOR VERDE	51
3.1	BATURITÉ: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO	51
3.2	ARATUBA	54
3.3	GUARAMIRANGA	61
3.4	MULUNGU.....	67
3.5	PACOTI	73
3.6	PALMÁCIA.....	78
4	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	81
4.1	NATUREZA E TIPOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	81
4.2	DECISÃO PELAS VARIÁVEIS DO ESTUDO	84
4.3	UNIVERSO E POPULAÇÃO-ALVO.....	85
4.4	DETERMINANDO O TAMANHO DA AMOSTRA	86
4.5	PLANO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	91
4.6	PLANO DE TRATAMENTO DE DADOS	92
4.7	PRÉ-TESTE.....	92

4.8	OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO	94
4.9	LIMITANTES DA PESQUISA	95
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	97
5.1	ANÁLISE FATORIAL	97
5.2	FATOR 1: SERVIÇOS URBANO-AMBIENTAIS	100
5.3	FATOR 2: EMPREGO E RENDIMENTOS	109
5.4	FATOR 3: INFRAESTRUTURA FÍSICA	117
5.5	FATOR 4: ESCOLA PÚBLICA	119
5.6	FATOR 5: AGRICULTURA	122
5.7	FATOR 6: ALCOOLISMO E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	125
5.8	FATOR 7: VÍCIOS E SEXUALIDADE	128
5.9	FATOR 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL	131
5.10	FATOR 9: IMPACTO DO TURISTA NA RENDA	134
5.11	FATOR 10: EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E LAZER.....	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	143
	APÊNDICES	158
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA	159
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUNÍCIPIES DE GUARAMIRANGA	161
	APÊNDICE C – FORMULÁRIO RESPONDIDO POR 18 COMERCIANTES DE PACOTI.....	162
	APÊNDICE D – ENTREVISTA COM OS OPERADORES DO <i>TRADE</i> TURÍSTICO EM ARATUBA E MULUNGU	167
	APÊNDICE E – ENTREVISTA APLICADA COM A GESTORA DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA BATURITÉ LTDA.	169
	APÊNDICE F – ENTREVISTA COM DOIS GESTORES DO SETOR IMOBILIÁRIO EM GUARAMIRANGA.....	172

1 INTRODUÇÃO

“Com a perseguição sofrida, os selvagens foram por fim dominados e reunidos no pé da serra, na aldeia de índios de Monte-Mor, o Novo da América (Hoje Baturité). Livre dos índios passou a Serra a ser procurada pela população sertaneja durante os calamitosos anos de seca. Assim os fazendeiros do sertão, reunindo dinheiro e recursos que podiam dispor, partiam para a serra com a família e os escravos, levando apenas os animais necessários à sua condução e algumas vacas leiteiras. Dirigiam-se aos lotes de terras devolutas que tiveram de comprar aos primeiros exploradores que vendo a oportunidade de um bom negócio, haviam-nos precedido, abrindo picadas na mata virgem, assinalando a posse que faziam junto às autoridades fiscais.”

(SOUSA BRASIL, 1909).

Nesta primeira seção, proponho-me a apresentar o objeto, enquanto recorte espacial, a pergunta de partida e os objetivos da investigação.

1.1 OBJETO, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS

No tocante ao primeiro, a investigação limita-se à Sub-Região Serrana (Corredor Verde), segundo o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) da Área de Proteção Ambiental (APA) no Maciço de Baturité; considerada a primeira e mais extensa criada pelo Governo no Estado do Ceará¹, nos remanescentes de mata atlântica existentes na serra, além de trilhas, cachoeiras e um grande acervo cultural de monumentos e edificações centenárias, conforme a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE (CEARÁ, 2010).

Em função do objeto do estudo questiona-se: **qual a relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local na Sub-Região Serrana (Corredor Verde) da Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité?** Com base nesse questionamento, o objetivo primário desta investigação é examinar a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Sub-Região Serrana (Corredor Verde) da Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité formada por cinco municípios, Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia.

Para sustentar o objetivo geral aludido foram elaborados quatro objetivos secundários. O primeiro objetiva discutir o turismo e o desenvolvimento local para identificar os indicadores de desenvolvimento apropriado à pesquisa na Área de Proteção Ambiental no

¹ Abrange uma área de 32.690 hectares, localizada na porção Nordeste do Estado na região serrana de Baturité. Instituída pelo Decreto nº 27.290, de 15 de dezembro de 2003.

Maciço de Baturité no Ceará. O segundo, de cunho metodológico, objetiva construir o instrumento de pesquisa apropriado para a compreensão do Desenvolvimento Local em uma Área de Proteção Ambiental. O terceiro objetivo secundário deseja analisar e avaliar os resultados da pesquisa empírica para, por fim, no último objetivo secundário, posicionar-se sobre a teoria do Desenvolvimento Local a partir dos resultados empíricos e propor as ações necessárias.

1.2 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO

O objeto do estudo foi escolhido motivado pelo alto apelo do setor turístico na região pelos elementos de gestão ambiental e sustentabilidade associados ao desenvolvimento local que a região possui. Além disso, “quer pela inexistência ou insuficiência do conhecimento, quer pela insatisfação ou discordância com os resultados divulgados” (BORGES, R., 2007, p. 14), a escolha pela análise do objeto do estudo foi precedida notadamente pela contemporaneidade do tema, aliada à associação com de um construto teórico em desenvolvimento e aproximação pessoal com o campo estudado.

O trabalho pretende estabelecer percepção dos moradores da localidade sobre a relação com o Turismo e o Desenvolvimento Local; portanto a atual investigação não trabalha com hipótese e/ou pressuposto. A pesquisa é motivada por entender os desafios hodiernos à gestão regional, suas causas e efeitos, à luz da teoria do Desenvolvimento Local. Ademais, a importância deste estudo decorre da necessidade de melhor entendimento do setor turístico, seus desafios e oportunidades, gerando e recebendo impactos do desenvolvimento econômico-social, cultural e ambiental, especificamente na Região Nordeste do País, notadamente no Ceará e, sobretudo em áreas rurais; distanciando a ideia que o Estado possui exclusivamente um turismo de “sol e mar”.

O Brasil assim como o multifacetado Ceará, em questão de clima, fauna e flora, por exemplo, é um dos países mais diversos e heterogêneos do mundo (RIBEIRO, 1995) haja vista seus distintos locais e cidades e suas diferentes regiões, saberes, sabores, natureza e cultura. Essa dinamicidade advém das “novas formas de uso do espaço e a implantação de novas estruturas, mudando intensamente o território cearense que passou a ser desenhado com os rastros das boiadas²” (LIMA, 2006 *apud* LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p.

² Nesse momento o autor refere-se à reestruturação socioespacial do Ceará, sua reocupação, notadamente a primeira (do espaço indígena ao espaço da pecuária) de quatro. A segunda ocorreu do espaço da pecuária para o

43). Este caráter híbrido se repete no ambiente das organizações. Dentro da mesma fronteira geográfica estão fazendas com mão-de-obra ainda escrava e empresas semiartesaniais ao lado de organizações de altíssima tecnologia (ALCADIPANI; CRUBELLATE, 2003).

O turismo participa do setor de serviços como o ambiente que mais tem crescido nas economias industrializadas. Segundo a Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo – PACET (EBAPE; BRASIL, 2012), o segmento turístico³ cresceu quase 20% em 2011 com um faturamento anual de R\$ 50,9 bilhões além do aumento próximo a 6% no número de funcionários novos empregados no setor. Esses números podem ser explicados pelo novo comportamento dos consumidores; motivados pela segmentação do mercado e influenciados pelos hodiernos estilos de vida e pelo desejo contínuo de atender às novas demandas decorrentes da tecnologia e da globalização (AMORIM; PIRES, 2010).

O setor de serviços tem apresentado uma grande importância, seja por sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) das nações desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento, seja por sua capacidade de empregar pessoas e por gerar divisas para os países. Apesar de fazer parte desse setor o turismo passou a ser também denominado de “indústria sem chaminé”, pelo fato de mobilizar uma quantidade significativa de serviços, levando ao consumo e desencadeando a realização de novas atividades (BORGES, F., 2007).

Multiplicam-se os sistemas de ação e os investimentos, especialmente públicos, visando a construção de um território capaz de suportar as exigências de *fluidez*⁴ do presente período histórico, com os objetivos claros de inseri-lo na lógica da produção e do consumo globalizado (SOUZA; OLIVEIRA; GRANGEIRO, 2002, p. 17).

A iniciativa privada do setor de turismo cearense com base em suas oportunidades e potencialidades, haja vista a exuberância natural da região, sua exímia culinária, seus egrégios climas e diversas paisagens⁵, por exemplo, fez com que o Estado entendesse a sua relevância e iniciasse o trabalho concomitante ao empresariado. A formação de emprego e

espaço da cotonicultura, a terceira reestruturação socioespacial desse momento ao espaço da indústria e por fim, emerge a criação dos Perímetros Irrigados Empresariais.

³ Segmento turístico formado pelas agências de viagens, locadores de automóveis, meios de hospedagens, operadores de turismo, organizadores de eventos, transporte aéreo e rodoviário, receptivo, entre outros.

⁴ Por fluidez entende-se “[...] a possibilidade que têm os diversos fatores da produção, a começar pelo capital e o trabalho, de se deslocar de um ponto para o outro sem perder a eficiência da economia como um todo, e dos fatores individualmente” (SANTOS, 1996, p. 1).

⁵ Segundo Sene (2011, p. 120), “a paisagem é apenas uma pequena parte da configuração territorial ou configuração geográfica, exatamente a parte que pode ser apreendida com um olhar”.

renda foi essencial nesse momento, diminuindo as desigualdades existentes e propiciando divisas para as parcas economias dos países em processo de desenvolvimento.

Segundo Borges, F. (2007), o turismo é uma atividade aglutinadora, uma vez que estabelece uma combinação complexa entre as atividades industriais e comerciais. O consumo de produtos turísticos (bens e serviços), por sua natureza heterogênea, interliga vários setores simultaneamente, gerando um aumento de seus efeitos em vários segmentos econômicos e financeiros.

De acordo com Kotler (1994), dos 178 países das Nações Unidas, na metade deles o turismo é o maior ou o segundo maior negócio do país. Atrelado a esse fato em países do Caribe o setor oferece 70% dos empregos. Por sua vez o governo americano arrecada por volta de US\$ 40 bilhões anuais de impostos provenientes das atividades turísticas; números que ressaltam o setor e destacam o turismo como atividade fim de uma nação contemporânea.

Oliveira (2001) é mais enfático ao frisar que a atividade turística é considerada como a atividade que oferece mais empregos em comparação com qualquer outra atividade econômica no mundo. Segundo a mesma referência, de cada grupo de onze trabalhadores brasileiros um tem emprego vinculado ao turismo.

O entendimento que move a apropriação dos ambientes pelos atores sociais – turistas e residentes – tem gênese distinta e, por isso, muitas vezes dicotômicas. As diferenças econômicas entre os turistas e os residentes têm trazido problemas, pois quanto maior esta diferença econômica maior a subordinação e a descaracterização cultural (DENCKER, 2002); motivo pelo qual faz-se necessária a compreensão da relação entre o turismo e o desenvolvimento local.

Além do aludido para o mercado, espera-se que a atual investigação represente um ganho. O estudo sobre o tema permite identificar a competição entre empresas do *trade* turístico na promoção do desenvolvimento local. Soma-se ao fato da possibilidade do estudo gerar oportunidades de negócios entre associações cearenses na gestão territorial de recursos locais com o objetivo de desenvolver e promover o turismo, o artesanato, a culinária e produtos agrícolas, por exemplo.

Os resultados da pesquisa deverão apontar para a relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local; portanto, o que o local ganha com o Turismo e o que o Turismo gera de Desenvolvimento Local. Nesse sentido o mercado pode produzir bens e serviços que atendam a demanda turística e, diante de uma infraestrutura adequada, oferecer soluções de lazer, sabores, experiências e vivências em um formato de Arranjo Produtivo Local (APL); que não existe ainda.

Para a academia uma ampliação do tema, visto que os temas Turismo e Desenvolvimento Local são conceitos em construção, pesquisados e desenvolvidos sem a pretensão de esgotar-se. O assunto é amplamente discutido, quer pela vertente do Meio Ambiente (CORIOLANO, 2007), quer pela Sustentabilidade (RABELO, 2008; ABREU; VASCONCELOS, 2005; MARTINS; VASCONCELOS, 2011); seja pelo Espaço Litorâneo (BATISTA; LIMA, 2007; ABREU; VASCONCELOS, 2007; ALBUQUERQUE; VASCONCELOS, 2007); seja pelo Desenvolvimento Sustentável (PINHEIRO, 2004; PINHEIRO, 2006; CORIOLANO; LEITÃO, 2008).

Estudar o Turismo e o Desenvolvimento Local no Estado do Ceará, tendo como variável básica a evolução da sociedade, associando ao tema da presente tese, é um desafio com conotação ética que leva à exigência de respostas, não apenas para (e por parte do) o pesquisador e para ciência, quiçá para a localidade e para o Estado. Buscar respostas a esse desafio, além de uma realização pessoal, é um dever acadêmico que justifica todo trabalho que foi empreendido na elaboração desta investigação nos últimos quatro anos. A proposta aqui apresentada buscou alternativas para a discussão da problemática levantada, uma vez que se constata a necessidade de um novo entendimento daquilo que modernamente se compreende por desenvolvimento endógeno.

1.3 EU E A GEOGRAFIA

Particularmente, minha aproximação com a ciência geográfica e com o tema limitava-se ao uso (e desuso) desse assunto. Mero espectador da paisagem e da região, experiências acadêmicas anteriores apenas me conduziam a empresas e/ou setores industriais e comerciais. O tema Desenvolvimento, notadamente o Local, permeia o cotidiano de quem respira sobre a Terra, não obstante a ilusória sensação da grande maioria em acreditar que não possui influência alguma.

Os gostos pelo empírico, pela leitura, pela escrita e pela ciência não são novos uma vez que são nutridos há mais de uma década. Desbravar o inesgotável setor de serviços e principalmente um dos que mais cresce, explorar o campo no campo e pelo campo e para o campo; compreender o fenômeno a partir da fala do munícipe, contextualizá-la, confrontá-la, medi-la (como se fosse possível, todavia, avaliá-la, notadamente categorizá-la em fator), perceber seus desejos, expectativas, ânsias, por exemplo, no olhar e no gesticular, entre outras, são sensações e ações que jamais serão esquecidas por mim.

Para além disso, a Geografia me fomentou o desejo pela terra e demais elementos; suplantou o meu gosto por atividade de campo e todas as expectativas em relação ao entrevistar o respondente; despertou o meu interesse pela sustentabilidade e gestão ambiental; impeliu em mim o desejo pela saúde e longevidade dos seres que não são humanos e me fez um ser mais social.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese foi subdividida em duas seções. Na primeira, posterior a essa Introdução, intitulada Marco Epistemológico e Teórico, apresento o levantamento teórico bibliográfico realizado para responder à pergunta de partida e atender aos objetivos da mesma; bem como apresento e discuto o método e as técnicas de pesquisa utilizados para propor os resultados. Esta seção é composta de dois capítulos. No Capítulo 2, intitulado Desenvolvimento e Turismo, apresento reflexões basilares e teóricas sobre Desenvolvimento e seus Fatores Socioeconômicos, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Econômico Endógeno. No segundo momento apresento o conceito de Turismo e sua História, assim como o Turismo no Ceará e sua relação com a Geografia para, por fim, destacar a definição operacional.

No Capítulo 3, nomeado Baturité: Turismo Local e o Corredor Verde explico o objeto do estudo. Inicio uma breve explanação da cidade de Baturité, sua história e evolução, para em seguida apresentar as cinco cidades do Corredor Verde e informações turísticas mais relevantes. No Capítulo 4 Métodos e Técnicas de Pesquisa encerro a primeira parte, após apresentar a Natureza e Tipologia da Investigação, a Definição das Variáveis do Estudo, o Universo e População-alvo, a Determinação da Amostra, o Plano de Coleta de Dados e Instrumento de Pesquisa, o Plano de Tratamento de Dados, o Pré-teste, a Operacionalização da Tese e os Limitantes da Pesquisa.

Na segunda seção nomeada de Apresentação, Análise e Discussão dos Dados, farei a análise e discussão sobre os dados primários coletados à luz da teoria geográfica alinhando com os apontamentos da pesquisa de campo. Seguem-se as Considerações Finais com uma síntese dos resultados da pesquisa empírica nas quais apresentarei um posicionamento reflexivo à teoria notadamente resgatando a Introdução da pesquisa. Esta seção precede as Referências Bibliográficas e os Anexos e Apêndices da investigação. Ao final desta exposição introdutória, esclareço que se faz necessária a revisão teórica a ser apresentada na próxima seção.

2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO

“Capaz de movimentar milhões de dólares e empregar milhares de pessoas, o Turismo, uma entre as diversas facetas do Lazer, tem contribuído de forma significativa para a promoção do desenvolvimento local”.

(QUEIROZ, 2002).

O objetivo deste capítulo é discutir o desenvolvimento e suas denominações, o turismo por meio de um levantamento teórico bibliográfico. De forma concisa, farei um breve histórico sobre os principais aspectos socioeconômicos voltados para o desenvolvimento econômico local e sobre desenvolvimento sustentável, no que diz respeito ao contexto brasileiro, bem como do turismo, sua historicidade e relação com a Geografia.

2.1 DESENVOLVIMENTO

2.1.1 FATORES SOCIOECONÔMICOS

Até a década de 1980 buscava-se produzir mais e mais com intensos investimentos em equipamentos e máquinas desprezando totalmente outros fatores intrínsecos no processo de produção. Somente a partir deste período que a ênfase passou a ser nos processos de produção como um todo, pois se percebeu que investir apenas em recursos físicos não era o suficiente se os outros processos não fossem coerentes (MAXIMIANO, 2004).

Com isso passa a existir um novo modelo político-econômico intitulado de Neoliberalismo resgatando os ideais do liberalismo com uma nova perspectiva sobre o livre-mercado dos economistas clássicos. Qualquer indivíduo pode agir de maneira diferente, porém ao passo em que as mudanças resultam simplesmente da pressão da necessidade objetiva, qualquer papel criativo fica ausente do sistema econômico (SCHUMPETER, 1982).

Segundo o mesmo autor, é indispensável lembrar que “Só se pode dar um passo econômico, se ficar assegurado que a satisfação de necessidades mais intensas não se torna, com isso, impossível” (SCHUMPETER, 1982, p. 23). Nesse sentido, pensar na ação de mudança é fato, mas, sobretudo, planejar e pensar nas consequências, é necessário; quem sabe antevê-las e programar-se para que seu impacto negativo seja minimizado e seu impacto positivo seja potencializado e de efetiva consecução.

Para Schumpeter (1982, p. 15), “As condições externas dadas e as necessidades do indivíduo aparecem como dois fatores decisivos no processo econômico, que contribuem para a determinação do resultado”. O mencionado autor salienta ainda que “[...] a natureza e a intensidade das necessidades desse produto são decisivas, dentro das possibilidades práticas” (p. 15). Por isso a atividade econômica pode ter qualquer motivo, até mesmo intelectual, mas seu significado é sempre a satisfação de necessidades do indivíduo.

Schumpeter (1982) afirma que a vida econômica também experimenta diversas mudanças e fenômenos que transformam o curso tradicional da teoria econômica (fluxo circular)⁶.

A ação de cada produtor ou mercado que está tentando obter lucro é contida por outros produtores ou mercados que estão, provavelmente, tentando ganhar dinheiro. A competitividade reduz o preço dos bens e, consequentemente, o lucro de cada vendedor. Em situações em que há, inicialmente, apenas um único vendedor, o lucro extraordinário atrai novos concorrentes que aumentam a oferta e eliminam os lucros excessivos. Em um caminho análogo, os empregadores disputam os melhores trabalhadores, empregados disputam os melhores empregos e consumidores disputam pelo direito de consumir os produtos (BRUE, 2011, p. 70).

Brue (2011) afirma existir um conjunto de fatores envolvidos no processo da atividade econômica. Define em quais parâmetros se desenvolve onde a competitividade reduz o preço da mercadoria e o lucro de quem está vendendo nesse mercado consumidor, mas no final todos saem ganhando.

Na análise do autor supracitado somente depois do declínio do capitalismo liberal iniciou-se o interesse em diferentes estudos sobre o desenvolvimento econômico. Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 25 de fevereiro de 1948 com o objetivo de ajudar e fomentar o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos e elevar as condições de vida da sua população.

2.1.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As teorias que tratam sobre o desenvolvimento econômico têm passado ao longo dos tempos por diversas transformações. Recentes mudanças nas economias, nacional e

⁶ Fluxo Circular – é semelhante a circulação do sangue no organismo, onde tal fluxo e demais canais alteram-se com o tempo e aqui abandonamos a analogia com a circulação do sangue. Pois embora esta também mude ao longo do crescimento e do declínio do organismo, só o faz continuamente.

internacional, se acertam a partir do modelo neoliberal inspirado no *toyotismo* e de outras contribuições ao longo da história. Esse novo cenário tem exigido um redirecionamento do papel do Estado e um posicionamento mais efetivo de políticas de desenvolvimento.

Alguns economistas iniciaram suas discussões a partir da premissa de que o comércio internacional seria um grande catalisador do crescimento, mas coube aos chamados estruturalistas da CEPAL, levantar questões diferenciadas sobre os países do terceiro mundo. Segundo eles, os países subdesenvolvidos não eram simplesmente versões primitivas dos países desenvolvidos, como enxergava a teoria clássica (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001).

As teorias econômicas de Schumpeter, em 1911, sobre o desenvolvimento econômico colaboram para uma constatação coerente das leis naturais na evolução das estruturas econômicas, ao fornecer explicações das flutuações econômicas ocorridas como consequência das inovações tecnológicas. O que o faz propor a hipótese de que o desenvolvimento econômico ocorre de forma descontínua em termos de intensidade ao longo do tempo (SCHUMPETER, 1982).

Schumpeter (1982, p. 44) destaca que “O desenvolvimento econômico até agora é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez, é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação”. E atesta:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática, baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

O desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado somente na esfera econômica, pois a economia em si mesma sem desenvolvimento não se completa. É arrastada e adaptada pelas mudanças mundiais e a explicação plausível do desenvolvimento deve ser procurada também fora do grupo de fatos que são descritos pela própria teoria econômica.

O mero crescimento da economia nem sempre se refere a um processo de desenvolvimento. O desenvolvimento pressupõe uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente, portanto, nada mais é do que o modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes (SCHUMPETER, 1985, *apud* MARTES, 2010).

No que se refere aos métodos produtivos, enfatiza-se que:

[...] todo método de produção em uso no momento dado se curva diante da adequação econômica. Esses métodos consistem em idéias de conteúdo não somente econômico, mas também físico. As últimas têm seus problemas e uma lógica própria, e o papel da tecnologia é pensar neles sistematicamente até resolvê-los – sem considerar de início o fator econômico [...] Métodos de produção diferentes só podem ser diferenciados pela maneira com que se dão essas combinações, ou seja, pelos objetos combinados ou pela relação entre suas quantidades (SCHUMPETER, 1982, p. 15-16).

“A lógica econômica prevalece sobre a tecnologia [...] o objetivo da produção tecnológica é, na verdade, determinado pelo sistema econômico; a tecnologia só desenvolve método produtivo para bens procurados” (SCHUMPETER, 1982, p. 16). O crescimento econômico acontece quando a tecnologia está presente em todas as etapas do processo produtivo, sempre trabalhando a otimização dos resultados.

Com relação ao “[...] trabalho, por exemplo, é um bem da ordem mais alta, porque entra no início de toda a produção, embora também seja encontrado em todos os outros estágios” (SCHUMPETER, 1982, p. 17).

Mas é assim sempre que leva a cabo qualquer trabalho. Ele age, não como base nas combinações normais das coisas, mas preferivelmente de acordo com certos sintomas, aos quais aprendeu a prestar atenção, especialmente as tendências que de imediato lhe mostram a demanda de seus fregueses. E a essas tendências ele se entrega, passo a passo, de modo que, normalmente, apenas elementos de menor significação podem ser-lhe desconhecidos. [...]. Portanto, em nossos pressupostos, os meios de produção e o processo produtivo não têm em geral nenhum líder real, ou melhor, o líder real é o consumidor (SCHUMPETER, 1982, p. 20).

Silva Filho e Carvalho (2001) destacam que a teoria do desenvolvimento econômico tem centrado suas análises mais fortemente em fatores não econômicos e sobre falhas de mercado, mediante a presença marcante de externalidades no processo de crescimento e desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

E destacam para “[...] a teoria do crescimento econômico focaliza sua atenção basicamente sobre os fatores econômicos tradicionais considerados determinantes no processo de crescimento: capital físico e trabalho” (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001, p. 470).

Conforme Schumpeter (1982, p. 50), “De modo especial o crescimento da população como também das fontes a partir das quais se pode poupar, tornou-se possível, em grande parte, pelo emprego diferente dos meios então existentes”.

Não obstante, há aqui um ponto no qual, como já foi dado a entender, nossa teoria diverge da teoria tradicional. A teoria aceita vê um problema na existência dos meios produtivos necessários para processos produtivos novos, ou, na verdade, para qualquer processo produtivo, e, portanto, essa acumulação torna-se uma função ou serviço distinto. Não reconhecemos de modo algum esse problema; parece-nos que ele é criado por uma análise defeituosa (SCHUMPETER, 1982, p. 51).

De acordo com Borges (2009, p. 29), a “questão desenvolvimento perpassa por vários segmentos, não enfocando apenas o âmbito do desenvolvimento econômico, como evidenciado no passado”, segundo os pensadores clássicos, como Adam Smith (1983) e David Ricardo (1982), por exemplo.

O desenvolvimento pode ocorrer através do capital humano, do capital social, do capital natural, bem como do processo de desenvolvimento local ou endógeno, regional, e também pelo desenvolvimento sustentável (BORGES, 2009).

Paulane (2001, p. 229, *apud* BORGES, 2009, p. 30) busca melhor esclarecer o assunto com a apresentação dos seguintes conceitos de crescimento:

[...] o crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros pode-se resumir da seguinte forma a afirmação acima, que para se avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte em benefícios para a população, não levando apenas em consideração aspectos econômicos *strictu sensu*, como: nível de renda, renda *per capita*, distribuição de renda, etc., mas também levaram em conta aspectos de bens públicos, sendo: saúde, educação, dentre outros.

A opinião dos economistas clássicos influenciou fortemente o conceito inicial do processo de desenvolvimento econômico, apesar de que no primeiro momento esses pensadores visam à riqueza das nações apenas através do trabalho produtivo. Percebe-se que o volume produtivo por cada trabalhador, em um dado período de tempo, relacionado com a tecnologia aplicada e com a forma de divisão do trabalho possibilitam o entendimento da dimensão dos mercados.

O principal problema do desenvolvimento econômico desse período era a agricultura, segundo Ricardo (1982, *apud* DIAS; CASSAR; RODRIGUES, 2002), pois não se conseguia produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores. Com isso gerava a elevação dos salários nominais e por consequência elevava o valor dos fundos de salários, necessários para se localizar trabalhadores mais produtivos.

O autor mencionado preocupava-se em determinar as leis que regulavam a distribuição do produto entre proprietários (renda), capitalistas (lucros) e trabalhadores

(salários), sobretudo. Tal distribuição dependia de diferentes fatores como a fertilidade do solo, da acumulação de capital e dos instrumentos empregados na agricultura, por exemplo.

Schumpeter (1982) vê o desenvolvimento sob a óptica econômica onde se constrói por mudanças qualitativas e quantitativas com relação às variáveis econômicas do chamado fluxo circular que distorcendo a sua estrutura e as condições de equilíbrio original. Aumenta a disponibilidade de bens *per capita*, em função da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e dos serviços e a renda média dos indivíduos.

Partindo de uma nova realidade do que vem a ser o “desenvolvimento”, após diversos estudos e pesquisas científicas realizadas em longo prazo, evidencia-se que o entendimento ao referido termo “desenvolvimento” deve ser analisado mais amplamente e não apenas no enfoque econômico.

É a partir desse cenário de mudanças que surge a teoria da Economia do Desenvolvimento, considerando que o crescimento econômico, apesar de ser uma condição indispensável, não era suficiente para haver desenvolvimento (COSTA, 2010).

Borges (2009) esclarece que o desenvolvimento ainda requer o uso sustentável do capital natural, o conceito da era industrial quanto à infinidade dos recursos naturais (insumos) resultou em tragédias ambientais irreparáveis.

Depreende-se, portanto, que o desenvolvimento preconiza um estado dinâmico e que fatores e elementos são associados em busca de um estágio evolutivo. [...] Por isso, o processo de desenvolvimento tem que ser compatível com um crescimento econômico que possibilite a manutenção ou elevação, ao longo do tempo, do conjunto de bens econômicos e ecológicos, sem os quais não haverá um crescimento adequado. [...] Assim como no entendimento do desenvolvimento humano e do desenvolvimento social, o desenvolvimento sustentável vislumbra um processo de desenvolvimento humano e social, sem que se perca de vista o futuro, ou seja, numa forma ambientalmente correta e adequadamente harmônica, para com os meios naturais (BORGES, 2009, p. 35-36).

Em uma perspectiva regional, deve-se reconhecer o bom desempenho econômico cearense em meio às adversidades climáticas do Estado que castigaram sua evolução devido a fortes períodos de seca⁷. Nobre (2001, p. 121) destaca o especial desenvolvimento local relacionado ao crescimento do setor industrial do Estado, que:

⁷ Ocorreram três anos que marcou a região nordestina, em especial no Ceará, foi a seca em 1915, a de 1945 e de 1958.

Das fábricas principais em funcionamento em Fortaleza nenhuma pertencia a estrangeiros, embora o caso de técnicos contratados em outros países, o que comprova a capacidade empresarial dos próprios cearenses e o mérito, que lhes corresponde, da iniciativa de industrializar o Estado, transformando a matéria-prima de produção local ao invés de exportá-la, simplesmente, para, como o rendimento, se abastecerem de manufaturas da Europa e dos Estados Unidos.

Graças ao empenho do Governo de Virgílio Távora (1963-1966) o Ceará dispõe da energia necessária e segunda a qual processo industrial tornou-se realidade, com reflexos na economia e no bem estar da população, bem como na geração de emprego e renda, objetivo constante da sua administração, e em particular, ao longo de sua vida pública (NOBRE, 2001).

2.1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Sustentabilidade não é novo. O denominado Clube de Roma com sua publicação *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS *et al.*, 1973) apregoava que o planeta não suportaria ao extenso modo de produção capitalista. Segundo Oliveira (2012, p. 11), “Tal documento é a adequação entre economia e ecologia, através da combinação entre a idéia do desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica na nova ordem”.

O tema vem ganhando espaço a cada dia junto aos governos, e, principalmente, no seio das comunidades mais pobres de diferentes regiões, em especial no nordeste do Brasil. No final do século XX tal conceito vem para harmonizar as diversas dimensões do desenvolvimento que até então privilegiava, quase que exclusivamente, o fator econômico.

É um conceito que apresenta uma visão de futuro estabelecendo metas conscientes para que o crescimento atual não comprometa o meio ambiente das gerações futuras (BORGES, 2009). Essa preocupação, segundo Borges (2009), à acentua mais profundamente, quando se analisa o crescimento da população comparada à disponibilidade dos recursos naturais do planeta.

O ponto preocupante, nesse aspecto, é o crescimento da oferta nos países em processo de desenvolvimento, pois certamente não acompanhará a demanda, o que poderá gerar menos emprego, mais pobreza, menos recursos renováveis, dentre outros. Em outras palavras: “o futuro está ameaçado, pelo uso inadequado e desenfreado do presente e que a certeza de hoje é a incerteza de amanhã” (BORGES, 2009, p. 71).

Com isso, Borges (2009, p. 69) também enfatiza que o entendimento mais amplo de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável é:

Na realidade, o desenvolvimento sustentável pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade dependerá a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.

Os elementos principais que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável conforme Borges (2009) são dois. O primeiro é a preservação da qualidade do sistema ecológico. O segundo refere-se ao crescimento econômico para satisfazer às necessidades sociais e assegurar a equidade (todos possam compartilhar) entre a geração atual e a futura.

De modo geral o conceito de sustentabilidade baseia-se num equilíbrio entre 03 (três) eixos fundamentais: o crescimento econômico, a preservação ambiental e a igualdade social. Quando ocorre alguma disfunção em quaisquer desses eixos desvirtua o referido conceito e passa a ser um mero interesse de grupos isolados, visto que não preserva o interesse comum da humanidade como um todo (DIAS, 2009).

A preocupação com a sustentabilidade trouxe consigo o processo de desenvolvimento sustentável que começou a gravitar entre os dirigentes das nações, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (BORGES, 2009).

Para Borges (2009), a globalização contribuiu para o acirramento e ampliação das desigualdades sociais, favorecendo também o aumento do processo de degradação ambiental nas regiões mais pobres, onde ocorre com mais evidência o aumento populacional (ampliação dos núcleos urbanos), o crescimento das taxas de resíduos sólidos e os índices de violência urbana.

O conceito de desenvolvimento sustentável consolida-se pela necessidade de manter preservados e regulados os sistemas naturais do planeta, considerando que são limitados para absorver os marcantes efeitos da produção e do consumo. Daí a importância em criar políticas que eliminem ou minimizem a produção que causam danos ambientais que são irreversíveis e respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento econômico de um país (TACHIZAWA, 2002, *apud* BORGES, 2009).

Discute-se que a sustentabilidade e a endogenia devem caminhar juntas, uma vez que o processo endógeno pode ser considerado como uma resultante da consciência das comunidades sobre a importância da sustentabilidade.

Para isso serão necessárias mudanças fundamentais na forma de pensar e de agir de todos envolvidos nesse processo, enfatizando, mais uma vez que, além das questões ambientais, tecnológicas e econômicas, o desenvolvimento sustentável tem uma dimensão cultural, social e política que exige a participação e a conscientização da sociedade, par o processo de tomada de decisão relacionado às mudanças que poderão vir a ser implementadas (BORGES, 2009, p. 77).

Considerado indispensável é adotar estratégias de intervenção social que busquem, a partir do endógeno, mobilizar e organizar o Estado, a sociedade, as empresas, as organizações não governamentais, as comunidades e os atores locais na construção de um modelo de desenvolvimento mais humano, mais justo, mais consciente e mais sustentável (BORGES, 2009).

Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento sustentável vem a ser bem mais do que preocupações específicas⁸, na verdade é o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento da população estão intrinsecamente interligados. Daí a importância da adoção de políticas de desenvolvimento voltadas a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais existentes, porque caso a população humana duplique, por exemplo, a atividade econômica também aumentará para habilitar e satisfazer as necessidades básicas e aspirações mínimas para esse novo quantitativo impactando fortemente no elemento sustentabilidade.

Consonante ao turismo, Queiroz (2002, p. 14), afirma que:

O desenvolvimento sustentável, então, deve ser aquele que se expressará dentro de uma organização espacial que considera as necessidades humanas sem prescindir da preocupação com a integridade da base biofísica. Introduzir esse conceito nas discussões sobre as atividades turísticas em cidades é fundamental.

Ainda que pareça utopia pensar em um turismo sustentável (CORIOLANO; LEITÃO, 2008) busca-se nos fóruns apropriados discussões acaloradas e debates de nível, para uma mobilização popular azeitada e reflexões sobre as relações antrópicas e seu entorno; no sentido da definição dos papéis, das espacialidades e formas de dominação do local para o pleno desenvolvimento do mesmo, como será visto no item vindouro.

⁸ Como por exemplo, o desenvolvimento de técnicas para substituição do uso de bens não-retornáveis, o adequado manejo dos resíduos sólidos, a racionalização do uso da energia para o seu uso de forma eficiente.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como visto nas teorias anteriores, uma política de desenvolvimento deve priorizar o capital humano e o estímulo às inovações tecnológicas indispensáveis ao desenvolvimento. Não é o bastante, contudo, para áreas onde existem diversidades de renda, onde há a necessidade paralela de utilização de estratégias que possam estimular os empreendimentos locais e por fim promover o desenvolvimento local.

Na busca por entender como se dá o desenvolvimento local, identificam-se duas importantes escolas de pensamento: a Teoria Neoclássica da Localização e a Economia do Desenvolvimento. Muito embora não sejam percebidos seus aspectos nos estudos contemporâneos sobre desenvolvimento econômico, sua observância remete a elementos que caracterizam as aglomerações de empresas.

O economista alemão que viveu entre 1783 a 1850, Johann Heinrich Von Thünen, fundamentou a *Teoria Neoclássica da Localização*, em conjunto com os economistas Alfred Weber (1868-1958), Walter Christaller (1893-1969), August Lösch (1906-1945) e Walter Isard (nascido em 1919). Essa teoria enfatiza a dispersão geográfica da produção industrial a partir da questão da localização visando a uma economia dos custos operacionais, de transporte das matérias-primas e do produto final até ao mercado consumidor.

Dessa forma, apresentando as leis naturais na evolução das estruturas econômicas, forneceram indicativos importantes para a análise do uso da terra para a formação e evolução das concentrações urbanas (FERREIRA, 1989a; 1989b; KRUGMAN *et al.*, 2002). Mas foi o economista alemão Friedrich List (1789-1846), na década de 1840, quem desenvolveu uma tese que enfatizava a importância do espaço geográfico para o desenvolvimento econômico. Consta como o primeiro a pensar no território como agente ativo no desenvolvimento econômico.

As demais teorias na época concentravam-se em entender como e por que as atividades econômicas se distribuíam no meio geográfico. List defendia que um sistema produtivo nacional eficiente dependia também de sua localização territorial. O autor atestava que as indústrias deveriam ser protegidas por barreiras alfandegárias até que tivessem plenamente desenvolvidas e em condições de competirem com as indústrias estrangeiras, pois de início não teriam condições de competir em tecnologias ou ganhos com economias de escala (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

As teorias econômicas de Schumpeter em 1911, sobre o desenvolvimento econômico colaboram para uma constatação coerente das leis naturais na evolução das

estruturas econômicas, ao fornecer explicações das flutuações econômicas ocorridas como consequência das inovações tecnológicas. O que o faz propor a hipótese de que o desenvolvimento econômico ocorre de forma descontínua em termos de intensidade ao longo do tempo (SCHUMPETER, 1982).

Em 1948 o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas criou a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países participantes e discutir ações econômicas protecionistas, aplicáveis à realidade desses países. Dessa maneira a América do Sul formada por países de baixa expressão econômica com produções basicamente agrícolas, permeia a vanguarda de estudos e debates sobre o desenvolvimento e a industrialização, com vistas à melhoria de vida e crescimento econômico e social. Foram elaborados diversos diagnósticos sobre as realidades econômicas desses países, criando uma espécie de “Plano Marshall⁹” para a América Latina (MAGALHÃES; TORRES, 2008).

Benko (1999) relata que mesmo com a preocupação da Teoria Neoclássica da Localização com a dispersão geográfica do espaço produtivo, ainda ignora as questões de gestão do espaço e como influencia no desenvolvimento.

Dentro desta perspectiva emerge a teoria da Economia do Desenvolvimento, considerando que o crescimento econômico apesar de ser uma condição indispensável não era suficiente para haver desenvolvimento. Ela defende que para que ocorra o desenvolvimento, seria necessária uma transformação estrutural, assim alcançar um crescimento econômico contínuo, envolvendo mudança de estrutura produtiva e melhoria nos indicadores sociais.

Constitui, portanto, um fenômeno de longo prazo que implicaria o fortalecimento da economia nacional, aumentando a produtividade e endogeneização de progresso técnico e formação de capital (COSTA, 2010). “O embrião da Economia do Desenvolvimento foi posto nas décadas de 1940 e 1950 na França, quando François Perroux afirmou que o crescimento econômico não se manifesta de forma equânime no tempo e no espaço” (COSTA, 2010 p. 99).

O surgimento das estratégias locais de desenvolvimento, nos anos 1970 e 1980, tem reações diferentes das que ocorreram nas crises e recessões anteriores. Nas crises anteriores as administrações centrais do Estado tomaram ainda mais forças em suas mãos e, como consequência, fortaleceram-se e tornaram-se absolutos em suas políticas. Na atualidade

⁹ Programa de Recuperação Europeia, proposto pelos americanos para a reconstrução dos países europeus aliados após a Segunda Guerra com iniciativa do então Secretário de Estado George Marshall (MARSHALL, 1985a; 1985b).

os ajustes estão se concretizando na reestruturação espacial e territorial do sistema produtivo, que exige medidas flexíveis, adaptadas aos problemas de cada região (MENDEZ, 1998).

Esse reajuste está gerando o reforço do local e do global, devido ao aumento da flexibilização na acumulação e na regulação. Ênfase na dimensão internacional da reestruturação. Ao mesmo tempo se produz uma maior valorização dos espaços não-metropolitanos (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988). A valorização do local se deve ao aumento da mobilidade do capital ao desenvolvimento dos sistemas locais de empresas e novas formas de acumulação não-flexíveis.

Com isso os próprios índices de desenvolvimento humano tendem a crescer, com a participação mais efetiva dos atores locais. Há a melhoria na questão da renda, da educação e diminuição da violência urbana na medida em que surge um maior interesse em conhecer com mais profundidade os problemas e as potencialidades das cidades e do seu entorno e, por via de consequência de sua longevidade.

As novas condições de funcionamento da economia tornam ineficazes os velhos esquemas intervencionistas no território, pois os modelos estruturalistas de desenvolvimento regional não produzem os efeitos esperados (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988). Cabe ressaltar que esses velhos modelos são aqueles que eram elaborados nos gabinetes, sem que houvesse, no processo decisório, uma efetiva participação das comunidades envolvidas e, conseqüentemente, sem o exato conhecimento de suas realidades. Em todos os enfoques do Desenvolvimento Local, a importância do entorno tem favorecido também uma reorientação de políticas de promoção, tendendo a substituir a assistência das empresas em forma de subvenções, dando uma maior atenção às externalidades e, ao mesmo tempo, à cooperação entre os atores do processo, a quem cabe, cada vez mais, um importante papel (CUADRADO ROURA, 1988).

Falar de desenvolvimento é abordar a proposta de mudanças em diversos registros que acompanharam a história da sociedade. Este conceito tem reunido várias noções promovendo mudanças significativas e positivas na vida das pessoas, implicando em transformações favoráveis, melhorando a qualidade de vida das mesmas. Santos, Arceno e Pinto Filho (2008, p. 52) afirmam que “a palavra desenvolvimento traz consigo uma infinidade de paradigmas em constante mutação diante da necessidade existente em cada tempo”.

O termo desenvolvimento durante muito tempo foi sinônimo de crescimento econômico. Ao longo dos tempos tem assumido propostas variadas, como por exemplo, o desenvolvimento local. Vázquez Barquero (2001, p. 41) define este tipo de desenvolvimento

como sendo “[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população”.

O desenvolvimento local envolve fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. É considerado, portanto, como um processo consistente de mudança consciente e sustentável da realidade local. Esse tipo de desenvolvimento visa oportunizar a viabilidade econômica local e a competitividade, gerando emprego e renda ao mesmo tempo em que conserva os recursos ambientais. Para Amaral Filho (2002, p. 262), o conceito de desenvolvimento local:

[...] pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou atração de excedentes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

No processo do desenvolvimento local é fundamental a valorização da diversidade das potencialidades humanas locais. Cita-se, como exemplo, a Liderança Comunitária (PINHEIRO; BORGES, 2012). Todo (e qualquer) processo inicia-se com o planejamento onde se busca conhecer os recursos e energia da localidade para analisar o ciclo de vida de todos os envolvidos. Posteriormente, de forma participativa, delibera-se sobre a utilização dos recursos existentes frente às demandas da localidade para, de forma racional, utilizá-los e realizar, por fim, uma avaliação com o objetivo de otimizar o processo e utilizar eficientemente os novos recursos.

O desenvolvimento local existe quando se pensa na possibilidade de organizar-se em grupos sociais, relativamente homogêneos, motivando em cada membro uma consciência de seus problemas históricos, fazendo com que as pessoas acreditem que a ação provoca uma mudança e buscando despertar em cada um a sua importância na solução desses problemas: esse é o papel do líder. Nesse sentido, o líder comunitário deverá, dentre outras, praticar, junto com a comunidade, as seguintes ações:

- a) Reunir as pessoas que participam da comunidade, buscando desenvolver em cada uma a responsabilidade pela melhoria das condições de vida, tanto de ponto de vista individual, como, principalmente, coletivo;
- b) Estabelecer a visão da comunidade;
- c) Diagnosticar as ameaças (atuais e futuras) e as oportunidades da comunidade;
- d) Identificar as alternativas de solução para minimizar ou eliminar as ameaças e traçar ações no sentido de robustecer as oportunidades identificadas;
- e) Formular os objetivos em função das ações estabelecidas, procurando combinar fatores econômicos, ambientais e sócio-culturais e incorporando sempre o conceito de sustentabilidade;

- f) Posicionar as estratégias dentro das perspectivas analisadas, buscando proporcionar vantagens competitivas à comunidade;
- g) Definir, em função dos objetivos estabelecidos, os projetos que farão parte do plano global. Cada projeto deverá ter sua identificação, sua justificativa e suas ações, sendo definido seu coordenador e os demais membros da equipe, uma planificação conceitual e uma análise de exequibilidade, suas etapas de realização, seu cronograma, seu financiamento, se houver, os recursos materiais, logísticos e financeiros para sua realização e sua forma de acompanhamento e avaliação;
- h) Estabelecer planos de ação, alocando pessoas nas diversas etapas do plano, atribuindo a cada uma delas uma fatia de responsabilidade na consecução das metas estabelecidas;
- i) Definir as estratégias de ação, procurando envolver não só toda a comunidade, mas também outros segmentos da sociedade, dentro da concepção de um pacto de cooperação;
- j) Aprovar um cronograma de execução, enfatizando os prazos para reavaliação do plano ora proposto;
- k) Estabelecer os critérios de reavaliação dos planos de ação, sua periodicidade e metodologia (PINHEIRO; BORGES, 2012, p. 89-90).

As iniciativas inovadoras da coletividade, juntamente com a articulação das potencialidades das comunidades locais promovem esse tipo de desenvolvimento. Vázquez Barquero (2001, p. 57) enfatiza que “quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno”.

O desenvolvimento local é um processo endógeno que representa uma transformação que ocorre em pequenas localidades e agrupamentos humanos capaz de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local, explorando as suas capacidades e potencialidades (BUARQUE, 1999).

No mesmo raciocínio Zapata *et al.* (2001) e Campos (2003) complementam que o desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico que busca melhorar a qualidade de vida da população utilizando as potencialidades da própria comunidade. Zapata *et al.* (2001, p. 1) avançam ao afirmarem que o desenvolvimento local “se apóia na idéia¹⁰ de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento”.

O conceito de desenvolvimento endógeno se baseia na visão de que as localidades possuem recursos econômicos, culturais, ambientais e humanos constituindo seu potencial de desenvolvimento. As iniciativas de desenvolvimento local buscam estimular a diversificação econômica, o fortalecimento de parcerias através da cooperação e o fomento para o surgimento e a expansão de micro e pequenas empresas na busca pelo desenvolvimento

¹⁰ Acentuação anterior ao Acordo Ortográfico da Comunidade de países de Língua Portuguesa em 1990.

endógeno com mais igualdade (ZAPATA *et al.*, 2001). Deseja, portanto, de forma empírica, aplicar o conceito Desenvolvimento Local em um objeto do estudo para reconhecer a relação com o turismo no entendimento dos moradores da localidade, conforme item 2.2 Turismo.

De acordo com Alfred Weber¹¹ (1909), o estudo sobre a localização geográfica industrial considera relevante o custo em seu modelo de triângulo locacional, em função da localização das matérias-primas e dos mercados consumidores, do mercado de trabalho e das forças de aglomeração (COSTA, 2010).

Ainda no que discorre Costa (2010), Walter Christaller, em sua abordagem, o conceito de distância geográfica foi substituído pelo de distância econômica, levando em conta os custos de frete e seguro, embalagem, armazenagem e tempo necessário, no caso de mercadorias, ou custo de transporte, tempo de viagem e desconforto no caso de passageiros. Evidencia a disposição geográfica dos lugares centrais¹² pelos obstáculos geográficos e pela infraestrutura econômica, havendo uma relação direta entre a centralidade e o tamanho da área de mercado.

A teoria de Christaller é considerada, por Cima e Amorim (2007), generalizada, pois não apenas explica o crescimento interno de uma cidade ou região de forma individualizada, mas também a distribuição espacial dos centros urbanos na economia regional e nacional. “A principal função da cidade é atuar como centro de serviços à região de proximidade ou região complementar, distribuindo inúmeros bens e serviços ao seu entorno” (CIMA; AMORIM, 2007, p. 80).

Em outros termos, Benko (1999) enfatiza que mesmo com a preocupação da Teoria Neoclássica da Localização com a dispersão geográfica com relação ao espaço produtivo, ainda despreza as questões de gestão do espaço e como esse quesito influencia no desenvolvimento. Ainda se tratando dos aspectos locais as chamadas economias de aglomerações ou *clusters*¹³ possuem algumas características peculiares que se diferenciam dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001).

¹¹ Economista alemão, sociólogo e teórico da cultura. Apoiou a reintrodução da teoria e modelos causais ao campo da economia, para complementar a análise histórica. Realizou trabalho pioneiro na modelação da localização industrial.

¹² Teoria dos lugares centrais desenvolvida por Walter Christaller em 1930, refere-se a um conteúdo econômico que explica a forma como os diferentes lugares se distribuem no espaço, é mais difundida para os aspectos do crescimento urbano.

¹³ Em geral, é definido como um conjunto de empresas inter-relacionadas, cujas articulações principais funcionam no interior de um dado espaço, regional ou local, pertinentes aos efeitos de proximidade geográfica sobre a dinâmica da interação, ao nível de competitividade e inovação do referido conjunto.

Silva Filho e Carvalho (2001, p. 469) destacam que a principal característica “[...] é a de estímulo a atividades vocacionadas e a cooperação entre empresas pertencentes a uma mesma cadeia produtiva gerando a troca de informações e uma maior possibilidade de fixação de empreendimentos no local”. Nesse sentido os autores supracitados chamam atenção para uma integração entre empresas do mesmo segmento em prol do seu crescimento econômico e por consequência do desenvolvimento dessa região.

No que tange à região nordestina, Silva Filho e Carvalho (2001, p. 478) afirmam que:

No nordeste do Brasil a competitividade das empresas tem como base de apoio os incentivos fiscais e patrimoniais ofertados por governos, a mão-de-obra abundante, o crédito e as taxas satisfatórias de produtividade do trabalhador nordestino, decorrente de novas tecnologias. Além disso, vários setores apontam para a formação de clusters como estratégia de longo prazo possibilitando ganhos de escala.

Segundo Martins (2002), enquanto estratégia o desenvolvimento local aparece como um produto da iniciativa partilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitário. Compreender sobre o desenvolvimento local requer, necessariamente, que se reflita sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno.

Vitte (2006) afirma que o tema desenvolvimento local pode ser inserido nos aspectos de gestão local, sobre práticas políticas específicas. Considera ainda que este tema tenha ganhado célebre destaque à medida que se discute o verdadeiro papel dos municípios como agentes ativos do desenvolvimento econômico.

A gestão do desenvolvimento local pode ser diferenciada e discutida por meio da análise das ações e estratégias de desenvolvimento implementadas por vários agentes, em especial o Estado, permitindo avaliar seus resultados sócio-econômicos e também observar como ocorre a materialização dessas estratégias no espaço (ou no ambiente construído), que resultam em alterações do conteúdo e do significado desse espaço (VITTE, 2006, p. 79).

A referida autora revela que no papel do Estado como agente predominante das ações estratégicas predomina o sucesso de resultados positivos para o desenvolvimento local. Pressupõe ainda que o desenvolvimento local assume variadas dimensões e significados, com a implementação de diversas políticas, como por exemplo, de Economia Solidária, de Arranjos Produtivos Locais (APLs), dos Sistemas Locais de Inovação, do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), entre outras (VITTE, 2006).

Vale lembrar que não se constitui tarefa simples entender e conceituar o que vem a ser desenvolvimento local. Os pensamentos de alguns autores divergem em meio à finalidade de cada cenário em que se enquadra sua vivência, pois buscam desenvolver estratégias para atender suas necessidades econômicas no âmbito local e assim minimizar os índices de pobreza identificando suas potencialidades produtivas, gerando emprego e renda ao mercado local.

Compreende-se que o desenvolvimento econômico local busca implementar ações em territórios ou regiões que proporcionem a ativa participação do cidadão nas quais predomine o efetivo domínio social sobre a gestão pública através do fortalecimento da sociedade civil nas tomadas de decisão.

Percebe-se que, de acordo com as inúmeras mudanças ocorridas ao longo dos tempos, também evoluiu um novo conceito do que vem a ser desenvolvimento, deixando de ser uma questão exclusiva do fator econômico (fator produtivo) para se voltar às potencialidades das pessoas e das regiões onde é inserido determinado segmento ou atividade econômica, contribuindo com o crescimento econômico também baseado na estrutura locacional (desenvolvimento local).

O processo de globalização que fomenta os mercados internacionais também estimulou a procura por essas novas perspectivas de crescimento econômico e a partir desse entendimento nasce a Teoria do Desenvolvimento Econômico Endógeno.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENDÓGENO

O Desenvolvimento Endógeno, para Borges (2009), é um fator de transformação a partir de uma realidade local. “Em todos os enfoques do desenvolvimento endógeno, a importância do entorno tem favorecido também uma reorientação de políticas de promoção [...]” (BORGES, 2009, p. 81).

O desenvolvimento endógeno é, portanto, “[...] o processo dinamizador da comunidade local, a fim de que a mesma reative a respectiva economia e todo seu progresso de qualidade de vida, sócio-cultural e ambiental” (ÁVILA, 2000, p. 15, *apud* BORGES, 2009, p. 81-82).

Segundo *La Dinámica* (1992, *apud* MARTINS, 2002), o Desenvolvimento Endógeno seria aquele fundamentado por iniciativas, necessidades e recursos locais, tal como uma comunidade que de fato se conduz a caminho do desenvolvimento, ou da promoção do

seu bem estar. Neste processo a participação da comunidade assumiria uma destacada condição do desenvolvimento local, seja de sua efetivação, seja de continuidade.

Conforme Borges (2009) o desenvolvimento endógeno baseia-se na realização de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, com o objetivo de consolidar um desenvolvimento tipicamente local, mediante criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas.

Para melhor entender as necessidades e demandas da população local a endogeneidade do desenvolvimento regional se apresenta em quatro aspectos que se cruzam em prol do bem estar econômico, social e cultural da comunidade local. O Quadro 2.1, a seguir, conceitua esses enfoques da endogeneidade:

Quadro 2.1 – Endogeneidades do Desenvolvimento Regional

Endogeneidade Política	Crescente capacidade regional para a tomada de decisões relevantes em relação a diferentes opções de desenvolvimento e com relação ao uso dos instrumentos correspondentes.
Endogeneidade Econômica	Possui apropriação e reinversão regional de parte do excedente a fim de diversificar a economia regional, dando-lhe ao mesmo tempo uma base permanente de sustentação a longo prazo.
Endoneidade Científica e Tecnológica	Capacidade interna de um sistema (neste caso em território organizado) para gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança, capazes de provocar modificações qualitativas no sistema.
Endogeneidade Cultural	Entendida como um modo de matriz geradora de identidade sócio-territorial.

Fonte: Boisier (1993, *apud* BORGES, 2009).

Entendo, portanto, que o processo de desenvolvimento endógeno mobiliza os recursos regionais. Privilegia o desenvolvimento de dentro para fora no sentido de promover a sustentabilidade local, onde tais mudanças de mentalidade da sociedade e a descentralização da riqueza acontecem. Muitas vezes de forma gradativa por meio de estímulos organizacionais ou institucionais com o intuito de racionalizar os recursos públicos, favorecer a descentralização da renda e adequar os projetos às condições e necessidades locais.

2.4 TURISMO

Em geral a literatura considera diversas definições para o turismo. Essa atividade dinâmica e sofisticada deixou de ser simplesmente sinônimo de fazer uma viagem, tornando-se uma atividade que causa impactos sociais, culturais e econômicos na economia de um país. Fagundes (2008, p. 69) acredita que “O turismo é mais que simplesmente uma viagem, é um

campo de atividade profissional, importante fator de desenvolvimento sócio, cultural e econômico, em escala nacional e internacional”.

Sancho (2001, p. 38) elucida que o turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como sendo “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. No mesmo raciocínio, Oscar De La Torre (1992, *apud* BARRETTO, 1997, p. 13) acrescenta que:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Trata-se de uma atividade voluntária que por diversos tipos de motivações levam as pessoas a viajarem para locais distintos do seu ambiente habitual, criando novas relações culturais, sociais e econômicas de acordo com o local visitado. Dias (2008) acredita que a atividade turística torna mais humana o relacionamento entre as pessoas, visto que novos hábitos e costumes são gradativamente descobertos e adquiridos.

O turismo se refere a todas as atividades realizadas por visitantes os quais são denominados de turistas. Estes atuam como agentes econômicos que movimentam os negócios de uma determinada localidade. São pessoas dispostas a vivenciar experiências novas, nas quais os empresários e autoridades buscam satisfazê-las de acordo com a ética e os costumes locais (DIAS, 2005).

No mesmo raciocínio, Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 263) complementam que “através das atividades de consumo e de investimento, o turismo impacta diversos setores da economia do destino turístico”.

O turismo trata de uma atividade multidisciplinar que provoca alterações econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais numa proporção maior comparada a outras atividades desenvolvidas ao longo da história da humanidade. Pode ser ainda a ação promotora do diálogo entre duas localidades, o debate entre culturas e a discussão dos saberes, sabores e ciências.

2.4.1 A HISTÓRIA DO TURISMO

A história do turismo tem origem desde a antiguidade, mais precisamente, na Idade Antiga e sua evolução ao longo do tempo pôde ser percebida. Os deslocamentos humanos constituem uma característica da humanidade e o fazem desde sempre. O homem pré-histórico deslocava-se em busca de alimentos e proteção em diversas épocas do ano; movimentava-se por sobrevivência e não pode ser considerada uma forma de turismo. Todavia, adveio o período em que os seres humanos alimentavam-se sem haver necessidade de deslocar-se. No entanto, esses persistiram, mas por outros motivos (DIAS, 2005).

Enquanto registro as viagens tiveram seu desenvolvimento na antiga Grécia. O povo grego não viajava motivado pelo lazer, mas sim por razões religiosas, esportivas ou por necessidade de conhecimento nos oráculos de Delfos, entre outros (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002; DIAS, 2005; CARVALHO, 2009). Em Roma as viagens prosperaram atingindo seu apogeu. Os romanos eram mais preparados em relação ao turismo como atividade de lazer.

A *Pax Romana* enquanto período de paz com o fim das guerras civis do Império Romano foi fundamental para essas viagens tornando o trajeto desses viajantes tranquilo, sem hostilidade. Os passeios, as leituras e as conversações se alternavam com a pesca e os banhos sulfurosos. A infraestrutura viária extensa que formava uma ótima rede de estradas, pontes e viadutos foi também fator importante para o extraordinário desenvolvimento das viagens. Somente com a queda do Império Romano estas tiveram um enfraquecimento devido à falta de segurança, aos constantes saques e assassinatos (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Na Idade Moderna, o Renascimento Europeu representou a quebra do domínio da religião e encorajou a satisfação pessoal e o desejo de explorar e de entender o mundo, surge então nesse período um novo tipo de viajante. Esse levava sua experiência, o seu conhecimento diferente daquele encontrado na Idade Média que viajava para experimentar os mistérios da Igreja (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Nessa mesma era, na Inglaterra, nasceu o *Grand Tour*, um exemplo de viagem educativa que era realizada por jovens da nobreza inglesa para complementar seus conhecimentos e adquirir experiência profissional podendo durar até três anos. Eram sempre acompanhadas por um instrutor que orientava esses jovens durante o percurso. Vale ressaltar que esse tipo de viagem era realizado por jovens homens solteiros, jamais por mulheres, pois essas viagens poderiam ser uma ameaça para sua virgindade.

Somente no século XIX, apesar de estudos, desenhos, projetos, maquetes, protótipos e tentativas em anos anteriores, surgem duas importantes invenções modernas resultando na ampliação de destinos turísticos, o automóvel em 1886 e o avião em 1883. O primeiro, mais rentável que o trem, é o único modal de transporte que realiza o percurso origem-destino sem a necessidade de outro modal.

O segundo é o meio de transporte mais veloz até o momento, passando a ser utilizado pela indústria turística. Hoje é bastante difícil e oneroso praticar turismo sem pelo menos um desses meios de locomoção. Paralelo as duas invenções às grandes navegações evoluíram para os cruzeiros, onde navios luxuosos e com diversas atrações, passaram a desbravar o mar com pessoas que não possuíam, necessariamente e exclusivamente, interesses comerciais.

No século XX após o turismo estabelecido e sistematizado em alguns países da Europa, o mundo passaria por duas grandes Guerras Mundiais. Concomitante a esses conflitos, inclusive com efeito de valorização ou desvalorização dos patrimônios culturais em países atingidos pela guerra, como Polônia, Alemanha e França, o setor turístico percebe um aumento de fluxo de pessoas interessadas em produtos turísticos (AMORIM; PIRES, 2010). Para além do próprio setor, “como consumidores, percebe-se que, cada vez mais, os turistas vêm exigindo qualidade em suas experiências turísticas, mesmo não sendo necessariamente detentores de alto poder aquisitivo” (AMORIM, PIRES, 2010, p. 25).

No século XXI com a evolução dos transportes, as mudanças e desemprego nos setores da produção manufatureira e a pouca mão de obra no campo, o turismo apresenta-se como uma alternativa econômica viável em diversas localidades utilizando recursos naturais e culturais sem causar destruição (DIAS, 2005). Como exemplo desse tipo de turismo pode-se citar o turismo religioso, o turismo gastronômico, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo cultural, bem como outros que foram incrementados pelas mudanças ocorridas no início do século e que possibilitaram a maior mobilidade das pessoas entre os lugares.

A atividade turística, pertencente ao setor terciário, é a que mais cresce no Brasil. Esta atividade passou a ser vista como a que mais gera, direta ou indiretamente, emprego e renda para o país. Quando implantada de forma planejada é capaz de desenvolver varias localidades por conta de sua gama de serviços e quando não planejada adequadamente pode comprometer o meio ambiente, o desenvolvimento do local e gerar impactos irreversíveis nos âmbitos socioculturais da região.

De acordo com Borges (2009), o Turismo envolve uma série de produtos e serviços prestados aos seus consumidores, no caso os turistas. Serviços como hospedagens,

transportes, restaurantes bem como atrações naturais, atrações criadas pelo homem, eventos especiais formam a cadeia produtiva do turismo criada visando atender e a satisfazer as necessidades dos visitantes. Fontenele Júnior (2004, p. 48) acrescenta que:

Os turistas têm diferentes necessidades e expectativas que devem ser atendidas por todos os elos da cadeia, no que se faz necessária a qualidade dos serviços e produtos ofertados [...] as vias de acesso, bem como os meios de transporte devem apresentar bom estado de conservação e eficiência operacional. O sistema de hospedagem deve ser adequado e ofertar leitos de acordo com a previsão da demanda [...].

Vale lembrar que o crescimento do setor turístico, mesmo com a vasta diversidade de produtos e serviços oferecidos, depende do nível de satisfação do visitante. A cadeia turística deve funcionar de forma conjunta, pois de nada adianta, por exemplo, o turista estar satisfeito com o seu roteiro de viagem e não se sentir confortável com as acomodações nas quais está hospedado. Caso não haja qualidade no que está sendo oferecido certamente o crescimento da atividade turística e o desenvolvimento local não acontecerá, pois, uma vez não satisfeitos, os turistas poderão não retornar ao local visitado.

O nível de satisfação não depende tão somente de um dos produtos turísticos, mas do funcionamento da cadeia como um todo. Nesse sentido, Teixeira (1999, p. 97) ressalta que: “O produto turístico deve ser compreendido como um aglomerado de serviços que são utilizados pelo turista durante sua permanência em um destino, e a má qualidade deles afeta a avaliação do conjunto e compromete os demais”.

Um aglomerado de serviços objetivando o mais alto grau de satisfação para o turismo local e internacional é percebido no Estado do Ceará. Localizado ao Norte da região Nordeste do Brasil, o Ceará oferece uma diversidade de paisagens: praias, sertões, serras e cidades históricas se mesclam para formar uma das mais belas paisagens do Brasil, conforme próximo item.

2.4.2 O TURISMO NO CEARÁ

O Estado é considerado como um dos maiores polos turísticos do país. Além da oferta turística natural do litoral, com a presença de dunas, falésias, coqueiros, fontes de água doce, lagoas e enseadas. Há presença de equipamentos nas serras e no sertão; localidades que garantem uma diversidade ambiental e um diferencial para os produtos turísticos.

Soma-se aos atrativos naturais, a hospitalidade da população local já sobejamente conhecida e divulgada, bem como o ecoturismo no interior do estado e a diversão noturna da

Capital Alencarina que fazem do Ceará um dos pontos turísticos procurados tanto pelo segmento nacional como estrangeiro.

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2005, p. 7) a orla marítima do estado é "uma das maiores do país, com 573 quilômetros de extensão a costa cearense é rica em dunas, falésias, coqueirais e enseadas de água doce". Diante desse cenário de exuberância e beleza que é oferecido ao visitante, o seu litoral torna-se o principal atrativo turístico do Ceará.

Fontenele Júnior (2004) ratifica que embora o Turismo no Ceará seja mais voltado para exploração das paisagens litorâneas, o patrimônio natural e cultural do interior do estado é bem mais vasto e oferece excelentes possibilidades turísticas aos visitantes.

Quadro 2.2 – Movimentação Turística no Ceará (2000-2010)

Anos	MOVIMENTAÇÃO TURÍSTICA				
	Capital	%	Interior	%	Total
2000	1.507.914	22,3	5.239.917	77,7	6.747.831
2001	1.631.07	25,5	4.755.188	74,5	6.386.260
2002	1.629.422	25,0	4.879.847	75,0	6.509.269
2003	1.550.857	22,7	5.266.687	77,3	6.817.544
2004	1.784.354	23,4	5.826.275	76,6	7.610.629
2005	1.968.856	23,7	6.340.241	76,3	8.309.097
2006	2.062.493	22,5	7.103.255	77,5	9.165.748
2007	2.079.590	21,4	7.639.328	78,6	9.718.918
2008	2.178.395	21,4	8.003.224	78,6	10.181.619
2009	2.466.511	21,5	8.979.520	78,5	11.446.031
2010	2.691.729	21,2	10.008.271	78,8	12.700.000

Fonte: SETUR/CE (2012).

Embora o litoral seja a principal demanda turística do Ceará pode-se encontrar produtos turísticos diferenciados em outras localidades do estado. O forró e o artesanato da região, a peregrinação de romeiros, as inscrições rupestres na serra do Araripe, as cachoeiras como a Bica do Ipu, açudes como o de Pentecostes e Castanhão, cidades serranas como Guaramiranga e Ubajara, segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (CEARÁ, 2002) são atrativos turísticos que ressaltam a cultura local e destacam o Estado do Ceará no cenário turístico brasileiro.

A partir dos números apresentados nota-se que desde o ano de 2000 os principais atrativos turísticos do Ceará mais procurados pelos visitantes estão no interior do estado. Pode-se perceber que aumenta a cada ano a superioridade do turismo no interior em relação a capital, fator positivo para o desenvolvimento local dessas regiões. "O turismo de serras e sertões tenta desenvolver novas potencialidades locais, tendo também em vista estimular o

crescimento econômico de comunidades com economias estagnadas” (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008, p. 261). Nas serras e sertões as paisagens são bastante diversificadas. Conforme a SETUR (1997) municípios serranos como o de Guaramiranga, situado no maciço de Baturité, é um exemplo dos grandes atrativos turísticos do Estado.

Pode-se elencar ainda mais uma razão do sucesso do turismo no estado: os serviços e equipamentos que são colocados à disposição dos turistas. Nas duas últimas décadas, vários restaurantes, hotéis, pousadas foram inaugurados no Ceará, verificando-se, um grande aporte do capital estrangeiro nesse segmento, notadamente de investidores portugueses e espanhóis. Apenas para efeito de ilustração, 387 mil empregados trabalhavam no sistema turístico do estado, o que correspondia a 8,47% dos empregados em todo o Brasil (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2000; CEARÁ, 2002; IPLANCE, 2000).

2.4.3 O TURISMO E A GEOGRAFIA

A preocupação no sentido de conhecer e de explicar as atitudes e os valores da população frente ao meio ambiente tem na Geografia uma das alternativas para essa abordagem. A pauta fundamental para a percepção geográfica é o espaço que, segundo Gibson (1960), não é um vazio com linhas que se conectam em ângulos retos, mas sim, o espaço em que se situam as habitações, os caminhos e as regiões. É o mesmo espaço em que os homens caminham, valorizam as paisagens, extraem riquezas e alimentos para o seu sustento e se deslocam para o lazer. A compreensão cognitiva do espaço torna-se abrangente, razão pela qual ela tem constituído a preocupação de muitos geógrafos.

O conhecimento do espaço, de seus objetos e de sua movimentação, segundo Benevides (1996), deve ser valorizado, uma vez que possibilita a sensação de segurança e permite o aparecimento de respostas em formas apropriadas, nos momentos de tomada de decisão. Através da experiência procura o homem, hoje mais consciente, conhecer seu meio ambiente. Apreende formas de ação para seu uso, sua valorização e, quando necessário, para assumir atitudes em relação a ele. É assim que o homem se integra ao seu meio ambiente.

Isso concorre para que a compreensão do espaço geográfico se torne complexa. As relações das pessoas com o meio ambiente, do qual fazem parte, processam-se, também, a partir da percepção que dele se tem, das atitudes nelas tomadas e dos valores a ele atribuídos. São extremamente variadas as maneiras das pessoas perceberem e avaliarem o meio ambiente. Do mesmo modo são inconstantes as atitudes das pessoas, pois, refletem elas variações

individuais, bioquímicas, psicológicas, antropológicas e, de modo relevante, seu estilo de vida.

Quando o espaço geográfico é analisado sob a ótica do turismo outras variáveis fazem parte desse complexo e percebo uma relação de sincronismo, autonomia e dependência. Para Vera Rebollo *et al.* (1997, p. 41), “*la geografía del turismo investiga las escalas territoriales, el análisis de la diversidad ambiental, social y económica de los territorios dedicados al turismo y la articulación entre espacios emisor-movilidad-destino turístico*”. Assim todos os fatores inerentes a esse contexto devem fazer parte do estudo.

Para Xavier (1999) os significados de percepção, de atitudes e de valores se superpõem e se tornam claros dentro do próprio contexto expresso em cada um desses processos. Ele ainda considera que a atitude assumida frente ao mundo é formada por longa sucessão de percepções e de experiências (XAVIER, 1999). As atitudes adotadas pelas pessoas para com o meio ambiente espelham seus interesses e seus valores e refletem sua visão de mundo. Trata-se de uma experiência conceitualizada, parcialmente pessoal e, em grande parte, social.

Sabe-se que os fatores culturais e o meio ambiente físico interferem na visão do mundo. Esses dois componentes constituem os traços fundamentais para um melhor entendimento da percepção geográfica do turismo, destacando-se a definição dos componentes naturais e culturais tidos como de valor para uma comunidade e de explicarem as relações afetivas que se estabelecem entre as pessoas e o lugar, influenciando, assim, a forma da comunidade para receber os turistas.

Como visto anteriormente, às vezes surgem os conflitos sociais na recepção deste turista. A manifestação da população local baseia-se no seu temor em relação às questões ambientais. É o caso específico do Estado do Ceará, com algumas construções, como o Acquário Ceará e os viadutos do Parque do Cocó, sobre as quais a população tem manifestado inquietações acerca dos impactos ambientais que poderão advir com essas construções.

A mobilização social não se apresenta apenas na capital, uma vez que, cita-se, como exemplo, a ocupação da planície costeira da praia da Caponga¹⁴ (MEIRELES, 2008) e os impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura no litoral cearense (MEIRELES *et al.*, 2007). Não obstante, esses, na maioria das vezes, com menos repercussão midiática que aqueles outros.

¹⁴ Município de Cascavel, criado em 1951, localizado a 55 quilômetros no litoral leste de Fortaleza, com mais de dez mil habitantes, rica em beleza naturais com boa infraestrutura e a adequadas instalações hoteleiras (IPECE, 2011; IBGE, 2013; CENSO, 2010).

De acordo com Cruz (2002), o turismo é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. O turismo introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Nessa ótica o espaço pode vir a ter duas concepções. Uma a partir de seus moradores que deve ser desenvolvida a partir da uma realidade prática e consciente de seus recursos. Outra, do turista, que percebe o espaço de forma diferente, mais irreal, mais poética.

Como afirma Xavier (1999) o turista tem a paisagem como se fosse para compor um quadro. Assim a percepção de seu mundo visual é acrescida de valores muitas vezes relacionados a sonhos e fantasias. Isso porque, enquanto que a população receptora vive seu cotidiano, numa realidade de trabalho, sendo o lazer uma atividade secundária, o turista, por sua vez, afasta-se de seu cotidiano, tendo o lazer como atividade principal.

E para isso é necessária a existência do espaço aqui considerado além do aspecto geográfico, as edificações, os equipamentos, as estradas, por exemplo. Apesar do crescimento do Turismo e do reconhecimento de ser uma das atividades mais importantes dentro no mundo hodierno, existem espaços ainda não descobertos pelos turistas. Dentro desse prisma o turismo pode ser considerado como instrumento para construção de novos espaços de crescimento e de desenvolvimento territorial (VERA REBOLLO *et al.*, 1997).

Nesse sentido é de se ressaltar que a experiência e a visão do mundo desempenham importante papel na percepção geográfica e no desenvolvimento local. Daí ser oportuno apontar, de acordo com Pellegrini Filho (1999) que a interação do indivíduo e o seu meio ambiente é baseada em oportunidades e contradições. Segundo o mesmo autor, as oportunidades provêm dos recursos e as contradições, por sua vez, decorrem dos riscos.

A dinâmica da produção de territórios turísticos, ou seja, da apropriação dos espaços pela prática do turismo, comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois entre os fatores que determinam sua valorização destacam-se, dentre outros, os modismos produzidos pela ação determinante do marketing.

A atividade de turismo envolve vários segmentos da atividade humana atingindo diferentes grupos de pessoas, tais como os planejadores, políticos, profissionais da área, o turista cerne principal da área e, evidentemente, a comunidade local. Essa última sempre tem sido deixada de lado e enfrenta, dentro de sua percepção, uma eterna luta influenciada por inúmeros fatores tais como a possibilidade de trabalho, elevação de renda, melhoria do conforto em troca da perda de privacidade, além do fato de ver seus bens de uso se transformando em verdadeiras mercadorias à disposição dos visitantes.

São os conflitos apontados por Knafo (1996) resultantes das diferenças de territorialidade nômade dos turistas e a territorialidade sedentária dos residentes. As lógicas que movem a apropriação dos espaços pelos atores sociais – turistas e residentes – têm naturezas muito diferentes e, por isso, muitas vezes conflitantes. “Como cada um observa com olhos diferentes devido a interesses, formações e pontos de vista diversos, é razoável afirmar que existem tantas paisagens quanto forem os observadores” (SENE, 2011, p. 120).

Por isso tudo é importante que se conheçam a conduta e as atitudes das pessoas envolvidas com o turismo, que se conheçam os valores que essas pessoas atribuem ao meio ambiente e que respostas são atribuídas ao uso dos recursos pelos turistas. O conhecimento da percepção geográfica dos lugares que recebem o turismo poderá exercer, também, grande contribuição no desenvolvimento de uma conduta ambiental do homem e da melhoria da qualidade de vida da população, bem como no conhecimento das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e os valores locais.

2.4.4 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL APLICADA AO TURISMO

Após o levantamento bibliográfico e a devida análise, assim como o processo de orientação, reconheço a necessidade de trabalhar com um conceito que norteia a pesquisa para a solução da pergunta de partida e atenda aos objetivos propostos. Segundo Field (2009) e Demo (1995), as definições operacionais fornecem à pesquisa os indicadores (variáveis dependentes e independentes) que serão efetivamente submetidas aos testes (PINHEIRO, 2012; PINHEIRO *et al.* 2014).

Nesse sentido, o conceito de Desenvolvimento Local aplicado ao Turismo que foi tratado nesta tese segue abaixo, uma vez que o mesmo foi discutido, apresentado e avaliado por eventos, revistas e um capítulo de livro em Portugal, nos últimos cinco anos:

A **Desenvolvimento Local** é a **melhoria dos rendimentos** (salário, lucro, juros, aluguéis, sobras das cooperativas) **e empregos; melhoria da qualidade da educação, saúde e ambiente; melhoria dos serviços** (água, esgoto, eletricidade, arruamento etc.); **melhoria na prestação de serviços urbanos** (transporte, comunicação, iluminação pública); **melhoria do lazer** (recreação); **independência da assistência social** ou pelo menos a redução da dependência pessoal das políticas de indenizações compensatórias e políticas de assistência social (aposentadoria rural e o programa de renda mínima); **melhoria da segurança pública**

ou controle sobre os crimes contra a vida, patrimônio e dignidade (violência urbana, exploração sexual, gravidez precoce, alcoolismo, consumo de drogas ilícitas, furtos, roubos).

Após essa apresentação do marco teórico, necessário se faz a descrição do objeto do estudo presente na próxima seção.

3 BATURITÉ: TURISMO LOCAL E O CORREDOR VERDE

“Ibi-tira-eté”.

(IPECE, 2014).

O objetivo deste capítulo é apresentar o objeto do estudo e o turismo endógeno no corredor verde por meio dos pontos de maior destaque das cinco cidades estudadas no chamado Corredor Verde (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia).

3.1 BATURITÉ: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

Em seu processo histórico a cidade de Baturité¹⁵ tem origem indígena do Tupi *ibi-tira-eté*, que significa dizer “serra verdadeira” em sua toponímia. Tal versão, porém, não é considerada unânime segundo os estudiosos. As mais antigas referências são datadas de 1746, quando Inácio Moreira Barros e André Moreira de Moura fizeram uma petição ao Capitão-mor, Governador da Capitania do Ceará Grande, João de Teive Barreto de Menezes, para a concessão de uma sesmaria entre o rio Choró e a serra de Baturité, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

Inicialmente permaneceu a denominação de Aldeias das Missões em 1762. Em seguida o local foi elevado à categoria de vila e assim nomeada por Palmas em 1763 (Carta Régia datada de 6 de agosto de 1763 e Portaria de 15 do agosto de 1763, e conforme Edital, publicado a 31 de março de 1784). Elevado à condição de cidade através da Lei Provincial nº 844, de 09 de agosto de 1858, trazendo o nome de Baturité.

Considerando seus aspectos climáticos Baturité caracteriza-se por um clima bastante ameno do tipo tropical quente sub-úmido, onde a temperatura média se mantém entre os 26° a 28°, podendo também sofrer alterações à noite ou no período chuvoso e possui uma extensão territorial de aproximadamente 308,78 quilômetros quadrados.

Segundo dados do Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará (IPECE, 2011), a cidade de Baturité é constituída por um montante populacional de 33.321 habitantes (IBGE, 2010; IPECE, 2011), estando 73,34% em zona urbana e com praticamente

¹⁵ Ao nordeste do Estado, com Altitude de 171,2 metros e distante da capital a 79 quilômetros (em linha reta). Possui como coordenadas geográficas Latitude (S) 4°19'43" e Longitude (WGr) 38°53'05", seu componente ambiental é o Maciço Residual, com período chuvoso entre janeiro a maio e uma temperatura média (°C) de 26° a 28° (IPECE, 2011, p. 5).

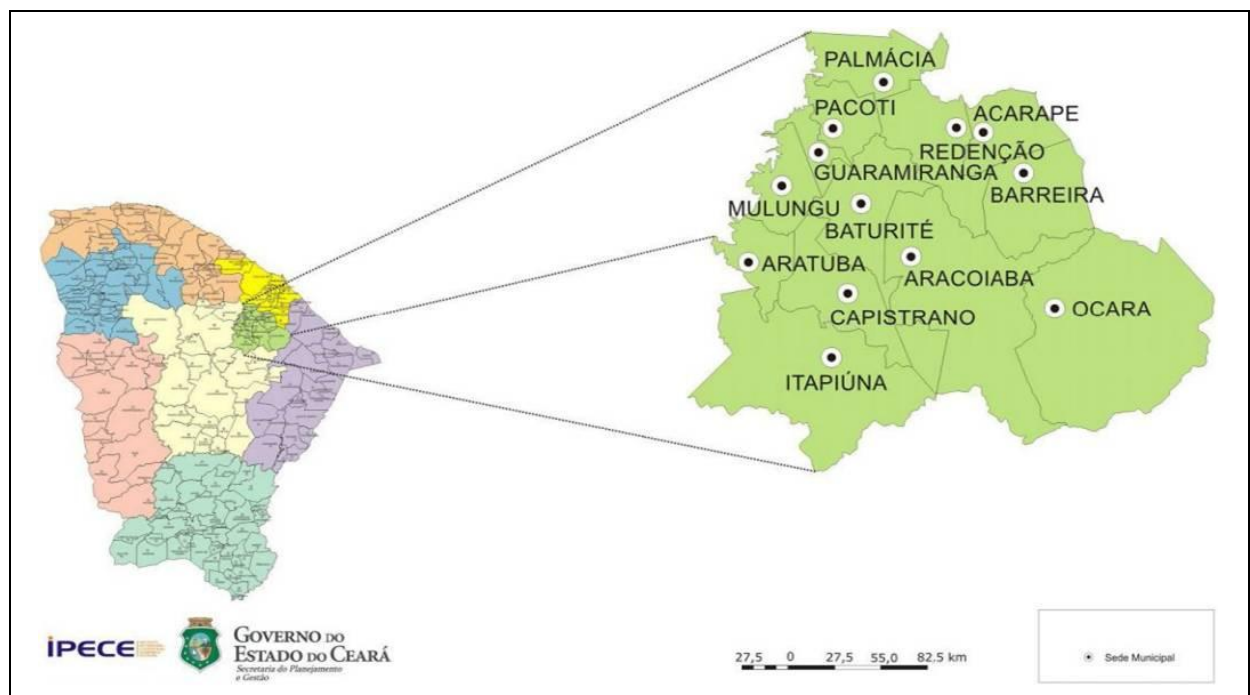
o mesmo percentual entre homens e mulheres, com leve predominância destas, respectivamente 49,21% e 50,79%.

Segundo divisão administrativa, em 1920, o referido município passou a ter 08 (oito) distritos: Baturité, Caio Prado, Candeia, Castro (atualmente corresponde a cidade de Itapiúna), Guaramiranga, Pernambuco, Putiú e Riachão (Capistrano).

Em divisão territorial datada de 01/07/1960 a Macrorregião de Baturité é constituída apenas do distrito sede. Os demais distritos, ao longo dos tempos, ou foram extintos, ou elevados à categoria de município como Capistrano, Itapiuna e Pacoti. Outros foram agregados a novos municípios, como é o caso do distrito de Caio Prado que ficou para o município de Itapiuna.

Guaramiranga e Pernambuco desmembraram-se para formação do município de Pacoti. De acordo com a Lei Municipal nº 932, de 17 de janeiro de 1991, foram criados mais dois distritos para a Macrorregião de Baturité além do distrito sede: Boa Vista e São Sebastião, conforme Mapa 3.1.

Mapa 3.1 – Identificação da Macrorregião de Baturité



Fonte: IPECE (2009, *apud* BRASIL, 2010b, p. 18).

Na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité, também encontram-se inúmeros projetos sustentáveis para a preservação da fauna e da flora da região. Como é o caso do Projeto Cara-suja; geração de renda e conservação da biodiversidade no

maciço de Baturité, iniciativa da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (AQUASIS¹⁶) em parcerias com outras instituições, como Handara¹⁷ e Companhia Energética do Ceará (COELCE)¹⁸. O projeto vem conduzindo ações envolvendo estudo da biologia da espécie, trabalhando com a educação ambiental e o envolvimento de políticas públicas.

Existe a necessidade da mobilização e envolvimento da população local nesse projeto, por isso foi criado um centro de visitantes localizado na praça central de Guaramiranga, distante de Baturité em 11 quilômetros, para sensibilizar as pessoas sobre a importância da conservação da natureza. Neste local, motivado pelo clima e ambiente de serra, estão expostos cartazes informativos detalhando sobre o projeto e sua relevância para garantir a qualidade de vida.

Como forma de gerar receita para a sustentabilidade do centro de visitantes é importante ressaltar que o projeto apoia artesãos, artistas e pequenos produtores locais no sentido de promover uma melhoria de seus produtos e condições de produção, além de oferecer um espaço privilegiado em Guaramiranga para divulgação e venda dos produtos. Os produtos gerados pelo projeto possuem um rigoroso critério e acompanhamento da cadeia produtiva, para buscar e incentivar maiores práticas sustentáveis.

Necessário se faz informar que o Maciço de Baturité em três sub-regiões. Uma de Vales e Sertão, de caráter histórico-rodoviário, formado por cidade como Capistrano e Redenção. Outra denominada de transição por relacionar o sertão com o litoral onde localizam-se os municípios de Ocara e Barreira conforme Mapa 3.2 Sub-regiões homogêneas.

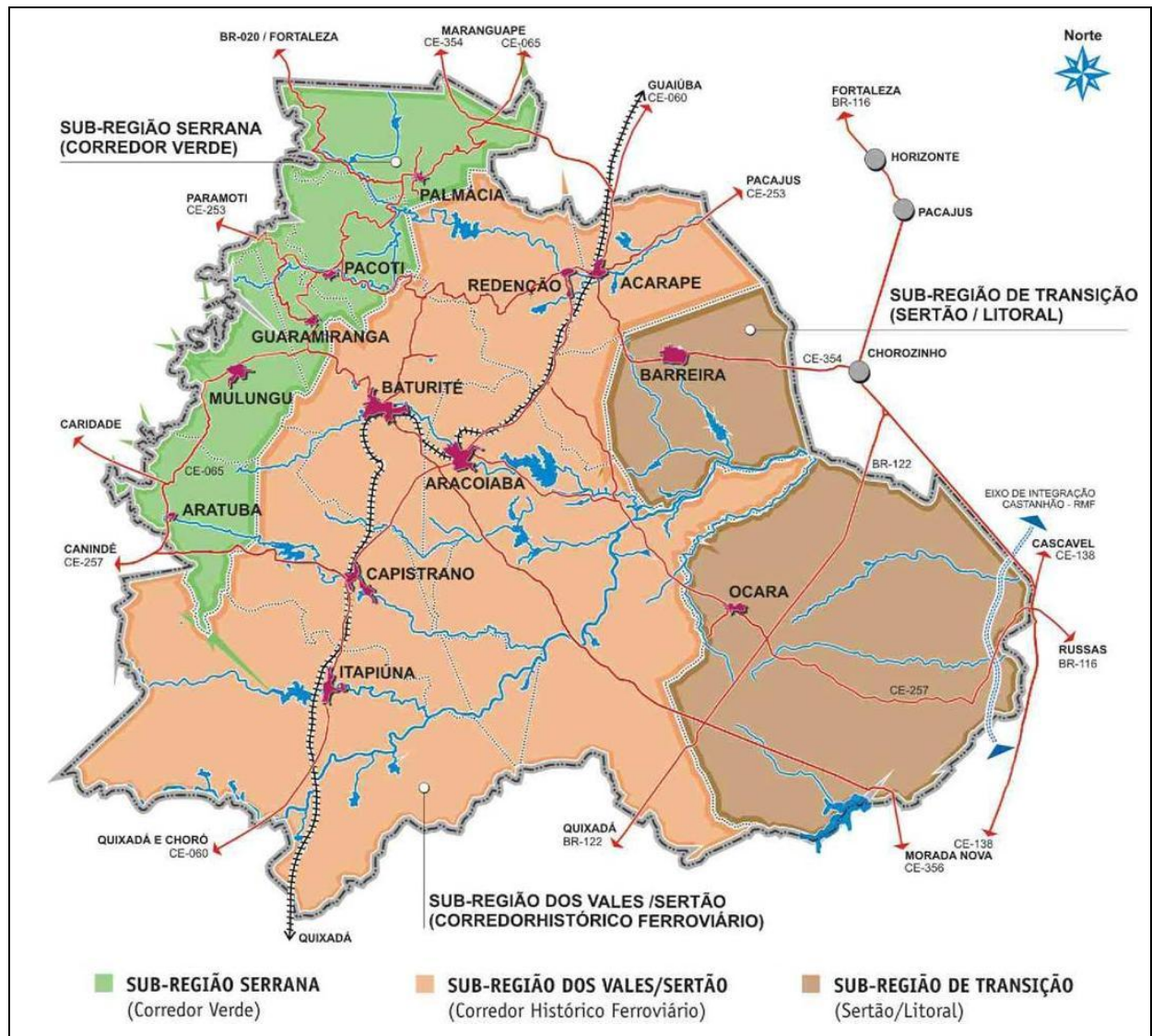
Após o exposto, faz-se necessária a apresentação dos cinco municípios, objeto do estudo, onde foram coletados os dados primários desta pesquisa para atender aos objetivos da tese conforme Mapa 3.2, marco territorial das sub-regiões homogêneas no enclave sub-úmido do Maciço de Baturité formada pelos municípios de Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia.

¹⁶ Organização não-governamental (ONG) que trabalha desde 1994 com o compromisso de conservar a biodiversidade do Nordeste brasileiro. Atualmente está envolvida com a conservação de três espécies criticamente ameaçada de extinção global no estado do Ceará: o peixe-boi marinho e duas aves, o soldadinho-do-araripe e o periquito-cara-suja.

¹⁷ Empresa do setor de confecção (jeans) cuja Missão é Desenvolver moda que modela com conforto, possibilitando independência financeira aos nossos parceiros (HANDARA, 2015).

¹⁸ Companhia Energética do Ceará cuja Missão é Energia orientada para um relacionamento próximo e transparente com nossos clientes, crescendo junto com o Ceará e gerando valor para os acionistas, através da satisfação e compromisso de todo o nosso time (COELCE, 2015).

Mapa 3.2 – Sub-regiões homogêneas



Fonte: Ceará (2004, p. 14).

3.2 ARATUBA

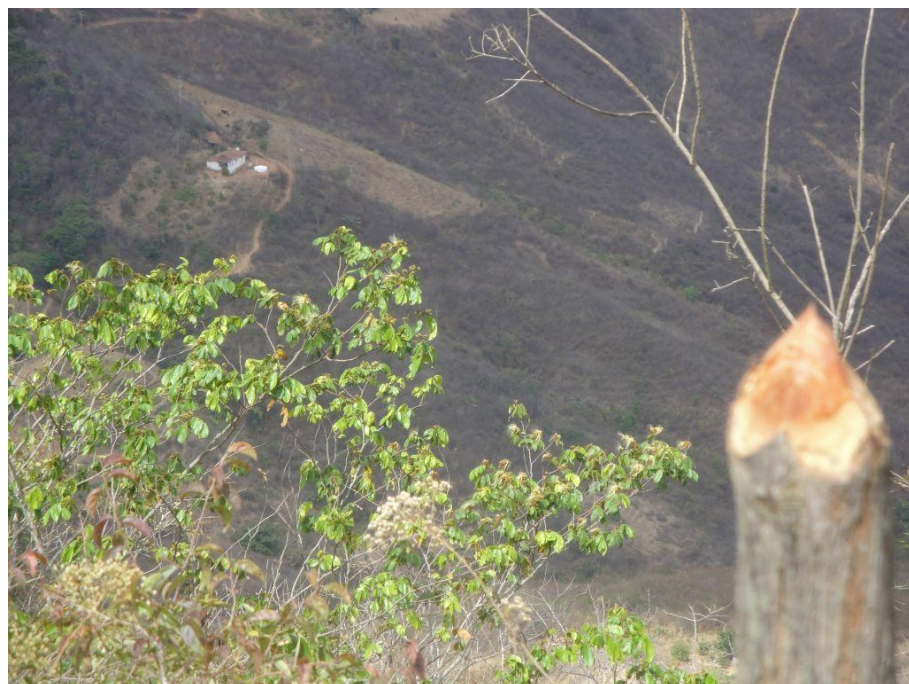
No objeto do estudo Aratuba é o município mais distante da Capital cearense em 122 quilômetros, com vias de acesso pela CE060, CE356 e CE065. A cidade nasceu como vila Coité em 1890 e emancipou-se de Baturité em 1957 (MACIÇO, 2003). Sua toponímia é questionada, pois, ora uns estudiosos atribuem o título de Abundância de Pássaros (*ara*-passaro + *tuba*-quantidade), ora outros apontam para um Lugar Muito Alto (*ara*-lugar alto + *tyba*-muito). O que não se questiona é o clima ameno e o aspecto bucólico que Aratuba possui. A vista é encantadora, conforme mostram as Fotos 3.1 e 3.2, a seguir:

Foto 3.1 – Vista da Serra de Aratuba, com Altitude de 915 metros



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.2 – Paisagem Serrana de Aratuba com destaca para a casa no meio rural



Fonte: Próprio autor.

Segundo os dados do IPECE (2014a), Aratuba possui uma área absoluta de 142,54 quilômetros quadrados. Com um clima tropical sub-quente úmido e temperatura média de 24° a 26°, torna-se um dos municípios de maior altitude do Maciço de Baturité. Sua população residente variou próximo de 10% nos últimos três censos demográficos predominando a população rural e os homens.

Tabela 3.1 – População residente em Aratuba

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Total	10.578	100,00	12.359	100,00	11.529	100,00
Urbana	1.510	14,27	2.157	17,45	3.769	32,69
Rural	9.068	85,73	10.202	82,55	7.760	67,31
Homens	5.586	52,81	6.419	51,94	5.823	50,51
Mulheres	4.992	47,19	5.940	48,06	5.706	49,49

Fonte: IBGE (*apud* IPECE, 2014a).

Foto 3.3 – Preparação da terra e plantio de frutas em Aratuba

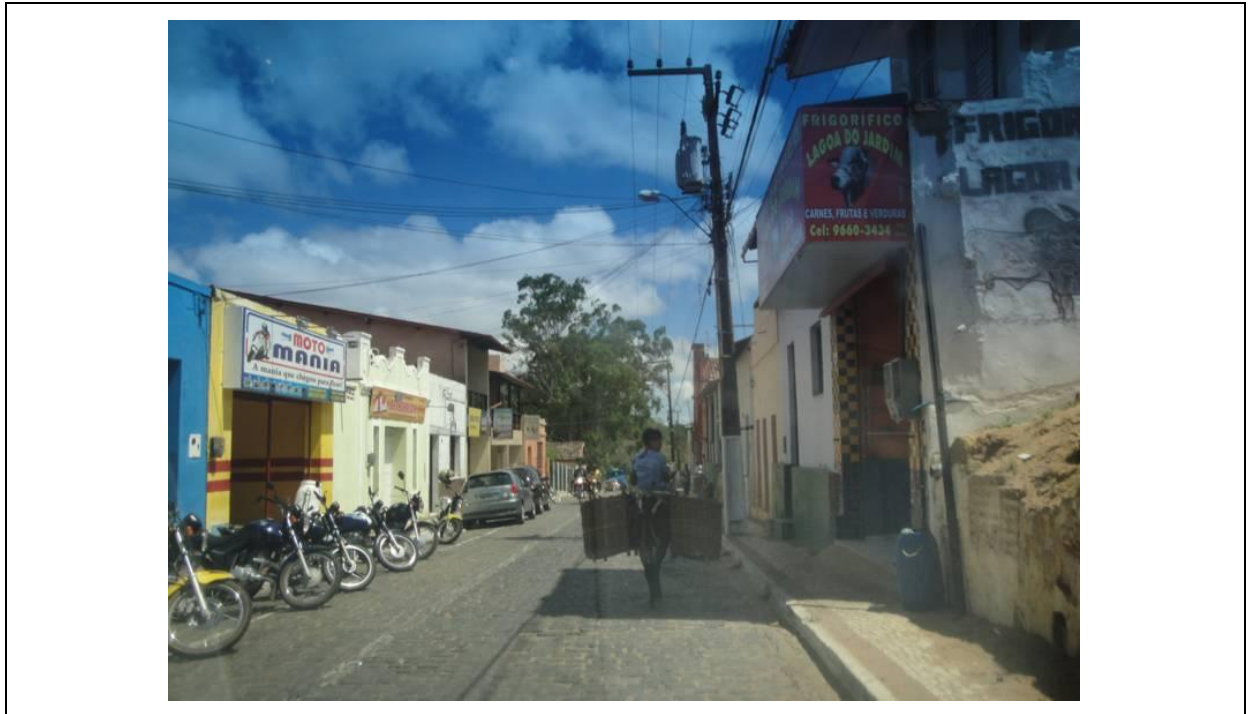


Fonte: Próprio autor.

A produção de hortaliças e frutas é a principal atividade econômica da região. O primeiro nome da cidade, Coité, já fazia referencia às árvores produtores da baga utilizada nas cuias. Além disso, Aratuba possui uma comunidade indígena reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que comercializa artesanatos em palha e madeira.

O comércio também é movimentado em Aratuba. Seja no lombo de um jumento, sobre uma moto, dentro de um carro, a cidade oferece serviços bancários, financeiros, mercados de pequeno e médio portes, postos de gasolina, *lan houses*, lojas de confecção, lojas de informática, entre outros.

Foto 3.4 – Comércio local de Aratuba



Fonte: Próprio autor.

A religiosidade está presente em Aratuba. Como Padroeiro, São Francisco de Paula, as festividades religiosas coincidem com a última semana do ano. Mas o sossego de Aratuba também é interrompido durante o carnaval com o Festival de Jazz & Blues realizado em Guaramiranga, na última semana de março em decorrência da semana do município, em junho com o Festival de Quadrilhas, em agosto com o Festival de Queijos e Vinhos, no mês seguinte com Mostra Paralela de Teatro do Maciço de Baturité e, a mais tradicional, no mês de novembro, quando acontece a Festa do Alho (MACIÇO, 2003).

Na praça da matriz há outro ponto de visitação turístico: o Cristo Redentor. Lugar de oração, contemplação, pedidos e agradecimentos por todos que vão e vem pela cidade.

Foto 3.5 – Igreja de São Francisco de Paula em Aratuba



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.6 – Cristo Redentor na Matriz em Aratuba



Fonte: Próprio autor.

A história da cidade confunde-se com a história da Família Pereira. O casarão é uma construção centenária, inclusive construída por escravos, na entrada de Aratuba.

Foto 3.7 – Casarão da Família Pereira em Aratuba



Fonte: Próprio autor.

Segundo o IPECE (2014a), em Aratuba há 11 unidades de saúde, sendo uma privada e 100 profissionais da saúde distribuídos como médicos (15), dentistas (6), enfermeiros (9), demais profissionais de ensino superior (5), agentes comunitários de saúde (33) e outros profissionais de nível médio (32).

A paisagem urbana de Aratuba, na área central, é formada por edifícios de pequeno porte (até três andares) e residências.

Foto 3.8 – Hospital Público da cidade de Aratuba



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.9 – Paisagem urbana de Aratuba



Fonte: Próprio autor.

Outros pontos turísticos que merecem destaque em Aratuba são os mirantes. O Pico do Mussú permite avistar Itapiúna, Caridade e Canindé. O Pico do Acarape permite uma visão panorâmica de Aracoiaba, Itapiúna e Capistrano. A cinco quilômetros da sede há o Mirante Quebra Faca onde se localiza a comunidade indígena dos Fernandes e se tem uma visão dos municípios de General Sampaio, Caridade, Canindé, Paramonti e Pentecostes. Apresento, a seguir, o segundo município do objeto do estudo.

3.3 GUARAMIRANGA

A área em estudo compreende o município de Guaramiranga e está localizada na Macrorregião Norte-Cearense, mais precisamente na Microrregião de Baturité em um dos pontos mais altos do Estado a 4°15'48" de latitude sul e 38°55'59" longitude oeste de *Greenwich* conforme IPECE (2014b). De origem indígena o termo Guaramiranga significa “pássaro vermelho” no *Tupi*. A serra se encontrava dentro da área territorial da Vila de Baturité, em uma área de difícil acesso, com recortes geográficos muito acentuados onde grande parte do seu território situava-se 800 m acima do nível do mar (PAGLIUCA, 2009).

No dia 04 de setembro de 1890 por meio do Decreto 59 o nome do povoado passa a denominar-se Vila de Guaramiranga (FARIAS, 2001). Quanto à formação legal foi definitivamente elevada a categoria de município em 11 de junho de 1957 pela Lei nº 3679 conforme explica Bastos (2005, p. 73-74).

Em 1899, pela lei nº550, de 25 de agosto, a vila de Guaramiranga foi declarada extinta, ficando anexada ao Município de Baturité, mas foi restaurada pela lei de nº1887, de 15 de outubro de 1921. Novamente suprimido pelo Decreto nº193, de 20 de maio de 1931, passou a ser simples distrito de Pacoti.

Pagliuca (2009, p. 32) ressalta “[...] os anos de 1970 a 1980 foram marcados pela pouca utilização econômica da região. Todavia o turismo configurou-se como uma atividade de grande envergadura, movimentando recursos locais”. O cultivo do café foi o responsável pelo apogeu econômico da região, além de propiciar o crescimento das cidades locais e a construção do patrimônio histórico e arquitetônico.

Ainda em Pagliuca (2009, p. 32) “A economia foi desenvolvida em seus aspectos mais rentáveis mediante a exploração do café, verduras e legumes [...]”. Além do cultivo de café, que em algumas propriedades era produzido à sombra de outras árvores nativas, surgiu uma cultura sustentável conforme outras atividades agrícolas como: banana, horticultura,

milho, feijão e mandioca que também merecem destaque (BASTOS, 2005; COSTA FILHO, 2004).

O município possui uma área de 59,47 km² correspondendo 0,04% da área do Estado, de acordo com dados do IPECE (2014b). O município é constituído de dois distritos, a Sede e Pernambuco. Encontra-se na Área de Proteção Ambiental (APA) de Baturité, legalmente protegida. APA é uma unidade de conservação criada para compatibilizar o uso, a ocupação humana com a conservação e preservação do meio ambiente. Destaca-se pela sua localização como o segundo ponto mais alto do Ceará, o Pico Alto com 1.115m de altitude.

Este enclave semiúmido possui um clima Tropical Sub-quente Úmido e Tropical Quente Úmido caracterizado por temperatura média em torno de 24°C e 26°C durante o ano com períodos chuvosos nos meses de janeiro a maio IPECE (2014b). Entre julho e setembro, no período da noite pode se sentir temperaturas ainda mais amenas, beirando os 14°C e 15°C. Característica essa por estar a 600m acima do nível do mar.

Com uma vegetação exuberante, onde samambaias, orquídeas e flores silvestres convivem com uma fauna nativa que inclui as mais diversas espécies de pássaros, Guaramiranga comporta vestígios da Mata Atlântica, sendo considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como um Patrimônio do Planeta. Seu relevo é ondulado em função de sua localização em área serrana.

A população de Guaramiranga, dominada por sitiantes, pequenos núcleos comunitários e fazendas tem indícios de uma boa qualidade de vida, uma vez que a taxa de analfabetismo e o índice de mortalidade infantil são baixos, comparado com os mesmos indicadores no Ceará, como afirmam os dados do censo demográfico de 2010 do IBGE e da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) conforme o IPECE (2014b).

Ainda tratando do povo guaraminguense a população total residente é de 4.164 habitantes (IPECE, 2014b), com uma densidade demográfica de 41,29 habitantes/km² de acordo com os dados do IBGE (2010).

Tabela 3.2 – População Residente em Guaramiranga

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Total	5.293	100,00	5.714	100,00	4.164	100,00
Urbana	1.572	29,70	2.330	40,78	2.495	59,92
Rural	3.721	70,30	3.384	59,22	1.669	40,08
Homens	2.757	52,09	2.915	52,02	2.099	50,41
Mulheres	2.536	47,91	2.799	48,98	2.065	49,59

Fonte: IBGE (*apud* IPECE, 2014b).

O acesso a Guaramiranga se dá através da CE 021 e CE 115, por Mudubim, Pacatuba, Guaiuba, Redenção, Aracoiaba e Baturité, distante aproximadamente 115 km de Fortaleza, ou pela CE 115 e CE 004, por Maranguape, Palmácia e Pacoti, distante, 86 km, ou ainda pela BR 020 e Ladeira de Pendanga distante apenas 75 km (FARIAS, 2001), conforme Mapa 3.3.

Mapa 3.3 – Acesso para Guaramiranga saindo de Fortaleza (CE-060)



Fonte: FAGED/UFC (*apud* PAGLIUCA, 2009, p. 35).

A paisagem urbana de Guaramiranga, na área central, é formada por edifícios de pequeno porte. O seu espaço urbano mantém, no geral, o ambiente agradável predominando o gosto erudito e urbano.

As edificações que merecem destaque por sua maior escala e beleza arquitetônica são a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, construída no estilo barroco em 1892, o Convento dos Capuchinhos que se localiza na ladeira da gruta, a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição construída em 1880, o Teatro Municipal Raquel de Queiroz com capacidade para 500 pessoas, palco de espetáculos artísticos como o Festival de Jazz e Blues e o Festival Nordeste (GUARAMIRANGA, 2012).

Foto 3.10 – Contemplação paisagística do Pico Alto em Guaramiranga



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.11 – Vista da cerração do Pico Alto em Guaramiranga



Fonte: Próprio autor.

Outros pontos por seu caráter turístico merecem ser mencionados como: o Parque das Cachoeiras, Pico Alto (ponto culminante do Maciço de Baturité) com 1.115m de altitude onde se pode desfrutar de um pôr do sol e as melhores vistas da região, a Linha da Serra (trajeto que começa a 28km da entrada de Baturité) totalizando um percurso de 15km a 1.002 metros de altitude e o Campo Batalha que possui uma trilha ecológica de 3.600 metros voltada para a educação ambiental (GUARAMIRANGA, 2012).

Pode-se ainda destacar a variedade dos hotéis, pousadas e chalés a citar: o Remanso Hotel de Serra, a Pousada dos Capuchinhos, o Chalé das Montanhas, a Chácara dos Cedros, Pousada Logradouro, a Pousada Cabanas da Serra, dentre outros.

Na região as ordens religiosas atuam desde o final do século XIX. Os primeiros a chegarem foram os Jesuítas. Na década de 1930 chegaram os missionários Capuchinhos vindos da Itália e em seguida as irmãs Capuchinhas fizeram parte desse grupo no intuito de trabalharem na educação dos jovens. Em tempo, registro que no “pé da serra”, na cidade de Baturité, os Salesianos se fizeram presentes no mesmo período naquele município.

A economia da região nos anos de 1970 a 1980 foi marcada pela sua pouca utilização sendo ainda desenvolvida por meio da exploração do café, verduras e legumes que eram produtos rentáveis naquele momento. No final do ano 1980 e início de 1990 a produção de flores teve início para alavancar a economia local tornando a cidade um centro de cultura e lazer realizando diversos festivais que fazem deste pequeno município uma notável atração turística voltada principalmente ao público cearense (PAGLIUCA, 2009).

A cultura nessa região é muito forte. Movimentos culturais são apoiados pela Secretaria de Cultura da cidade, quando tenham a ver com a cultura de Guaramiranga e os nativos da região possam se identificar. A Secretaria da Cultura apoia e investe em eventos locais de pequeno porte onde afirma que eventos dessa categoria podem perdurar (VIEIRA, 2011). Os eventos são realizados no decorrer de todo o ano. No mês de setembro são destacados os festivais de teatro, jazz no período do carnaval, vinho em julho, que fazem deste pequeno município uma notável atração turística.

Guaramiranga mesmo sendo o menor município do Ceará esbanja beleza e uma boa receptividade. Sua principal atividade econômica é o turismo. Além de contribuir para o desenvolvimento da cidade é também responsável pela geração de emprego e renda da população local.

A cidade tornou-se um dos municípios mais visitados da serra devido a sua gama de características: a proximidade da capital e seu acesso fácil; a exuberância de suas paisagens e florestas; o lazer; produções de flores e plantas ornamentais; existência de patrimônio

histórico e cultural; um rico artesanato; a boa receptividade da população; as animadas programações de festivais, além de uma boa infraestrutura de hospedagem, como hotéis, pousadas, chalés e restaurantes (FARIAS, 2001).

Guaramiranga dispõe de ótimas pousadas e hotéis que são bem requisitados durante a realização dos eventos culturais ou turísticos. Com a superpopulação gerada estes não conseguem acomodar todos os visitantes uma vez que não possuem leitos suficientes para tal situação. Percebe-se, ainda, que a cidade não possui infraestrutura adequada para receber grande quantidade de turistas.

Inclusive, o sistema de destinação final de resíduos sólidos e a falta de um sistema de abastecimento de água regular trazem transtornos de ordem social, econômica e ambiental (PAGLIUCA, 2009). De acordo Mamede e Gadelha (2009) a infraestrutura de Guaramiranga é sempre um ponto delicado. A rede hoteleira e os restaurantes, por exemplo, são bons, mas muito caros para os serviços que oferecem, deixando a desejar (VIEIRA, 2011).

Partindo do pressuposto que o público frequentador de Guaramiranga são pessoas de poder aquisitivo de médio a alto, nível social e econômico capazes de satisfazerem suas necessidades e vontades, os estabelecimentos locais precificam seus produtos visando não somente o pagamento que merecem sua infraestrutura e serviços, mas pela região que oferece ao turista contato com a natureza, fugindo do estresse da cidade, encontrando sossego e qualidade de vida.

Outra característica que merece destaque ainda que não seja objeto desta investigação é o setor imobiliário. A especulação imobiliária que, por vezes, gera a segregação socioespacial já é alvo de atenção por parte da ciência geográfica (ASSIS, 2010; RODRIGUES, HOLANDA, 2012; PINHEIRO; BORGES, 2012). Guaramiranga, enquanto cidade refrigerio e com um turismo que possui características de vilegiatura, detém a possibilidade real de investimento no mercado imobiliário, notadamente com o aumento do preço do espaço urbano e divisão clara entre os que podem arcar com tamanho investimento daqueles que ficam a margem do que o setor produz. Assis (2010, p. 165) atesta que o

[...] capital imobiliário, em especial, logo se expande, provocando mudanças no perímetro urbano¹⁹ e a abertura de loteamento e áreas subpovoadas e desprotegidas

¹⁹ N.A. A Constituição Federal de 1988 (nos artigos 30 e 182) delegou aos municípios a tarefa de promover o ordenamento territorial, o que lhes permite alterar o perímetro urbano e transformar terra rural em terra urbana. Com frequência, muitos municípios fazem uso dessa prerrogativa legal para promover novos loteamentos em áreas urbanas e aumentar a arrecadação fiscal. Ao converterem a terra rural em solo urbano, os municípios podem cobrar o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) em detrimento do Imposto Territorial Rural (ITR) que é recolhido pela União.

de serviços. A conversão de terras rurais em terras urbanas abre espaço para a especulação imobiliária, resultando, quase sempre, no encarecimento da moradia e no reforço da segregação socioespacial.

No âmbito do turismo, Ruiz (2003) destaca que os empreendimentos turísticos promovem uma profunda mudança socioespacial acerca da especulação imobiliária. Carlos (1996) corrobora quais tais mudanças podem ser bruscas e afetar sobremaneira os moradores locais tende em vista que as cidades se transformam em espetáculos cujos espectadores são os turistas que irão consumir no espaço e o próprio espaço. Rodrigues e Holanda (2012, p. 45) citam que esta segregação social e espacial não é recente uma vez que remonta a reprodução do capital que reforça as desigualdades sociais amplamente discutidas nas obras de Lefebvre (1999; 2008), Lojkin (1997), Castells (2000), Harvey (1980), por exemplo.

3.4 MULUNGU

De origem indígena, *Murungu*, ou árvore da família das *eritrinas*, que dá o nome à cidade. É uma madeira branco-amarelada e porosa abundante na região (MACIÇO, 2003). A cidade encanta por suas belezas naturais em uma vista impressionantemente bucólica.

Foto 3.12 – Entrada da cidade de Mulungu



Fonte: Próprio autor.

Segundo os dados do IPECE (2014c), Mulungu possui uma área absoluta de 134,59 quilômetros quadrados e altitude de 790 metros. Com um clima tropical sub-quento úmido e temperatura média de 22° a 24° torna-se uma das mais agradáveis cidades do Maciço de Baturité. Sua população residente variou próximo de 50% nos últimos três censos demográficos predominando a população rural e os homens.

Tabela 3.3 – População residente em Mulungu

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Total	7.842	100,00	8.897	100,00	11.485	100,00
Urbana	3.023	38,55	3.715	41,76	4.198	36,55
Rural	4.819	61,45	5.182	58,24	7.287	63,45
Homens	4.054	51,70	4.568	51,34	5.842	50,87
Mulheres	3.788	48,30	4.329	48,66	5.643	49,13

Fonte: IBGE (*apud* IPECE, 2014c).

Foto 3.13 – Feira Comercial em Mulungu



Fonte: Próprio autor.

“A ocupação das terras do alto do Maciço iniciou-se nas últimas décadas do século XVIII em face das grandes secas que assolaram o Ceará. Habitantes do sertão foram obrigados a procurar refúgio nas serras, em busca da própria sobrevivência” (MACIÇO, 2003,

p. 146). Mulungu, um povoado incipiente, aparece neste momento como ponto de descanso dos viajantes oriundos da Baturité em direção a Canindé.

A cultura do café, igualmente nos municípios circunvizinhos, introduziu o desenvolvimento na cidade. As plantações nos sítios Bagaço e Munguaípe levaram famílias inteiras do sertão de Canindé e de Quixadá para o alto da serra. Mulungu, ainda é, sobretudo, rural. As casas de farinha produzem goma fresca e confeccionam beijos; todavia, o comércio emerge. A economia de Mulungu é movimentada por empreendimentos hoteleiros e gastronômicos, casas de veraneio e sítios antigos, além da produção de hortifrutigranjeiros.

Foto 3.14 – Hotel que homenageia o Padroeiro de Mulungu



Fonte: Próprio autor.

“A religiosidade dos habitantes de Mulungu é manifestada pela devoção a São Sebastião, padroeiro da cidade. [...]. Uma imponente escadaria nos conduz ao monumento através de uma via sacra com 14 imagens esculpidas em cimento” (MACIÇO, 2003, p. 147). Igrejas como Nossa Senhora de Fátima, em Catolé, e de Santa Luzia, em Lameirão, ambas construídas por padres jesuítas são exemplos de arquitetura sacra rural.

Politicamente “a criação da freguesia de São Sebastião de Mulungu ocorreu em 1895”, mas o município “foi extinto e recriado diversas vezes ao longo dos anos, tendo obtido sua emancipação política definitiva em 1957” (MACIÇO, 2003, p. 146-147).

Foto 3.15 – Igreja em Mulungu



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.16 – Câmara Municipal de Mulungu



Fonte: Próprio autor.

Dois indicadores analisados nesta tese foram bem visualizados em Mulungu. O primeiro, a Educação e, próximo dele, o Transporte escolar. Consonante a Educação, segundo os dados do IPECE (2014c), o município possui 119 docentes distribuídos na rede estadual (17), municipal (95) e particular (19). Mulungu possui uma escola estadual, com biblioteca e um laboratório de informática, doze escolas municipais com quatro bibliotecas e dois laboratórios de informática e duas escolas particulares com um laboratório de informática.

Foto 3.17 – Biblioteca Pública de Mulungu



Fonte: Próprio autor.

Nesta variável ainda destaco a boa taxa de escolarização líquida do município, tanto em relação ao ensino fundamental (60,45%) quanto em relação ao ensino médio (36,01%), próximas aos indicadores do Estado, 79,87% e 47,98% respectivamente. Na outra variável, Transporte. Neste quesito e *in loco* não percebi uma situação confortável. Os ônibus, com bastante quilometragem e necessitando de manutenção e equipamentos de segurança são poucos em relação ao meio de locomoção mais utilizado: o chamado pau de arara. Caminhões adaptados com a mesma quilometragem alta e necessitando da mesma manutenção e equipamentos de segurança; todavia, uma resposta rápida, mas nem sempre segura.

Foto 3.18 – Transporte Escolar em Mulungu: Ônibus antigos



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.19 – Transporte Escolar em Mulungu: Pau de Arara



Fonte: Próprio autor.

Registro neste momento que não encontrei uma pousada e/ou hotel de médio porte na cidade, salvo um hotel fazenda. Encontrei casarões onde se mantem piladeiras de café e engenhos de cana de açúcar. Mulungu destaca-se pelos seus sítios e sua natureza, por vezes intacta, com cachoeiras e que distam em média 12 quilômetros da sede (MACIÇO, 2003).

3.5 PACOTI

Distante da Capital Alencarina em 118 quilômetros, o município de Pacoti apresenta-se, em uma primeira visão, com forte apelo comercial. Feiras, restaurantes, comércio, supermercados, boutiques, vendinhas, centro comercial, rede bancária, lojas diversas de roupa, tecnologia, sapatos, por exemplo, serviços de locação de transporte, chamam a atenção notadamente no período diurno. Possui uma altitude média de 736 metros e, como distritos, Colina, Fátima e Santana (MACIÇO, 2003).

São 181 estabelecimentos comerciais varejistas (IPECE, 2014d) na cidade. Além disso, Pacoti possui 26 indústrias, na sua maioria de transformação (23 unidades ou 88,46%) mas com presença de 2 indústrias de extrativismo mineral (7,69%) e 1 da construção civil (3,85%) segundo dados do IPECE (2014d) referente aos dados da Secretaria da Fazenda em 2013.

Pacoti, de origem Tupi com significado Lagoa das Cotias e Voltado para o Mar, igualmente é formada por Maciço Residual e possui uma população residente eminentemente no ambiente rural, com evolução nos últimos 20 anos de 14,92% e uma pequena maioria de pessoas do sexo masculino com densidade demográfica de 105,92 habitantes por quilômetro quadrado (IPECE, 2014d).

Tabela 3.4 – População residente em Pacoti

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Total	10.100	100,00	10.929	100,00	11.607	100,00
Urbana	3.179	31,48	3.809	34,85	4.745	40,88
Rural	6.921	68,52	7.120	65,15	6.862	59,12
Homens	5.249	51,97	5.641	51,61	5.850	50,40
Mulheres	4.851	48,03	5.288	48,39	5.757	49,60

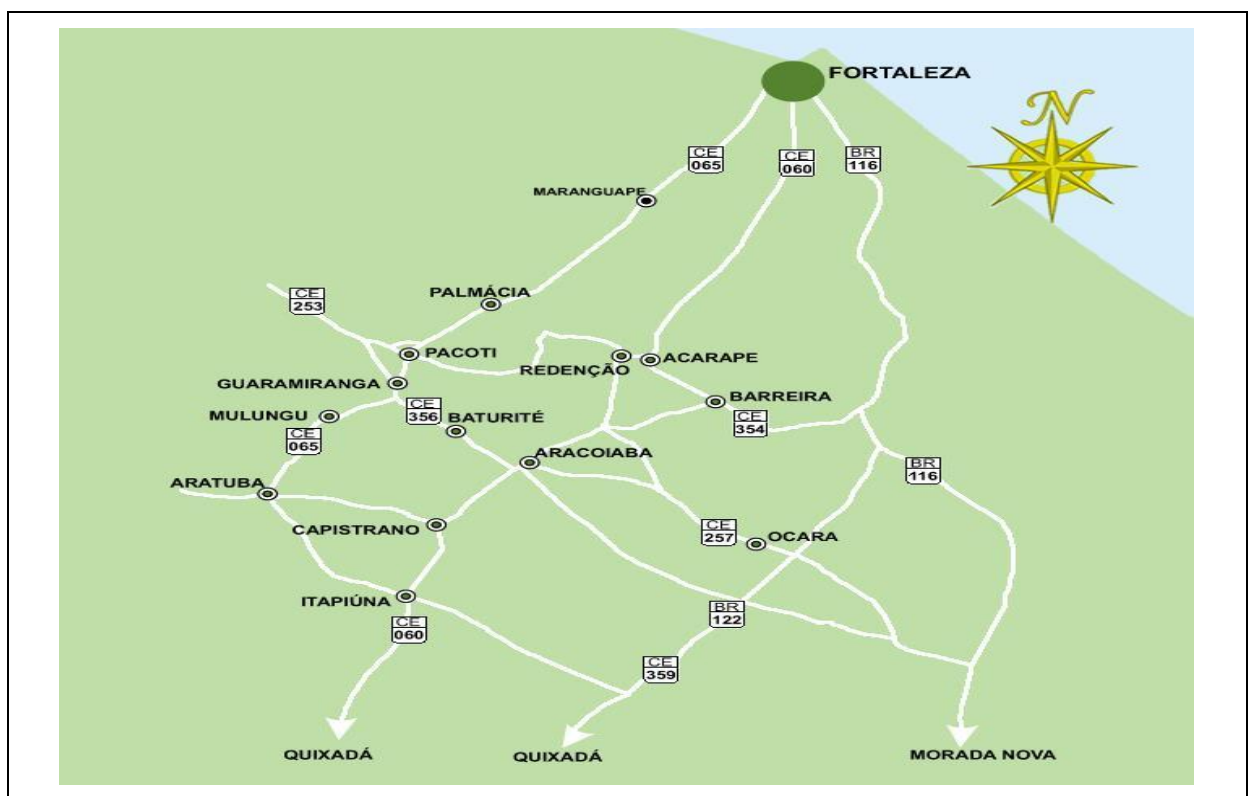
Fonte: IBGE (apud IPECE, 2014d).

A 7 quilômetros da sede, no Parque São José, é possível ver as cidades de Campos Sales e Caridade. Com a mesma distância, no sítio Jardim das Areias, descortina-se Baturité,

Aracoiaba. O sítio mais antigo, nomeado de São Luis no distrito de Santana localiza-se a 6 quilômetros de Pacoti (MACIÇO, 2003).

Seja pela CE060, passando por Palmácia, seja pela CE060 e depois pela CE056 que atravessa o município de Baturité pelo lado de Guaramiranga, se chega a Pacoti (Mapa 3.4). As rodovias são acessíveis, inclusive a CE060 foi reformada em 2011-2012 onde foram incluídos fatores de segurança, todavia as estradas ainda apresentam abismos profundos e curvas sinuosas.

Mapa 3.4 – Rodovias de Acesso ao Município de Pacoti



Fonte: IBGE (2011).

Suas origens remontam o povoado de Pendência em 1859 com os primeiros sítios no alto da serra. Emancipou-se definitivamente de Baturité em 1938 e é carinhosamente conhecida como “Princesinha da Serra”. A “sede é cercada por sítios de lazer e culturas de banana, chuchu e café. Pacoti apresenta características típicas de nossas cidades serranas: topografia irregular e casario baixo” (MACIÇO, 2003, p. 170).

Além dessa característica, a cidade possui igrejas e capelas que merecem destaque. A Matriz, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, possui um salão paroquial e foi construída em 1885 e no conjunto Planalto há a Capela de São Francisco. Na rua Irmã

Ferraz encontramos a Capela de Nossa Senhora das Graças e na rua Divino Salvador o Convento dos Salvatorianos (MACIÇO, 2003). Neste espaço há um centro de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Foto 3.20 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Pacoti



Fonte: Próprio autor.

Não obstante, a “igreja” mais conhecida na cidade localiza-se na entrada de Pacoti: o Cenotáfio²⁰ Donaninha Arruda. Segundo Maciço (2003, p. 174)

o comendador Ananias Arruda, importante homem público e comerciante de Baturité, fez construir para reverenciar a memória de sua esposa Donaninha Arruda, falecida no local. Esse monumento também é conhecido como ‘Capelinha do Arvoredo’ em referência ao sítio onde está localizado, às margens da estrada Pacoti – Guaramiranga.

Cunha (2011) alinha o turismo religioso ao cultura uma vez que não se pode desassociar ambos. Notadamente no aspecto histórico se reconhece que as viagens “provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do

²⁰ Do grego *kenos* + *taphos*, é o substantivo masculino que significa monumento fúnebre erguido em memória de alguém cujo corpo não foi encontrado ou que não se encontra ali sepultado. (<http://www.lexico.pt>).

passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais (religião)” (CUNHA, 2001, p. 49).

Foto 3.20 – Cenotáfio Donaninha Arruda, Sítio Arvoredo, em Pacoti



Fonte: Próprio autor.

Além da religiosidade, Pacoti destaca-se pelo meio ambiente. O Horto Florestal na comunidade de Granja abriga o Centro de Convivência Ambiental e o escritório da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Neste local, há produção de mudas, ervas e hortaliças e serve de apoio para as operações na APA.

O Turismo Rural é uma das vertentes do setor enquanto conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (OMT, 2001).

Além do horto, a ruralidade de Pacoti apresenta mais belezas naturais. Seja a Cachoeira Furada, por uma trilha íngreme de 1 quilômetro localizada em Santana no sítio Areias, seja no Poço da Veada na comunidade de Monguba a 5 quilômetros da sede localizada em uma propriedade particular (MACIÇO, 2003), o banho espetacular é garantido. “outra opção de banho é o Poço Escuro, localizado na estrada de Pacoti - Pernanbuquinho” (MACIÇO, 2003, p. 177).

Foto 3.22 – Horto Florestal em Pacoti



Fonte: Próprio autor.

Foto 3.23 – Arco Nossa Senhora de Fátima em Pacoti



Fonte: Próprio autor.

A cultura é outra marca de Pacoti. Há o polo de lazer, o Teatro Municipal Luiz Pimenta, o Noart Artesanato e Galeria Raimundo Siebra. Em especial, Siebra nasceu Pacoti e é responsável pelos painéis sacros da Igreja Matriz Nossa Senhora da Palma em Baturité. Além disso, caminhando pela avenida 13 de maio onde se localiza a sua galeria fundada em 1997, os visitantes e locais podem verificar permanentemente o espaço dedicado a exposição de obras de artistas locais, cearenses e nacionais (MACIÇO, 2003). Ao final da avenida, depara-se com o Arco de Nossa Senhora de Fátima e chegada à cidade de Palmácia nosso último destino do objeto do estudo a ser apresentado a seguir.

3.6 PALMÁCIA

Advindo de Maranguape, Palmácia é o último município a ser apresentado no objeto do estudo e o único dos quatro anteriores que não foi originário de Baturité. Como municípios limítrofes Palmácia possui ao norte Maranguape, ao sul Pacoti, Redenção e Guaiúba, ao leste Guaiúba e Maranguape e ao oeste Caridade. Sua área absoluta é de 117,81 quilômetros quadrados com altitude superior a 425 metros (MACIÇO, 2003; IPECE, 2014e).

Sua toponímia é originado do Tupi que significa Palmeira ou Terra dos Palemirais (IPECE, 2014e). Pode ter sido originada também de Arraial das Palmeiras (MACIÇO, 2003) e seu clima igualmente é Tropical Quente Úmido, com relevo formado por Maciços Residuais, com vegetação Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Subcaducifólia Tropical (IPECE, 2014e).

A emancipação política do município data de 1957. Antes, no início do século XIX, as primeiras aglomerações de casas foram percebidas nas encostas setentrionais do Maciço de Baturité formadas pelos dois povoamentos cearenses Queiroz e Sampaio (MACIÇO, 2003). No final do mesmo século, o Arraial das Palmeiras foi elevado a vila Silva Jardim mas extinto posteriormente. O nome Palmeiras bastante comum nas cidades brasileiras determinou a mudança para Palmácia a fim de evitar problemas com a tramitação postal.

A população residente de Palmácia variou 17,28% nos últimos 20 anos. Todavia o que desperta atenção é (1) o leve aumento da ruralidade após o avanço das residências no ambiente urbano e (2) o mesmo percentual entre homens e mulheres na localidade; único entre os cinco municípios do Corredor Verde objeto do estudo. O primeiro item pode ser explicado pela utilização de terras antes não ocupadas e pelo aumento do número de pessoas.

Tabela 3.5 – População residente em Palmácia

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Total	10.236	100,00	9.859	100,00	12.005	100,00
Urbana	3.725	36,39	4.417	44,80	4.957	41,29
Rural	6.511	63,61	5.442	55,20	7.048	58,71
Homens	5.251	51,30	5.079	51,52	6.002	50,00
Mulheres	4.985	48,70	4.780	48,48	6.003	50,00

Fonte: IBGE (*apud* IPECE, 2014e).

Além disso, a ruralidade esta presente na atividade econômica principal do município; a agricultura, com destaque para o cultivo da banana, cana de açúcar, arroz, milho e fava. A criação de gado no campo é outra fonte de renda no município notadamente na parte baixa de Palmácia, descida da Ladeira Grande, na comunidade de Água Verde, próximo ao Casarão dos Linhares com seus antigos tonéis da fábrica de aguardente (MACIÇO, 2003).

Todavia Palmácia apresenta uma religiosidade singular com as igrejas de Nossa Senhora de Fatima Araticum e a Matriz de São Francisco de Assis criada em 1943, com sino proveniente da Alemanha e imagem advinda da Freguesia de Santo Antonio de Quixeramobim (MACIÇO, 2003).

Além desse aspecto do turismo religioso Palmácia, assim como os quatro municípios anteriores, apresenta suas belezas naturais. A Pedra do Bacamarte “é respeita pelos alpinistas por sua altura e imponência [...e sua trilha] considerada pesada com dois quilômetros de subida íngreme” (MACIÇO, 2003, p. 188-189). No alto, avista-se os municípios de Maranguape, Fortaleza, Iguape e Redenção.

Nesse ponto percebi uma grande interação entre homem e natureza o que me fez buscar o termo Ecoturismo.

O comportamento e a forma como o turista, excursionista ou visitante interage com o núcleo receptor, seu ambiente e comunidade, são de vital importância para este trabalho, suscitando a necessidade de melhor caracterizar as várias possibilidades e modalidades de turismo, destacando-se entre elas o ecoturismo (SILVA, 2013, p. 35).

O ecoturismo também está presente na Pedra da Torre da Lua inclusive pela prática de esportes de aventura. Seu platô denominado “Encontro dos Ventos, o penhasco São João e a Cachoeira do Chuvisco, uma nascente do Rio Ceará, são atrações naturais que encantam os visitantes” (MACIÇO, 2003, p. 188). Comparada a trilha do Bacamarte, a trilha da Torre da Lua é menos íngreme e possui vestígios de mata atlântica.

O Turismo Cultural enquanto “formas de ocupação do tempo livre e, especialmente, de relacionamento com a cultura dos visitados” (SILVA, 2013, p. 40) é bem desenvolvido em Palmácia. “Artesãos dedicam-se à confecção de bijuterias e artigos religiosos em contas de madeira” (MACIÇO, 2003, p. 191). No município há festas populares como o Carnaval, o Festival de Quadrilhas em julho, o Forró do Xamegão em agosto e as festividades do padroeiro no final no período de 25 de setembro a 04 de outubro.

Contudo, a Fundação Serra Azul deve ser a maior responsável pelo exercício cultural e desportivo em Palmácia. O Projeto Casulo (Crianças e Adolescentes Sintonizados no Universo da Liberdade Ocupacional) são “grupos de teatro, dança, coral, flautas, capoeira e banda de música, (que) animam o cotidiano do município, propiciando também ocupação saudável para adolescentes envolvidos” (MACIÇO, 2003, p. 192).

Após a apresentação do objeto do estudo, emerge a necessidade de explicitar os Métodos e Técnicas de Pesquisa, capítulo vindouro.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo, nem ensino”.

(FREIRE, 2007).

O objetivo deste capítulo é apresentar e fundamentar a estrutura metodológica utilizada para a realização desta investigação, sua natureza, sua tipologia, as variáveis do estudo, universo e população, o plano de coleta de dados e seu respectivo tratamento, os pré-testes utilizados, os limitantes da pesquisa e sua operacionalização para atingir os objetivos do estudo.

4.1 NATUREZA E TIPOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

O estudo foi embasado em uma natureza quanti-qualitativa ou *quantum* como apregoeou Marx²¹ (1988), filósofo e economista alemão. Não obstante, preconizada por Smith²² motivado pelo objeto e o desejo de quantificar a subjetividade dos respondentes. Esse filósofo e economista escocês distinguia o dinheiro e o valor do dinheiro, pois atestava que ambos eram igualmente importantes uma vez que a quantidade de peças de metal possuía uma referência e significação (SMITH, 1988).

Por sua vez, Marx (1988) alinhou, em uma relação indissociável, o valor atribuído a uma mercadoria e o trabalho humano e cunhou o termo *quantum* como o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

O método quantitativo utiliza-se das quantidades absolutas e, portanto, invariáveis. É a forma de transformar as informações coletadas através de instrumentos de pesquisa em números, percentuais, médias ou em até dados mais complexos (RICHARDSON, 2011; MALHOTRA, 2006). Thums (2003, p. 147) diferencia as abordagens qualitativa e quantitativa

Abordagem quantitativa, que envolve como instrumentos básicos de pesquisa os questionários, formulários, as escalas sociais e os testes e a abordagem qualitativa, que envolve como instrumentos a observação, as entrevistas, as histórias de vida, os documentos.

²¹ Karl Heinrich Marx (1818-1883) possuía interesse em política, economia, filosofia, sociologia, trabalho, luta de classes e ciências naturais.

²² Adam Smith (1723-1790) é considerado o mais importante teórico do Liberalismo Econômico.

Determinado quantitativo por se utilizar de técnicas estatísticas para apurar a opinião dos entrevistados a partir de perguntas claras e objetivas, com base em questionários, como por exemplo. Leite (2008) ainda comenta que as pesquisas quantitativas são as que empregam a estatística e a matemática como principal recurso de análise (BAUER, 2007).

De acordo com Diehl e Tatim (2004, p 51), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo:

Uso de quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações, por meio de técnicas estatísticas, das mais simples, como coeficiente de correlação, desvio-padrão, às mais complexas, com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto a inferências.

A pesquisa quantitativa é aquela em que tudo pode ser quantificado. O que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas como porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outros (GIL, 2002).

As pesquisas de natureza quantitativa são as que utilizam um instrumento de pesquisa estruturado, cujas perguntas já estão definidas/formadas para adquirir as informações necessárias e usam a estatística para realizar alguma análise durante o estudo. Na investigação o pesquisador faz uso de um questionário estruturado para coletar os dados primários.

Posteriormente submeti os dados coletados a uma análise estatística descritiva utilizada para sintetizar as informações e apresentar, por meio de gráficos e números, os dados colhidos em campo. Malhotra (2006, p. 155) complementa que a pesquisa quantitativa é uma “metodologia de pesquisa que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Determinada a natureza qualitativa caracteriza-se por ser um estudo exploratório que identifica e analisa dados que não podem ser medidos como percepções, intenções, razões, motivações dentre outros que não se manifestam claramente, de uma determinada população-alvo.

Por qualitativo, entende-se que não há como se quantificar sem antes qualificar os dados coletados (BAUER, 2007). Esta natureza torna possível, segundo Malhotra (2006, p. 155), “alcançar a compreensão qualitativa das razões e motivações subjacentes”.

Oliveira (2002) explica que a abordagem qualitativa não emprega dados estatísticos como centro da análise do problema em estudo. Complementa Malhotra (2006, p. 155) que a pesquisa qualitativa é uma “metodologia de pesquisa não estruturada e

exploratória baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema”. O método qualitativo permite ao entrevistado discorrer espontaneamente sobre o assunto de seu interesse em uma abordagem não estruturada como é o caso de uma entrevista, por exemplo.

A natureza qualitativa permite a melhor compreensão dos dados e a descrição da complexidade de um determinado problema e/ou objeto do estudo. Possibilita ainda o nível de profundidade adequado para investigações deste porte, gerando o entendimento de particularidades do comportamento do ambiente e de indivíduos. A adoção das duas naturezas foi motivada pela consecução dos objetivos desta investigação e melhor análise do objeto do estudo.

Consonante a tipologia, foram adotadas as pesquisas exploratória e descritiva, quanto aos fins, bibliográfica e de campo, quanto aos meios (VERGARA, 2009). A pesquisa exploratória propicia a aproximação do tema e descobrimento do assunto. A pesquisa descritiva caracteriza-se pela apreciação de um fato sem a intervenção do pesquisador.

A investigação é classificada como exploratória por ser realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado como enfatizam Cerro, Bervian e Silva (2007, p. 64) “[...] recomenda-se a pesquisa exploratória quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado”. Além de se familiarizar com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão.

Malhotra *et al.* (2005, p. 56) esclarece que “como sugere o nome, o objetivo da pesquisa exploratória é explorar ou examinar um problema ou situação para proporcionar conhecimento ou compreensão”. Esse tipo de estudo busca o aprofundamento da realidade em questão mediante aproximação entre o pesquisador e o objeto do estudo. Essa fase termina formalmente com a entrada em campo (MINAYO, 1994).

Por sua vez, também é descritiva. Observa, registra e analisa fatos correlacionados ao problema pesquisado, levando assim a um estudo exploratório que favorece a pesquisa mais ampla e completa (CERVO; BERVIAN, 2002). Ainda expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode estabelecer, também, correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

O alicerce teórico do estudo foi fundamentado em pesquisa tipologia bibliográfica que, segundo Carvalho (1989, p. 100), “é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita para coletar dados gerais ou específicos a respeito de

determinado tema. Esta pesquisa utilizou livros, artigos científicos, revistas e sites relacionados aos temas em debate para a coleta das informações.

Lakatos e Marconi (2003, p. 183) afirmam que a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, [...]”.

A pesquisa de campo de acordo com Vergara (2009, p. 43) “é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. Esse tipo de pesquisa é utilizado porque coletará dados primários por meio de instrumentos de pesquisa como questionário, entrevista, formulário, dentre outros. Nesse caso será utilizado o questionário como instrumento de pesquisa.

Lakatos e Marconi (2003, p. 186) definem pesquisa de campo como uma investigação que possui “o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

4.2 DECISÃO PELAS VARIÁVEIS DO ESTUDO

Os termos utilizados nesse estudo são constituídos de conceitos nem sempre contendo definições gerais, pois muitas vezes essas definições são ambíguas. Necessitam, portanto, de ser operacionalizadas (TRIVIÑOS, 1987). As variáveis do estudo analisadas na tese compreendem as indicadas na Definição Operacional de Desenvolvimento Local Aplicada ao Turismo:

Variável independente: Desenvolvimento local

Variável auxiliar: Turismo

Variáveis dependentes: padrão de vida da população do Estado do Ceará que se desmembra nas variáveis socioeconômicas que seguem:

- Escolaridade;
- Renda;
- População;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Nível de Emprego;
- Infraestrutura;
- Produto Interno Bruto (PIB);

- Rede de saneamento;
- Índice de violência
- Policiamento e segurança pública;
- Estradas e calçamentos;
- Escolas públicas
- Ensino profissionalizante;
- Lazer e recreação;
- Bares e restaurantes;
- Atenção à saúde e gravidez precoce;
- Consumo de drogas lícitas e ilícitas;
- Violência e exploração sexual.

4.3 UNIVERSO E POPULAÇÃO-ALVO

Para Vergara (2009), o universo corresponde ao conjunto de elementos (empresas, produtos ou pessoas) que possuem as características do objeto do estudo. Basta apenas, para se definir o universo ou população, uma característica em comum em um conjunto de seres animados ou inanimados (SILVA, 2003, *apud* BORGES, R., 2007). Para fins desta tese a pesquisa possui como universo os 210.317 habitantes (IBGE, 2000) do Maciço de Baturité; enquanto unidades de pesquisa, formada por treze municípios, conforme Figura 1.

Tabela 4.1 – Área dos municípios e população residente (Total, Rural e Urbana - 2000) e densidade demográfica do Maciço de Baturité

Município	População	Rural		Urbana		Área (Km²)	Densidade Demográfica
	Total	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%		
Acarapé	12.927	5.902	45,66	7.025	54,34	136,5	94,7
Aracoiaba	24.064	11.859	49,28	12.205	50,72	628,1	38,31
Aratuba	12.359	10.202	82,55	2.157	17,45	157,5	78,47
Barreira	17.024	10.649	62,55	6.375	37,45	228,3	74,57
Baturité	29.861	9.015	30,19	20.846	69,81	347,3	85,98
Capistrano	15.830	10.578	66,82	5.252	33,18	186,9	84,7
Guaramiranga	5.714	3.384	59,22	2.330	40,78	107,6	53,1
Itapiúna	16.276	8.592	52,79	7.684	47,21	592,9	27,45
Mulungu	8.897	5.182	58,24	3.715	41,76	103,8	85,71
Ocara	21.584	15.212	70,48	6.372	29,52	775,2	27,84
Pacoti	10.929	7.120	65,15	3.809	34,85	94,5	115,65
Palmácia	9.859	5.442	55,2	4.417	44,8	150,8	65,38
Redenção	24.993	12.206	48,84	12.787	51,16	240,7	103,83
Total Território	210.317	115.343	54,84	94.974	45,16	3.750,10	56,08

Fonte: IBGE (2007, *apud* BRASIL, 2010b, p. 176).

Antes de identificar a população-alvo necessário se faz saber que, em média, em relação a supra figura, o número de habitantes em zona rural é um pouco maior do que da zona urbana e que a densidade demográfica é pouco superior a 56 habitantes por quilometro quadrado em uma área total de quase quatro mil quilômetros quadrados.

Interessante destacar que municípios maiores em extensão territorial como Ocara, com 775,2 km², possuem baixa densidade demográfica enquanto que Pacoti, com seus tenros 94,5 km² possui uma alta densidade demográfica. Infere-se ainda que, apesar de Guaramiranga apresentar-se com 53,1 habitantes por quilômetro quadrado, esse valor seja bem mais elevado no final de semana e temporadas animadas por visitantes regionais, nacionais e estrangeiros.

A população-alvo como define Oliveira (1999, p. 10) é o “conjunto formado pelas medidas que se fazem sobre os elementos do Universo”. Nesse sentido, contabilizando a população da Sub-Região Serrana (Corredor Verde) do Maciço de Baturité, conforme Mapa 3.2, que inclui as cidades de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia (CEARÁ, 2004), motivado pelo objetivo desta investigação, tem-se que a população-alvo desta investigação é composta de 47.758 habitantes nas cinco cidades conforme Tabela 4.1.

4.4 DETERMINANDO O TAMANHO DA AMOSTRA

Não obstante, dados mais atualizados do Perfil Básico Municipal de 2014 (IPECE, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e), apresentam uma pequena variação quanto aos dados do IBGE (2007) e Brasil (2010) apresentados na Figura 1. Consonante a população distinguida entre homens e mulheres, bem como entre urbana e rural, das cinco cidades integrantes do chamado Corredor Verde da Sub-Região Serrana do Maciço de Baturité, tem-se conforme Tabela 4.2.

Tabela 4.2 – População da sub-região serrana (Corredor Verde) do Maciço de Baturité

Município	Homens	Mulheres	Soma	%H	%M	Urbana	Rural	Soma	%Urb	%Rur
Aratuba	5.823	5.706	11.529	50,51	49,49	3.769	7.760	11.529	32,69	67,31
Guaramiranga	2.099	2.065	4.164	50,41	49,59	2.495	1.669	4.164	59,92	40,08
Mulungu	5.842	5.643	11.485	50,87	49,13	4.198	7.287	11.485	36,55	63,45
Pacoti	5.850	5.757	11.607	50,40	49,60	4.745	6.862	11.607	40,88	59,12
Palmácia	6.002	6.003	12.005	50,00	50,00	4.957	7.048	12.005	41,29	58,71
Total	25.616	25.174	50.790	50,44	49,56	20.164	30.626	50.790	42,27	57,73

Fonte: IPECE (2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e).

Organização: Borges (2013)

Nesse sentido, a partir desses dados, a população-alvo ora identificada como 47.758 habitantes passa a ser de 50.790 pessoas. Destaca-se, oportunamente, que o percentual entre homens e mulheres pode ser considerado igual e que a zona rural possui quase 40% mais pessoas que a zona urbana em média.

A amostra deste estudo possui uma natureza probabilística e aleatória por conveniência, segundo Richardson (2011), uma vez que todas as 50.790 unidades de pesquisa têm a mesma probabilidade de serem escolhidas, requer o mínimo de conhecimento da população, é simples de calcular e facilita a análise. Esta escolha evita esforços hercúleos de ordem pessoal, temporal, físico e financeiro por parte do pesquisador e atende às condições da pesquisa e representa a população-alvo.

O nível de confiança estabelecido, a amplitude do universo, o erro de estimação aceitável e a proporção da característica pesquisada do universo são os quatro fatores dos quais depende o tamanho da amostra (BUSSAB; MORETTIN, 2003; RICHARDSON, 2011). “Normalmente nas pesquisas sociais, trabalha-se com um nível de confiança equivalente a 95%. Isto significa que existe uma probabilidade de 95% em 100% de que qualquer resultado obtido na amostra seja válido para o universo” (RICHARDSON, 2011, p. 168). Nesta investigação, utilizei como nível de confiança o valor de 97% com o objetivo de dar mais segurança aos resultados.

Quanto à amplitude do universo, mediante os 50.790 habitantes nas cinco cidades, o mesmo caracteriza-se como finito²³ pois não ultrapassa as 100.000 unidades de pesquisa (RICHARDSON, 2011). Quanto ao erro máximo desejado, uma vez que “os resultados da amostra não podem ser rigorosamente exatos em relação ao universo que pretende representar” (RICHARDSON, 2011, p. 168), usualmente trabalha-se com o valor utilizado nesta investigação: 5%. Por fim,

o quarto fator que intervém no cálculo do tamanho da amostra é a estimativa da proporção (p) que a característica pesquisada apresenta no universo. [...] Geralmente nas Ciências Sociais é muito difícil realizar tal estimativa; portanto, se se supuser que a proporção da característica pesquisada no universo é de 50%, o caso é mais desfavorável para a estimação é, pois aquele em que a amostra deve ser maior. Logicamente, se a proporção da característica pesquisada fosse de 10%, seria necessário um menor número de casos – existiriam menos casos no universo (RICHARDSON, 2011, p. 168-169).

²³ “Esse critério quantitativo de representatividade de uma amostra aplica-se, particularmente, a estudos empíricos-analíticos do tipo enquête. Não se deve aplicar critérios quantitativos quando se trabalham métodos qualitativos, tais como entrevistas em profundidade ou a pesquisa-ação” (RICHARDSON, 2011, p. 197).

Com o objetivo de identificar a quantidade de instrumentos de pesquisa a serem aplicados nas cinco cidades do chamado Corredor Verde; enquanto amostra, utilizei a fórmula abaixo para realizar o cálculo e determinar o tamanho de uma amostra (RICHARDSON, 2011) conforme fatores supramencionados:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \quad (4.1)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra;

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = Percentagem complementar (100 – p);

N = Tamanho da população;

e^2 = Erro máximo permitido;

Adotando os valores na legenda, tem-se:

n = Tamanho da amostra;

σ^2 = 97%;

p = 50%;

q = 50%;

N = 50.790;

e^2 = 5%.

Aplicando os valores na fórmula apresentada na Equação 4.1, tem-se

$$(N) = \frac{(97)^2 \cdot (50) \cdot (50) \cdot (50.790)}{(5)^2 \cdot (N-1) + (97)^2 \cdot (50) \cdot (50)}$$

Realizando os cálculos, tem-se a seguinte equação de 2º grau:

$$25N^2 + 23.522.475N - 1.194.707.775.000 = 0 \text{ ou}$$

$$f(N) = 25N^2 + 23.522.475N - 1.194.707.775.000$$

A função quadrática é uma função real definida por $f(x) = ax^2 + bx + c$, onde a , b e c são coeficientes reais, sendo $a \neq 0$. Com o objetivo de identificar a quantidade de instrumentos de pesquisa a serem aplicados nas cinco cidades do chamado Corredor Verde; enquanto amostra, resolveu-se o cálculo com a fórmula de Bhaskara (ALEXANDRE, 2012):

$$\begin{cases} \Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c \\ x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a} \end{cases} \quad (4.2)$$

Realizando o cálculo do Delta, tem-se:

$$\begin{aligned} \Delta &= (23.522.475)^2 - 4 \cdot (25) \cdot (-1.194.707.775.000) \\ \Delta &= 672.777.607.625.625 \\ &= 25.937.957 \end{aligned}$$

Fazendo o cálculo de “x” na Equação 4.2, tem-se:

$$\begin{aligned} x &= \frac{-(23.522.475) \pm \sqrt{(672.777.607.625.625)}}{2 \cdot (25)} \\ x &= \frac{-23.522.475 \pm 25.937.957}{50} \end{aligned}$$

Logo:

$$\begin{aligned} x_1 &= \frac{-23.522.475 + 25.937.957}{50} = \mathbf{48.310} \\ x_2 &= \frac{-23.522.475 - 25.937.957}{50} = -989.209 \text{ (Valor desconsiderado por ser negativo)} \end{aligned}$$

Com efeito e limitado por questões operacionais e por meio da orientação, utilizei o percentual de 1,0% (um por cento) do valor de x encontrado, totalizando 484 instrumentos de pesquisa que foram aplicados no objeto do estudo.

Respaldado na População da Sub-Região Serrana (Corredor Verde) do Maciço de Baturité (Tabela 4.2 – IPECE, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e) e estratificando percentualmente os cinco municípios pela mesma população em relação ao total, tem-se que, por exemplo, os 11.529 munícipes de Aratuba representam 22,70% da população-alvo de 50.790. Percentuais próximos para Mulungu (22,61%) e Pacoti (22,85%). Para Guaramiranga,

com apenas 4.164 pessoas no município, o percentual equivale a 8,20% e Palmácia apresenta-se com 23,64% do total de habitantes no chamado Corredor Verde no Maciço de Baturité.

Esses percentuais foram utilizados para identificar a quantidade de instrumentos de pesquisa que foram aplicados na fase de campo desta investigação. O percentual de 22,70% pertinente à participação da população de Aratuba no objeto do estudo, foi aplicado nos 484 instrumentos de pesquisa totalizando 110 questionários que foram aplicados naquele município. Deste, conforme Tabela 4.3 a diante, foram pesquisados com 55 pessoas do sexo feminino e o mesmo número para os homens.

Com o mesmo raciocínio foi encontrada a quantidade de questionários aplicados nas cidades de Mulungu (22,61% ou 109) e Pacoti (22,85% ou 111). De acordo com o número ímpar, foi acrescentado um instrumento de pesquisa em cada cidade para realizar a divisão de gênero, totalizando 55 homens e 55 mulheres em Mulungu e 56 homens e 56 mulheres em Pacoti. O município de Palmácia, com 23,64% da amostra da população do objeto do estudo, totalizou um montante de 114 instrumentos de pesquisa, sendo 57 para homens e 57 para mulheres.

Guaramiranga diante do menor quantitativo de população com apenas 8,20% o que representava 40 questionários, teve um desfecho diferenciado. Seriam 20 instrumentos de pesquisa para homens e o mesmo quantitativo para mulheres, todavia, a cidade representa o destino mais procurado entre as demais quatro cidades. Nesse sentido, com o objetivo de relacionar o turismo com o desenvolvimento local e por orientação, decidi aplicar o dobro de instrumentos na cidade de Guaramiranga, totalizando 80 com o mesmo critério, 50% para homens e 50% para mulheres.

O resultado final seriam 526 instrumentos de pesquisa. Neste município, quatro questionários tornaram-se inválidos e foram inutilizados, o que reduziu a amostra para 522 instrumentos de pesquisa para atender a esta tese. Não obstante superior em quase 8% (oito por cento) aos 484 unidades de pesquisa encontradas após o cálculo da amostra e corrobora com os resultados e representa um nível de confiança de 98,5% com erro máximo de 5% e desvio padrão de 50% com o mesmo tamanho de 50.790 da população, conforme Tabela 4.3:

Tabela 4.3 – Quantidade de instrumentos de pesquisa aplicados no Corredor Verde

Município	% Inicial²⁴	Instrumento inicial	Ajuste necessário	Mulheres	Homens
Aratuba	22,70	110	110	55	55
Guaramiranga	8,20	40	76	38	38
Mulungu	22,61	109	110	55	55
Pacoti	22,85	111	112	56	56
Palmácia	23,64	114	114	57	57
Total	100%	484	522	261	261

Organização: Borges (2013).

4.5 PLANO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO DE PESQUISA

A coleta de dados é a etapa onde realizei pesquisa propriamente dita, com a busca exaustiva dos dados, recorrendo aos tipos de pesquisa mais adequados ao tratamento científico do tema escolhido (CARVALHO, 2009). Para atender aos objetivos mencionados na Introdução desse trabalho, procurei optar por instrumentos de pesquisa simples, objetivos e fáceis de responder, uma vez que o público escolhido não dispõem de muito tempo para respondê-los e o nível educacional e interesse em responder são desconhecidos.

Para que qualquer pesquisador obtenha êxito no desenvolvimento de suas investigações a escolha do instrumento de pesquisa é de extrema importância para consecução de resultados satisfatórios, pois se trata do “[...] documento através do qual as perguntas e questões serão apresentadas aos respondentes e onde são registradas as respostas e os dados obtidos” (MATTAR, 2007, p. 115).

O instrumento de pesquisa possui 44 questionamentos. Os primeiros 40 relacionam o turismo com o desenvolvimento local no objeto do estudo e possui o objetivo de atender às variáveis da tese. Os quatro últimos questionamentos do instrumento de pesquisa destinam-se ao gênero, faixa etária, trabalho e/ou ocupação e formação do respondente. Esse respondente manifestava seu grau de concordância ou discordância em uma escala Likert²⁵; as respostas eram avaliações padronizadas: 0 (não sei); 1 (piorou muito); 2 (piorou); 3 (não melhorou nem piorou melhorou); 4 (melhorou); e 5 (melhorou muito).

²⁴ Percentual em relação à população de 50.790 habitantes no Corredor Verde.

²⁵ Segundo Borges (2007), o indivíduo constrói níveis de aceitação e aprovação conforme suas experiências e influências sociais. Rensis Likert, em 1932, elaborou uma escala para medir esses níveis. As escalas de Likert, ou escalas Somadas, requerem que os entrevistados (avaliadores) indiquem seu grau de concordância (aprovação) ou discordância (reprovação) com as declarações (informações) que estão sendo medidas (avaliadas).

4.6 PLANO DE TRATAMENTO DE DADOS

Para atender à natureza qualitativa o tratamento dos dados foi realizado por meio de análise de discurso (BARDIN, 1977) e de conteúdo (RICHARDSON, 2011).

Para atender à natureza quantitativa o tratamento será realizado de forma estatística com *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 17 e análise fatorial. A análise fatorial é um nome genérico que denota uma classe de processos utilizados para redução e sumarização de variáveis. Esta técnica faz parte do conjunto de métodos de análise multivariada que tem como objetivo estudar as relações de interdependência que existem entre um conjunto de variáveis ou indivíduos (MALHOTRA, 2006; PEDRET; SAGNIER; CAMP, 2000).

Segundo Hair Júnior *et al.* (2005), nas pesquisas pode haver um grande número de variáveis, sendo a maioria delas correlacionadas e que devem ser reduzidas a um nível gerenciável, pelo pesquisador. Com a análise fatorial estudam-se as relações entre essas muitas variáveis, representando-as em termos de fatores fundamentais.

Os objetivos da análise fatorial, segundo Aaker, Kumar e Day (2004), Hair Júnior *et al.* (2005) e Pedret, Sagnier e Camp (2000), são dois: (a) Identificar dimensões latentes ou fatores que expliquem as correlações entre um conjunto de variáveis; e (b) Identificar, em um conjunto maior, um conjunto novo e menor de variáveis que se destacam e não se correlacionam, para substituir o conjunto original de variáveis correlacionadas em análise multivariada subsequente.

Quando se tem uma determinada quantidade de variáveis usa-se a análise fatorial para identificar as variáveis que, juntas, influenciam uma característica particular denominada fator, ao mesmo tempo em que se determinam os escores fatoriais destas mesmas variáveis. Para esta tese, portanto, das 40 variáveis questionadas, após análise do SPSS 17, emergiram 10 fatores a serem apresentados posteriormente, atendendo ao objetivo da ferramenta e possibilitando melhor compreensão do fenômeno.

4.7 PRÉ-TESTE

Para Barros (1990, p. 76), “antes da aplicação definitiva do questionário deve-se realizar um pré-teste ou pré-inquérito”. Essa modalidade é utilizada para averiguar se há alguma dificuldade na compreensão do instrumento de pesquisa, se o significado proposto

está entendível; se as opções de respostas nas perguntas estão obedecendo a uma sequência lógica, uma vez que o respondente não vivenciou, como o pesquisador, o problema em estudo.

Tal procedimento é confirmado por Richardson (2011) ao tornar claro que o pré-teste deverá ser realizado com um número menor de elementos que possuam as mesmas características dos respondentes, sem que façam parte deles. Dessa forma o pré-teste tem, como uma das principais funções, testar o instrumento de coleta de dados para que o mesmo, na sua real aplicação, esteja sem falhas. Andrade (2009, p. 133) explica que “o teste dos instrumentos e procedimentos, ou pré-teste, é um procedimento rotineiro nas pesquisas de campo, mas absolutamente indispensável”.

Lakatos e Marconi (2009) afirmam que em relação ao questionário o pré-teste poderá evidenciar se este apresenta ou não três elementos de suma importância, a citar:

- Fidedignidade – que independente de quem responder o instrumento de pesquisa o resultado obtido será o mesmo;
- Validade – analisa se todos os dados obtidos são realmente necessários a pesquisa;
- Operatividade – revela se o questionário é claro e compreensivo a todos os respondentes.

Foram utilizados vários instrumentos de pesquisa para a definição do instrumento final, conforme **Apêndice A Instrumento de Pesquisa**. Este instrumento final foi testado duas vezes antes da sua aplicação final para esta tese, sendo uma na cidade de Guaramiranga e outra na cidade de Pacoti. A primeira aplicação do questionário resultou no Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (PINHEIRO, 2012). A segunda reaplicação do questionário resultou no capítulo de livro em Portugal, após a *Tourism & Management Studies* (TMS), na cidade de Algarve, em setembro de 2014 (PINHEIRO *et al.*, 2014).

Registro que a tese foi realizada com o **Apêndice A Instrumento de Pesquisa**. Todavia pesquisas paralelas sob a minha orientação, todas com o objetivo de relacionar o turismo com o desenvolvimento local no objeto do estudo, mas com objetivos e instrumentos de pesquisa diversos, foram também utilizadas para atender, compreender e analisar o campo e os objetivos da tese.

Nesse sentido, o **Apêndice B Questionário Aplicado aos Municípios de Guaramiranga**, que serviu de pré-teste, foi aplicado em 149 unidades de pesquisa na cidade de Guaramiranga e serviu de base para um relatório de pós-doutorado na Universidade de São Paulo.

Apresento o **Apêndice C Formulário Respondido por 18 Comerciantes de Pacoti**, com o devido apontamento para o campo e dele suas anotações. Apresento o **Apêndice D Entrevista com os Operadores do Trade Turístico em Aratuba e Mulungu** enquanto instrumento de pesquisa. Apresento o **Apêndice E Entrevista aplicada com a Gestora da Indústria de Cerâmica Baturité LTDA**, inclusive com a correta transcrição. Por fim, apresento o **Apêndice F Entrevista com dois Gestores do Setor Imobiliário em Guaramiranga** e as respectivas transcrições.

O pré-teste permite também a obtenção de uma estimativa sobre os resultados futuros, podendo, inclusive, alterar hipóteses, modificar variáveis e a relação entre elas para dar maior segurança e precisão à realização da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2009). Pré-testes foram utilizados para os questionários, mas não houve a necessidade da realização do mesmo procedimento para as entrevistas tendo em vista a flexibilidade característica inerente ao instrumento de pesquisa (VERGARA, 2009).

4.8 OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

A operacionalização da investigação foi realizada mediante acessibilidade, de forma aleatória por conveniência e com o objetivo de aplicar o instrumento de pesquisa no campo. Antes do pré-teste, decorridos menos de 45 dias do início do curso de doutorado, meu orientador realizou a primeira visita ao campo de estudo para uma “apresentação”. Durante os últimos três anos, duas dezenas de visitas foram realizadas, na semana e, notadamente aos finais de semana e em horários diferentes, para atender aos objetivos da tese.

Durante a maior parte das mencionadas intervenções no campo, registro a estadia no campus avançado da UECE na Estação Ecológica de Pacoti. Por duas vezes a estadia aconteceu em Guaramiranga, uma vez em Aratuba e a última em Mulungu.

A aplicação final do instrumento de pesquisa na forma de questionário nos 522 entrevistados foi realizada na primeira semana de dezembro de 2013, durante cinco dias, no horário de 8h00 às 18h00, com intervalo de uma hora para almoço. Aplicação contou com uma pesquisadora auxiliar, formada em 2005 em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará e Especialista em Coordenação Pedagógica com quase dez anos de atividade empírica.

4.9 LIMITANTES DA PESQUISA

Apesar do rigor científico algumas limitações são levantadas para que não se tome o resultado aqui apresentado como definitivo. Em primeiro lugar deve-se levar em conta o cerne do presente estudo, onde variáveis difíceis de serem entendidas e/ou interpretadas dificultam ainda mais a análise dos dados coletados. No caso específico do turismo, a própria indefinição conceitual do setor, não robustece os estudos que são desenvolvidos. Na compreensão de Dencker (2002, p. 28),

A própria definição do turismo e do turista são conceitos que evoluem ao longo do tempo, tornando difícil a delimitação do campo de investigação para a constituição de uma disciplina única. As definições são estruturadas em razão de alguns elementos, que é importante destacar em um dado momento, como consequência, o turismo utiliza referências da maioria das ciências sociais, o que faz com que a multidisciplinaridade seja uma de suas principais características.

Além disso, não foi possível realizar uma pesquisa documental na região, quer por ausência de vontade política, quer por ausência de dados secundários. Por diversas vezes e ofícios, secretarias e prefeituras foram informadas da pesquisa e demandas por dados, não obstante todas sem sucesso. Conversas informais com políticos locais e/ou secretário não foram permitidas as gravações e devidos registros, ainda que tenham servido de base para o entendimento do objeto do estudo e propiciado algumas reflexões e análise.

Outra limitação também do estudo é o seu recorte temporal. A pesquisa foi desenvolvida nos últimos cinco anos e dados anteriores, bem como registros locais da evolução do objeto do estudo, não estarão contemplados nessa tese. Inicialmente desejava-se uma investigação que levasse em consideração duas ou três décadas, contudo operacionalmente tornou-se inviável pela qualidade e/ou quantidade de informações disponíveis.

Reconheço que o Corredor Verde enquanto objeto do estudo é parte de um todo; o Maciço de Baturité. Motivo pelo qual os resultados vindouros não podem ser generalizados para toda a região. Ainda que o mesmo seja o mais visitado e turisticamente o mais atrativo, sei da existência de outros municípios circunvizinhos que não participaram da pesquisa de campo, ainda que possam oferecer alguns tipos de turismo como o religioso, o ecoturismo e/ou mesmo para descanso.

Notadamente, no aspecto operacional, a ausência de uma larga escala de recursos, seja financeiro, seja de tempo, seja pelo trabalho, seja para a pesquisa, seja para a família, por

exemplo, me impossibilitaram de realizar um estudo com maior profundidade e amplitude. Eu desejava um maior número de unidades de pesquisa investigadas, quem sabe a comparação com outras regiões brasileiras, quem sabe mundiais, quem sabe com pesquisa documental, quem sabe com transcrição de entrevistas, entre outros limitantes.

Vale salientar que as demais limitações encontradas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa serão descritas posteriormente. Nesse sentido e momento apresento e discuto os resultados encontrados para a tese na sessão vindoura.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

“We do not know: we can only guess”.

(POPPER, 1968).

O objetivo deste capítulo é analisar e discutir os resultados encontrados no campo. Os resultados dessa pesquisa foram discutidos com a intenção de responder à pergunta sobre a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité no Ceará a partir da Geografia do Turismo e da Teoria do Desenvolvimento Local; conceito já desenvolvido e apresentado anteriormente. A discussão dos resultados nos remete ao empírico e aos estudos da Geografia corroboram com o entendimento e análise nos achados do campo.

5.1 ANÁLISE FATORIAL

A primeira etapa para a proposição dos resultados foi a realização de uma análise fatorial exploratória. Os objetivos deste procedimento estatístico eram o de reduzir um amplo conjunto de variáveis a um número menor de categorias, denominadas fatores (HAIR JÚNIOR *et al.*, 2005) e definir as resposta mais significativa para a pergunta: qual a relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local na Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité? A rotação oblíqua produziu as interrelações entre os fatores que fizeram mais sentido (FIELD, 2009).

Preliminarmente a matriz de correlações indicava que a análise fatorial seria adequada. No teste de *Bartlett* o valor 0,000 do significante *p* assegura correlação significativa entre as variáveis. O valor de 0,814 no teste KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) reforça a utilização da análise fatorial para estabelecer a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo. Para fazer análise de fatores os valores de KMO entre 0,5 e 0,7 são medíocres; acima disto, é significativo.

Quadro 5.1 – Teste de KMO, Teste de Bartlett e Alfa de Cronbach

KMO and Bartlett's Test			Reliability Statistics		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy		0,814	Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	5669,344			
	Df	741			
	Sig.	0,000	0,856	0,859	39

Fonte: Elaborado pelo autor.

O *Alfa de Cronbach* geral padronizado das perguntas foi 0,856; então a escala é apropriada para uma pesquisa de percepção (FIELD, 2009). O *Alfa de Cronbach* é uma fração. O numerador do Alfa é o número de itens da entrevista ao quadrado multiplicado pela média da covariância entre os itens. O denominador é a soma da matriz de variância e covariância e, acima de 0,7, seu valor é significativo.

As principais decisões tomadas após a primeira tabulação (rodada) dos dados com o *Statistics Package for the Social Sciences (SPSS for Windows)* foram:

- a) A matriz de componentes foi rodada suprimindo-se as cargas fatoriais menores que 0,4 (FIELD, 2009) e pediu-se que o SPSS ordenasse os fatores por tamanho decrescente das cargas fatoriais; ao final com a presença de 11 (onze) categorias.
- b) A variável “Nos últimos anos, a coleta de lixo tem sido:” foi suprimida, pois não apresentou correlação significativa; portanto, abaixo de 0,4. Esse fator não se encaixou em qualquer outra categoria, apesar de ser “um dos indicadores fenomênicos de pertencimento ao Terceiro Mundo [...] e tem impacto no cotidiano, pois os cidadãos locais andam muito a pé” (PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 10).
- c) Apenas destaca-se que houve uma singular aproximação negativa deste item com a variável “Nos últimos anos o atendimento nos postos de saúde e hospitais:”; indicando uma inversão proporcional que permite inferir que na ausência de uma adequada coleta de lixo nos cinco municípios mais atendimentos serão realizados pelos postos de saúde e hospital. O inverso é igualmente aceito.
- d) Outra variável ausentada nos resultados foi “Nos últimos anos o consumo de drogas”. Motivada pela variável “Nos últimos anos o consumo de drogas (ilícitas)”, percebeu-se confusão nas respostas dos entrevistados, principalmente por não considerarem o álcool como uma droga, muito menos o

cigarro. A bebida parece ser o único lazer para aqueles que dela fazem consumo e a palavra “droga” caberia apenas aquelas socialmente não aceitas e à margem da lei.

- e) Outro fator que motivou essa decisão foi que os dois percentuais encontravam-se, em um primeiro momento, bastante próximos, restando para análise apenas o maior referente a “Nos últimos anos o consumo de drogas (ilícitas)”. Após isso novamente foi rodada a matriz conforme tabela Fatores obtidos pela rotação da Matriz de Componentes.

A nova rotação da matriz de componentes gerou dez fatores associados por covariância denominados: (1) Serviços urbano-ambientais, notadamente relativos aos quesitos como segurança e saúde pública; (2) Emprego e rendimentos com o foco no turismo para o desenvolvimento local; (3) Infraestrutura Física; (4) Escola Pública, (5) Agricultura, enfocando o rendimento e a evolução, (6) Alcoolismo e Gravidez na Adolescência, (7) Vícios e Sexualidade; (8) Assistência Social, (9) Impacto do Turista na Renda em relação ao Turismo e ao Desmatamento da Serra, (10) Educação Profissionalizante e Lazer. As duas primeiras categorias possuem o maior número de variáveis correlacionadas, cabendo às oito demais um agrupamento de duas ou três variáveis por categoria.

Tabela 5.1 – Fatores obtidos pela rotação da Matriz de Componentes
(Rotated Component Matrixa)

Fatores	Indicadores empíricos	Carga
(1) Serviços urbano-ambientais	Nos últimos anos, a segurança pública:	0,774
	Nos últimos anos, a polícia:	0,755
	Hoje, a segurança que a polícia oferece é:	0,731
	Nos últimos anos, o atendimento nos postos de saúde e hospitais:	0,622
	Hoje, as unidades de saúde são:	0,620
	Hoje, os transportes são:	0,533
	Nos últimos anos, a violência:	0,507
	Nos últimos anos, o desmatamento:	0,453
(2) Emprego e rendimentos	Nos últimos anos, o movimento do comércio:	0,724
	Hoje, o salário no comércio é:	0,721
	Nos últimos anos, os bares e restaurantes:	0,605
	Para a cidade, a presença de turistas é:	0,594
	Nos últimos anos, o emprego na cidade:	0,554
	Hoje, os empregos são:	0,551
	Hoje, o salário de bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:	0,521
	Nos últimos anos, o seu rendimento:	0,488
(3) Infraestrutura física	Hoje, salário de moradores de sítios é:	0,410
	Nos últimos anos, as estradas:	0,709
	Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:	0,699
(4) Escola Pública	Nos últimos anos, a iluminação pública:	0,586
	Nos últimos anos, a escola pública:	0,727
(5) Agricultura	Hoje as escolas públicas são:	0,698
	Hoje, o rendimento agrícola é:	0,699
(6) Alcoolismo e Gravidez na Adolescência	Nos últimos anos, a agricultura	0,601
	Nos últimos anos, o alcoolismo:	0,786
(7) Vícios e Sexualidade	Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:	0,708
	Nos últimos anos, a exploração sexual:	0,666
	Nos últimos anos, o consumo de drogas [ilícitas]:	0,646
(8) Assistência Social	Se não houvesse aposentadoria rural, seu rendimento seria:	0,743
	Se não houvesse o Programa Bolsa Família, seus rendimentos seriam:	0,720
(9) Impacto do Turista na Renda	Se os turistas deixassem de vir, seu rendimento seria:	0,716
	Se desmatassem a Serra, seu rendimento seria:	0,625
(10) Educação Profissionalizante e Lazer	Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:	0,717
	Nos últimos anos, o lazer:	0,498

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

^aRotation converged in 12 iterations.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 FATOR 1: SERVIÇOS URBANO-AMBIENTAIS

Nesse primeiro fator, com oito variáveis agrupadas, o objetivo foi identificar a participação dos serviços urbano-ambientais, notadamente em relação à segurança e à educação, na percepção do respondente na relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité no Ceará.

A SEGURANÇA PÚBLICA melhorou (47,8%) na percepção dos entrevistados. De acordo com dados de agosto do último ano da Secretaria de Segurança Pública e Defesa

Social (SSPDS), segundo Pires (2014), houve um retrocesso de 15,6% no total de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) que corresponde aos homicídios, lesão corporal seguida de morte e latrocínio.

Índice similar para a evolução da PRESENÇA DA POLÍCIA (47,1%) no objeto do estudo que, na opinião dos entrevistados, encontra-se presente, contudo registro respostas como “-somente possuem um carro”, “-não tem equipamento adequado”, “-não funciona a noite e/ou final de semana”, “eles (os policiais) só ficam passeando”, entre outros.

Quadro 5.2 – Evolução da Segurança Pública nos Últimos Anos²⁶ no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a segurança pública:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	10	1,8	1,8	1,8
	Melhorou	250	45,3	46,0	47,8
	Não melhorou	137	24,8	25,2	73,0
	Piorou um pouco	62	11,2	11,4	84,4
	Piorou muito	81	14,7	14,9	99,3
	Não sabe	4	,7	,7	100,0
Total		544	98,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	8	1,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Claro que não se está falando de uma região da violência, ainda que se possa admitir isso, enquanto a produção do espaço da violência (FERREIRA; PENNA, 2005). Mas da espacialização do fenômeno da violência, tradicionalmente restrita aos grandes centros urbanos (DINIZ; RIBEIRO, 2005) e atualmente disseminada pelos municípios brasileiros, pois é na região “que esses diferentes aspectos do processo social [de violência] se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem” (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 157).

Ainda que esse assunto estampe diuturnamente as manchetes dos periódicos, “o tratamento espacial da criminalidade também subsidia políticas de segurança e combate à criminalidade [...] sobretudo, intervir, de forma consciente, na realidade” (DINIZ; RIBEIRO, 2005, p. 79). A exemplo desta intervenção, já se percebe as modificações da arquitetura nas residências motivadas pela violência urbana (NASCIMENTO *et al.*, 2012).

O turismo possui, neste caso, relação direta com a segurança pública (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Ele promove a concentração de pessoas e o vai-e-vem dos munícipes, assim como os turistas, para degustar da culinária local; conhecer e/ou reconhecer um

²⁶ Reforço conforme item 4.9 Limitações da Pesquisa que a nomenclatura “últimos anos” refere-se ao tempo no curso de doutorado; portanto, seu recorte temporal é de 5 anos.

artesanato típico; bem como participar dos eventos religiosos e socioculturais promovidos regionalmente; ou apenas apreciar a paisagem bucólica e/ou natural da localidade. Não obstante “a violência é um fenômeno social complexo e que não pode ser entendido ou explicado a partir de uma única causa” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002, p. 5).

Além disso, “a fragilidade das estruturas urbanas no que se refere à segurança pode resultar no declínio do turismo, desta forma comprometendo a manutenção das atividades que sustentam a economia da cidade” (BRAGGIO, 2007, p. 16). O inverso pode ser constatado na relação do turismo com a segurança pública; ao perceber que na melhoria na segurança pública o turismo é impactado positivamente, uma vez que o mesmo “necessita de uma infraestrutura básica local para o seu pleno funcionamento” (SILVA; SANTOS, 2011, p. 3).

Igualmente o Desenvolvimento Local possui relação com a segurança pública. Seja com a presença da polícia, seja com o serviço que ela oferece, seja com a evolução da violência nos últimos anos, as políticas públicas sociais devem ser vistas como “ferramenta para minorar as desigualdades sociais e garantir os direitos básicos de cidadania efetiva” (BRASIL *et al.*, 2010, p. 159). As políticas públicas possuem um papel ímpar na revisão da segregação urbana (VILLAÇA, 2001); por sua vez, na segurança pública:

Alguém poderia alegar que, também no caso da auto-segregação tampouco se trata de uma “escolha”, pois as pessoas tentam escapar do problema. Essa seria, porém, uma interpretação forçada [...] os que se auto-segregam, na condição de moradores são, em grande parte, os mesmos que, na condição de elite dirigente, são, ao menos, co-responsáveis pela deterioração das condições de vida na cidade, inclusive no que se refere à segurança pública, seja por suas ações, seja por sua omissão [...] (SOUZA, 2005, p. 71).

Essa relação do desenvolvimento local com a segurança pública e com a cidadania existe, como por exemplo, o caso de sucesso clássico em Fortaleza: Banco Comunitário Palmas²⁷. Para Costa e Castilho (2011, p. 59), corroborado por Pinheiro e Borges (2012):

Se todos os recursos que as comunidades pobres recebem (salários, pensões, bolsas de assistência, rendas informais etc.) forem devolvidos à própria comunidade, na forma de circulação de riqueza e investimentos, pode-se criar, desde que planejado com cuidado e com a participação de todos, um ciclo virtuoso de desenvolvimento local.

²⁷ Criado em 1998, coroa o movimento social que emergiu no bairro Conjunto Palmeiras, ao sul da capital cearense, com o objetivo de melhorar as condições de vida e gerar desenvolvimento endógeno.

Quadro 5.3 – Presença da Polícia nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos a presença da polícia:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	15	2,7	2,8	2,8
	Melhorou	241	43,7	44,3	47,1
	Não melhorou	148	26,8	27,2	74,3
	Piorou um pouco	54	9,8	9,9	84,2
	Piorou muito	82	14,9	15,1	99,3
	Não sabe	4	0,7	0,7	100,0
	Total	544	98,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	8	1,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A presença, conforme tabela acima, é percebida, contudo o serviço que a polícia oferece não. Apenas um terço dos entrevistados avaliou positivamente A SEGURANÇA QUE A POLÍCIA OFERECE.

Quadro 5.4 – Segurança que a Polícia Oferece no Objeto do Estudo

Hoje, a segurança que a polícia oferece é:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não sabe	1	0,2	0,2	0,2
	Péssima	91	16,5	16,6	16,8
	Ruim	88	15,9	16,0	32,8
	Regular	169	30,6	30,8	63,6
	Boa	191	34,6	34,8	98,4
	Excelente	9	1,6	1,6	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A evolução da VIOLÊNCIA também caminha no mesmo sentido e direção. Os respondentes não se sentem seguros uma vez que a criminalidade já deixou de ser exclusiva da Capital, a tranquilidade e o “ar de interior” não distanciam as pessoas que desejam praticar o crime e a segurança pública não acompanha o desenvolvimento e o equipamento de uma chamada organização criminosa. Nesse sentido urge atuar com inteligência e envidar os esforços necessários para deixar trancafiados aqueles que efetivamente merecem.

Para Francisco Filho (2004, p. 48) a violência e o urbano são elementos híbridos e não atuam como reflexo um ou do outro e são percebidos pelo desenvolvimento local, pois

Falar em violência, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estruturação própria que faz o seu reflexo no espaço urbano se sentir presente. A cidade é o reflexo da sociedade. A sua estrutura espelha a forma com que a sociedade se organiza; seus processos cultural, econômico e social estão

bem claros na sua morfologia. Os espaços fragmentados se segregam e refletem essa segregação em usos especializados do solo, em que cada classe ocupa seu território e dá a ele uma feição própria. As favelas, conjuntos massivos, desprovidos da infraestrutura que fornece uma qualidade de vida mínima aos seus habitantes, representam a ausência do Estado e a vida à margem do processo produtivo a que seus ocupantes estão submetidos (grifo nosso).

Essa qualidade de vida gerada pelo desenvolvimento local não se limita à infraestrutura. Abrange o “exercício da democracia, melhoria da autoestima da população, que satisfaz, dentre outras coisas, seu desejo de participação, uma maior consciência de seus problemas e a utilização racional do meio-ambiente” de acordo com Pinheiro e Borges (2012, p. 86).

Quadro 5.5 – Violência nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a violência:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	5	0,9	0,9	0,9
	Melhorou	163	29,5	30,0	30,9
	Não melhorou	128	23,2	23,6	54,5
	Piorou um pouco	101	18,3	18,6	73,1
	Piorou muito	139	25,2	25,6	98,7
	Não sabe	7	1,3	1,3	100,0
	Total	543	98,4	100,0	
Itens descartados	Sistema	9	1,6		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa relação não foi percebida em estudos anteriores (SOUZA; CAETANO, 2014; CORDEIRO; DIAS, 2013; PEREIRA; SILVA, 2005), por exemplo. Pode-se a partir das entrevistas realizadas atestar que a violência está mais associada com a pobreza do que com a riqueza.

Quadro 5.6 – Unidades de Saúde do Objeto do Estudo e sua Tipologia

Município	Unidade de Saúde*	Tipo (%)	
		Público	Privado
Aratuba	11	10 (90,91%)	01 (9,09%)
Guaramiranga	05	05 (100%)	-
Mulungu	07	07 (100%)	-
Pacoti	12	11 (91,67%)	01 (8,33%)
Palmácia	08	08 (100%)	-
-	43	41 (95,35%)	02 (4,65%)

* Ligada ao SUS

Fonte: IPECE (2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e).

A sub-região serrana (corredor verde) objeto do estudo, conforme Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité (PDR, 2010) e IPECE (2010), possui 43 unidades hospitalares. Destas, apenas duas são particulares e; portanto, mais de 95% são públicas, com destaque para Pacoti, com o maior número de unidades de saúde, seguida de Aratuba, e Guaramiranga com a menor quantidade, sendo todas elas públicas. Assim como este último município, Palmácia e Mulungu também não possuem rede privada na saúde.

A qualidade do ATENDIMENTO NOS POSTOS DE SAÚDE E HOSPITAIS e as UNIDADES DE SAÚDE foram atestadas e reconhecidas pelos respondentes. Nestas variáveis estão inclusas unidades básicas de saúde e, não necessariamente, clínicas com especialidades médicas; cabendo, em caso de necessidade, a locomoção para Baturité e/ou Fortaleza. Quase na sua totalidade são unidades que melhoram com o Programa de Saúde na Família (PSF) onde o médico, em conjunto com a equipe de profissionais da saúde, visitam as residências.

Pereira e Barcellos (2006, p. 54) atestam essa aproximação dos profissionais de saúde com a comunidade, inclusive envolvendo ambiente e entorno social.

No setor saúde, as ações que lidam mais de perto com o cotidiano do indivíduo são aquelas ligadas aos cuidados primários de saúde, através do desenvolvimento de programas que aproximam o profissional de saúde da comunidade. O PSF propõe um modelo de atenção e de vigilância à saúde calcado nos seguintes princípios:

- a) estabelecimento de vínculos e co-responsabilização entre profissionais de saúde e população;
- b) definição do objeto-alvo da atenção à família, entendida a partir do ambiente e espaço geográfico em que vive;
- c) a responsabilização por uma população adscrita e;
- d) uma intervenção em saúde que extrapole os muros das unidades de saúde visando o enfrentamento dos principais problemas de saúde da população adscrita desenvolvendo ações integrais de saúde sobre indivíduos, famílias, meio ambiente e ambiente de trabalho (BRASIL, 1997).

Essa ação beneficia o turismo e o desenvolvimento local, pois há uma relação recíproca de dependência entre as duas de forma direta e indireta (BARBOSA, 2005). Diretamente o resultado deste efeito são as despesas realizadas pelos turistas nos equipamentos. Indiretamente aqueles equipamentos efetuam seus pagamentos aos prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços.

Quase a metade dos entrevistados atesta que o ATENDIMENTO NOS POSTOS DE SAÚDE E HOSPITAIS melhorou nos últimos cinco anos e quase 20% afirma não ter melhorado ou não soube opinar conforme pesquisa no campo. A qualidade do atendimento nos postos de saúde não foi alvo da investigação, contudo Pinheiro *et al* (2014) apregoa esse

fator não diminui a pressão de demanda sobre as unidades de saúde uma vez que vários são os fatores de demanda e oferta por este serviço público essencial e isso não beneficia turistas.

Os fatores que agem na demanda por serviços de saúde são de natureza variada, podendo se sobrepor, o que aumenta ainda mais a demanda: necessidade sentida, fatores psicossociais, seguridade social, demografia, epidemiologia, utilização dos serviços, regulamentação e fatores culturais. Os que agem na oferta da assistência à saúde são: progresso técnico-médico, difusão da inovação e multiplicação dos centros de assistência à saúde. Os fatores da demanda não podem ser rapidamente contidos, enquanto que os de oferta são muito mais facilmente controlados, mas são poucos os exemplos encontrados na literatura sobre o sucesso das medidas de controle (ZUCCHI; DEL NERO; MALIK, 1998, 127).

Quadro 5.7 – Atendimento nos Postos de Saúde e Hospitais no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o atendimento nos postos de saúde e hospitais:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	14	2,5	2,6	2,6
	Melhorou	233	42,2	42,5	45,1
	Não melhorou	184	33,3	33,6	78,6
	Piorou um pouco	42	7,6	7,7	86,3
	Piorou muito	60	10,9	10,9	97,3
	Não sabe	15	2,7	2,7	100,0
	Total	548	99,3	100,0	
Itens descartados	Sistema	4	0,7		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na percepção dos entrevistados, as UNIDADES DE SAÚDE são regulares (43%), boas (31,7%) e/ou excelentes (0,9%). Em visita às unidades de saúde encontrei ambiente limpo e organizado, funcionários fardados e receptivos, atendimento normal (poucas pessoas) no momento da entrevista e presença da equipe multifuncional. Não consegui verificar, neste momento, a farmácia do local motivado por ausência de pessoal no objetivo do estudo.

Quadro 5.8 – Unidades de Saúde no Objeto do Estudo

Hoje, as unidades de saúde são:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	9	1,6	1,6	1,6
	Péssimas	58	10,5	10,6	12,2
	Ruins	59	10,7	10,8	23,0
	Regulares	242	43,8	44,2	67,2
	Boas	175	31,7	31,9	99,1
	Excelentes	5	0,9	0,9	100,0
	Total	548	99,3	100,0	
Itens descartados	Sistema	4	0,7		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

As duas últimas variáveis deste fator **Serviços Urbano-Ambientais**, TRANSPORTES e DESMATAMENTO, foram bem avaliadas, indicando melhorias na relação do Turismo com o Desenvolvimento Local. Na primeira análise os respondentes majoritários registram que há um movimento pendular²⁸, principalmente de Fortaleza para a região e que as residências de veraneio indicam a evolução gradativa na melhoria dos transportes. Ainda há presença de transportes conhecidos como “pau-de-arara”, contudo um grande avanço de mototaxistas e já a presença de taxistas para transporte local e intermunicipal.

Nesse momento registro uma surpresa particular, uma vez que imaginava que o Turismo praticado em Baturité, especialmente no enclave semiúmido, fosse eminentemente internacional. Essa percepção inicial não foi, sequer, registrada como hipótese, visto que já nas primeiras atividades em campo, percebi e reconheci que os turistas são, na grande maioria, da Capital do Estado e de outros entes da federação; uma minoria é estrangeira.

Quadro 5.9 – Transportes no Objeto do Estudo no Objeto do Estudo

Hoje, os transportes são:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	7	1,3	1,3	1,3
	Péssimos	35	6,3	6,4	7,7
	Ruins	48	8,7	8,7	16,4
	Regulares	127	23,0	23,1	39,5
	Bons	316	57,2	57,6	97,1
	Excelentes	16	2,9	2,9	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Consonante à última variável apresenta-se um indicador interessante quanto à preservação da floresta na área de proteção ambiental. O DESMATAMENTO melhorou, portanto, diminuiu a sua intensidade nos últimos anos. Considerando o desmatamento ocasionado pelas construções de residências de veraneio, era de esperar uma percepção maior sobre o crime ambiental. Observando o que acontece nas áreas rurais, há menos desmatamento da floresta; portanto, a atenção é permanente.

²⁸ “A expressão ‘movimento pendular’ é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo” (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Quadro 5.10 – Desmatamento nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o desmatamento:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	25	4,5	4,6	4,6
	Melhorou	224	40,6	41,3	45,9
	Não melhorou	85	15,4	15,7	61,6
	Piorou um pouco	91	16,5	16,8	78,4
	Piorou muito	96	17,4	17,7	96,1
	Não sabe	21	3,8	3,9	100,0
	Total	542	98,2	100,0	
Itens descartados	Sistema	10	1,8		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a análise preliminar dos dados supramencionados sobre o **Fator 1 Serviços Urbano-Ambientais** posso direcionar o pensamento sobre a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo para concluir:

- a) Os governos municipais investem no Turismo para propiciar o melhoramento da Polícia e da Segurança Pública (e vice-versa) em uma relação dicotômica; pois ao mesmo tempo em que se percebe mais policiais na rua igualmente se percebe uma sensação de insegurança pública maior. Essa sensação pode ser atestada por fatos uma vez que a Área Integrada de Segurança (AIS) 13 que compreende o objeto do estudo teve um aumento de 57,1% nos CVLIs, segundo Pires (2014), saltando de sete ocorrências em agosto de 2013 para onze ocorrências no mesmo período do corrente ano.
- b) Ainda que, na maioria das vezes, o turista não utilize o sistema público de saúde do município, constatei um avanço neste quesito. Há de se considerar que uma população saudável atende melhor quem vem de fora, reconhecidamente não transmite doença e torna-se mais calorosa na recepção. Com saúde pode-se trabalhar melhor, movimentar a economia e negócios e criar um ambiente mais propício para, no caso, contemplar a natureza. Há relação direta com o Turismo e o Desenvolvimento Local com uma população mais saudável, principalmente nos aspectos de serviços e sustentabilidade.
- c) O Desenvolvimento Local aliado ao Turismo possibilita o avanço significativo nos transportes e na consciência ambiental. Além do avanço dos modais de transportes, sua massificação dos modais na localidade e sua utilização descentralizada na região, percebe-se o pleno convívio com a natureza e a incidência dos crimes ambientais. Estes, ainda que latentes, por vezes apenas

sentidos pelos munícipes, mas realizados sem medida e sem critério por empresas com autorização do município na percepção dos respondentes.

Outro fator que merece destaque é o próximo, inclusive com o maior numero de variáveis.

5.3 FATOR 2: EMPREGO E RENDIMENTOS

Esse fator, notadamente mais econômico, engloba nove variáveis e possui amplo espectro na matriz rotacional (de 0,410 a 0,724). Nas duas primeiras variáveis o comércio é o foco de análise, com seus desafios atuais notadamente em relação aos seus ganhos e sua evolução na movimentação dos últimos anos. Sobre o comércio, nos dois quesitos, a população encontra-se dividida. Os resultados podem ser justificados:

- a) Aplicação do instrumento de pesquisa na conhecida “baixa estação” e, claro, que nem todo o ser humano encontra-se plenamente satisfeito com o que ganha;
- b) As vendas no comércio nas pequenas cidades do Ceará concentram-se nos dias de pagamento dos programas de assistência social e de pagamento dos servidores públicos.

Conforme pesquisa no campo essa variável além de relacionar-se com a atividade turística impacta fortemente no Desenvolvimento Local, pois o “comércio desempenha papel de destaque na produção do espaço porque ao longo da história humana, relações comerciais interferiram preponderantemente na forma como o homem atuava sobre o meio” (grifo nosso) (PEREIRA; LAMOSO, 2005, p. 132). As autoras ao diferenciarem o comércio local característico do objeto do estudo dos grandes centros comerciais a exemplos dos modernos *shoppings centers*, ratificam a relação do comércio como o desenvolvimento local:

O comércio de rua, pelo contrário, por não se tratar de um grande empreendimento, e sim seu oposto, frações estabelecimentos ao mesmo tempo diversos e padronizados. Reflete sensivelmente o processo de desenvolvimento regional, sendo dinâmico quando as condições econômicas o são, porque sofre a demanda colocada pelos demais setores (PEREIRA; LAMOSO, 2005, p. 143).

Essa diferença entre o comércio moderno e o tradicional “é uma das principais características das redes varejistas dos países subdesenvolvidos, apontada por Santos (1979)²⁹ no seu clássico estudo sobre os dois circuitos (superior e inferior) da economia urbana” (ASSIS; RODRIGUES, 2008, p. 70). Aquela característica de comércio de rua, na resposta dos entrevistados, evoluiu nos últimos anos.

Quadro 5.11 – Movimento do Comércio nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o movimento do comércio:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	14	2,5	2,6	2,6
	Melhorou	277	50,2	50,6	53,2
	Não melhorou	150	27,2	27,4	80,6
	Piorou um pouco	69	12,5	12,6	93,2
	Piorou muito	28	5,1	5,1	98,4
	Não sabe	9	1,6	1,6	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mais da metade dos entrevistados afirmam que o movimento no comércio melhorou nos últimos anos. Uma das razões é o aumento do turismo na capital cearense e via capital cearense, saindo de 11º lugar (em 1996) para 6º lugar (em 2005) entre as cidades mais visitadas pelos turistas internacionais (CEARÁ, 2009), notadamente os italianos (26,5%), os portugueses (14,2%) e os franceses (7,1%).

Assim como o turismo internacional o turismo nacional também possui participação neste cenário, principalmente advindos de São Paulo (22,9%), Distrito Federal (10,0%) e Rio de Janeiro (9,7%) conforme Ceará (2009). Independente do fluxo turístico via Fortaleza ser estrangeiro ou não, houve o “ingresso médio anual de recursos para o Ceará no período de 1996/2008 da ordem de R\$1.471,6 milhões e gerando um impacto médio no PIB do Estado na ordem de 7,7%. Em 2008 o impacto no PIB foi de 9,8%” (CEARÁ, 2009, p. 4).

Saindo da capital rumo à interiorização do turismo, a SETUR/CE acredita que o objetivo é “desconcentrar espacialmente os impactos da receita gerada pelos turistas que se destinam à Fortaleza” (CEARÁ, 2009, p. 6). Esse movimento capital-interior variou de 43,3% (em 1998) para 65,3% (em 2008), contudo a preferência do turista ainda é a localidade

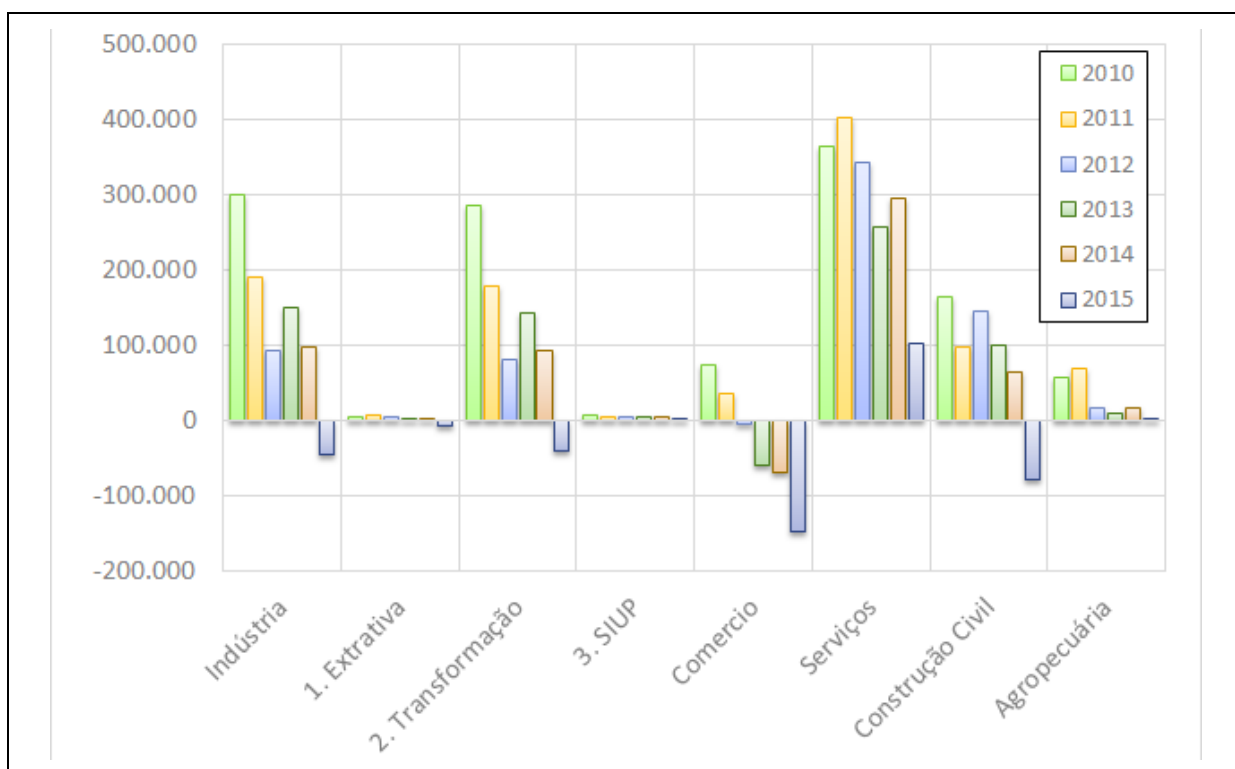
²⁹ Santos (1979, p. 30) justifica que prefere as expressões “circuito superior” e “circuito inferior” ao invés de “circuito moderno” e “circuito tradicional” pelo fato dessas últimas já serem muito carregadas de significados e, sobretudo por considerar o “circuito inferior” também um produto da modernização.

litorânea (80,8%) em detrimento do sertão (14,4%) e das serras (4,8%), conforme dados do mesmo estudo. Nesse sentido sugiro uma maior ação pública no sentido de promover as demais localidades além do litorâneo ao mesmo tempo em que a comunidade empresarial deve ser reunir e se organizar para atender as demandas locais e turísticas cada vez maiores.

Não obstante as respostas dos entrevistados e longe do discurso político e de posição partidária, o comércio esta desacelerando e o mercado se desocupando, segundo dados mais atuais. Postos de trabalho estão sendo extintos, família aumentando a massa da desocupação, pessoas verificando o seu poder de compra diminuindo enquanto se busca emergir de uma nacional crise econômico-política em prol da lisura no ambiente público.

Lopes (2015) afirma que a economia brasileira encolheu e fechou 162,7 mil postos de trabalho, em termos líquidos (admissões – demissões) no primeiro quadrimestre do ano corrente, com o setor Comércio com a maior dificuldade (146 mil vagas). Na Figura 5.1 Criação de emprego acumulado: janeiro-abril (CAGED) enquanto dado oficial governamental, percebe-se a desaceleração de todos os setores produtivos a citar indústria, extrativismo, transformação, comércio, serviços, construção civil e agropecuária; inclusive com retração em quatro deles.

Figura 5.1 – Criação de emprego acumulado: janeiro-abril (CAGED)



Fonte: Lopes (2015, *online*).

Paralela à discussão sobre o emprego no comércio advém a do salário. Esta variável foi melhor avaliada pelos respondentes. Para um terço dos entrevistados, os salários do comércio é regular e quase 45% avalia como bom ou excelente o mesmo quesito. Reconhece-se com o campo a associação direta desta variável com o fluxo em bares e restaurantes, assim como na locação, estadia em pousadas e movimento das pessoas nas praças centrais das cinco cidades.

Quadro 5.12 – Salário do Comércio no Objeto do Estudo

Hoje, o salário no comércio é:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	30	5,4	5,5	5,5
	Péssimo	31	5,6	5,6	11,1
	Ruim	42	7,6	7,7	18,8
	Regular	200	36,2	36,4	55,2
	Bom	235	42,6	42,8	98,0
	Excelente	11	2,0	2,0	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas duas próximas variáveis reconhece-se com clareza e de forma positiva a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo. Os bares e restaurantes evoluíram na percepção dos respondentes, bem como a presença dos turistas é vital para o cotidiano na cidade. Ainda que haja 10% dos entrevistados atestando que nos últimos anos os bares e restaurantes não melhoraram, percebe-se a presença da culinária internacional no Corredor Verde, a preocupação com a capacitação dos funcionários, a limpeza do ambiente e a diversificação de cardápio, inclusive se aproveitando das frutas locais.

Quadro 5.13 – Bares e Restaurantes nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, os bares e restaurantes		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhoraram muito	16	2,9	2,9	2,9
	Melhoraram	327	59,2	59,9	62,8
	Não melhoram	126	22,8	23,1	85,9
	Pioraram um pouco	40	7,2	7,3	93,2
	Pioraram muito	25	4,5	4,6	97,8
	Não sabe	12	2,2	2,2	100,0
	Total	546	98,9	100,0	
Itens descartados	Sistema	6	1,1		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O mesmo percentual é encontrado para aquelas pessoas que afirmam que com o turismo “há presença de maus elementos”, “as festas são para os de fora (da cidade)” e “os turistas desmatam a serra e sujam a cidade”; apesar de, recorrentemente, se ouvir que “sem o turista, a cidade para”.

Quadro 5.14 – Presença do Turista no Objeto do Estudo

Para a cidade, a presença de turistas é:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Excelente	113	20,5	20,6	20,6
	Bom	324	58,7	59,0	79,6
	Regular	61	11,1	11,1	90,7
	Ruim	24	4,3	4,4	95,1
	Péssimo	19	3,4	3,5	98,5
	Não sabe	8	1,4	1,5	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma variável da pesquisa chamou a atenção durante a pesquisa, quer pelo desconhecimento, quer pela complexidade no entendimento do conceito, quer pela aplicação deste conceito na prática, quer pelos resultados obtidos com a pesquisa: o emprego. Um quarto dos respondentes afirma que o emprego melhorou ou melhorou muito na cidade. Aos 75% demais que afirmam que o emprego não melhorou, piorou um pouco ou piorou muito, destaca-se um comentário já realizado em um trabalho aprovado em outro país:

[...] Por quê, se as taxas de desemprego no Brasil estão abaixo de 7%, segundo a imprensa brasileira?

A resposta é simples. Quem pesquisa oficialmente o emprego, no Brasil, é Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A principal pesquisa sobre o assunto é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Curiosamente, o manual de métodos e técnicas do PME não tem uma definição de emprego. Há uma definição de pessoas ocupadas na semana de referência.

Diz a definição: “São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana”. Os 7% de desemprego divulgado pela imprensa brasileira são, para o IBGE, 7% de pessoas sem trabalho. E o que é trabalho? E o trabalho é uma “ocupação com remuneração” ou “sem remuneração” (IBGE, 2007, p. 19). Se uma pessoa tem uma ocupação sem remuneração e se a perguntam se os empregos pioraram, o lógico seria dizer “Sim” (PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 7).

Com participação percentual similar, segundo os respondentes, os atuais empregos e a sua evolução nos últimos anos, encontram-se na mesma faixa. Se os empregos do objeto

do estudo não estivessem melhores, a região estaria economicamente estagnada; o que não ocorre uma vez que já constatei a movimentação do comércio, bares e restaurantes, que o rendimento melhorou, melhoram as estradas, as ruas e os calçamentos, assim como o ensino melhorou como será apresentado adiante.

Nos municípios do interior do Estado ainda há a presença muito forte do poder público no sentido de propiciar emprego para grande parcela da população. Como esse fator não sofre grande variação com o tempo, motivado pela estabilidade do funcionalismo público e/ou dos conhecidos “coronéis” que apadrinham os funcionários, a sensação que o emprego não melhorou ou não melhorou muito é real.

Isso igualmente ocorre com a qualidade dos empregos na opinião de mais de 90% que acredita que seu emprego é péssimo, é ruim ou é regular. O percentual dos entrevistados (40,6%) que responderam que o emprego nas cidades não melhorou é bastante representativo conforme Quadro 5.15.

Quadro 5.15 – Empregos na Cidade nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o emprego na cidade:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	6	1,1	1,1	1,1
	Melhorou	135	24,5	24,6	25,7
	Não melhorou	224	40,6	40,9	66,6
	Piorou um pouco	77	13,9	14,1	80,7
	Piorou muito	97	17,6	17,7	98,4
	Não sabe	9	1,6	1,6	100,0
	Total	548	99,3	100,0	
Itens descartados	Sistema	4	0,7		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Contudo mais de 25% dos respondentes afirma que o emprego nas cidades melhorou. Notadamente no setor de serviços mais especialmente em bares, restaurantes, pousadas, hotéis. Em diálogos registrados no diário de campo, os moto-taxistas igualmente percebem o maior número de viagens durante a semana e, principalmente nos finais de semana, nas férias e em feirados prolongados. No outro extremo, quase 20% dos 552 municípios atestam a involução dos empregos nas cidades do objeto do estudo.

O quadro anterior relaciona-se diretamente com o Quadro 5.16. Neste o percentual (31,5%) de regularidade é inferior, bem como os que estão satisfeitos com o emprego no objeto do estudo (bons com o percentual de 16,7% e excelentes 0,2%).

Quadro 5.16 – Empregos no Objeto do Estudo

Hoje, os empregos são:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	8	1,4	1,5	1,5
	Péssimos	138	25,0	25,1	26,6
	Ruins	136	24,6	24,8	51,4
	Regulares	174	31,5	31,7	83,1
	Bons	92	16,7	16,8	99,8
	Excelentes	1	0,2	0,2	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado de quase 50% dos respondentes que consideram o emprego péssimo e/ou ruim sinaliza, claramente, para a necessidade de planejamento e de um investimento público no Desenvolvimento Local uma vez que não se pode apenas esperar o cargo público; como a região possui um forte apelo turístico, o caminho se desenha para este setor.

Quadro 5.17 – Rendimento nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o seu rendimento:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	14	2,5	2,6	2,6
	Melhorou	213	38,6	39,0	41,6
	Não melhorou	227	41,1	41,6	83,2
	Piorou um pouco	59	10,7	10,8	94,0
	Piorou muito	21	3,8	3,8	97,8
	Não sabe	12	2,2	2,2	100,0
	Total	546	98,9	100,0	
Itens descartados	Sistema	6	1,1		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

(*E quem não quer ganhar mais?*) O Quadro 5.17 retrata que mais de 40% dos respondentes afirma que seus rendimentos melhoraram, todavia, o percentual similar afirma que não melhorou. Nos últimos cinco anos a movimentação nas cinco localidades aumentou em vista o maior número de visitantes no estado. Não obstante, o número de diárias no objeto do estudo caiu de 4,1 dias para 2,4 dias e os gastos pessoais acompanharam a queda com igual percentual (CEARÁ, 2009). Esse dado acrescido ao encontrado no campo reforça a necessidade de o poder público em conjunto com a população encontrar alternativas de fomento para o aumento dos rendimentos e geração de riqueza no objeto do estudo.

O quadro anterior é reflexo do posterior. Todavia a situação dos moradores de sítios seja pior uma vez que os sítios estão sendo substituídos por outros empreendimentos

imobiliários o que gera uma vulnerabilidade ambiental (PINHEIRO, BORGES, 2012). Ainda que mais de um terço dos respondentes afirme que os salários são bons e excelentes, um percentual maior atesta que os salários são péssimos (6,2%), ruins (16,1%) e regulares (26,8%).

Quadro 5.18 – Salário dos Moradores de Sítios no Objeto do Estudo

Hoje, salário de moradores de sítios é:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	88	15,9	16,1	16,1
	Péssimo	34	6,2	6,2	22,3
	Ruim	89	16,1	16,3	38,6
	Regular	148	26,8	27,1	65,6
	Bom	182	33,0	33,3	98,9
	Excelente	6	1,1	1,1	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Registro dois apontamentos que emergiram no campo sobre este assunto a citar:

- Nem todos os respondentes eram moradores de sítios (na verdade foram poucos; um percentual próximo a 10% dos entrevistados) e/ou conheciam moradores de sítios. Suas respostas foram baseadas na sua percepção e/ou pela comunicação direta (boca-a-boca) com os moradores locais;
- Os moradores de sítio além de receberem o “ordenado” mensal dos proprietários do imóvel, que na maioria das vezes não se equipada ao salário mínimo, vive da comercialização de hortifrutigranjeiros dos sítios e de pequenos serviços manuais de caráter informal na própria localidade.

Após a análise preliminar dos dados supramencionados sobre o **Fator 2 Emprego e Rendimentos** posso direcionar o pensamento sobre a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo para concluir:

- O turista é fator determinante de sobrevivência da região, pois movimenta o comércio, bares, restaurantes, pousadas e hotéis;
- O objeto do estudo não se organiza em sua totalidade, mas de forma isolada, ou melhor, municipalizada, para receber o turista e com isso perde em oportunidades de emprego, ainda que quase 40% perceba uma evolução nos rendimentos no último ano;

- c) Há uma excessiva dependência de trabalho dos munícipes do setor público e do apadrinhamento laboral, causando movimentação financeira espaçada no comércio e sensação de estagnação econômica na região.

O fator a seguir destina-se às variáveis de infraestrutura física, como estradas, ruas, calçamentos e iluminação pública, bem direcionadas ao Turismo e com forte impacto no Desenvolvimento Local.

5.4 FATOR 3: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Nessa categoria o menor percentual nos itens válidos em três variáveis supera os 65%,. Majoritariamente os itens melhoram e melhoram muito; aparecem para atestar que o Turismo possui forte relação positiva com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo, principalmente em relação às estradas, ruas e calçamentos e iluminação pública.

No decurso de 2011 a 2014, nas CE 60 e CE 356 foram realizadas manutenções, com destaque para a última, via Palmácia. Na opinião dos entrevistados o melhoramento nas estradas é “apenas para o turista”, ainda que mais de 70% afirme que as estradas melhoram muito ou apenas melhoram. Contudo um terço (1/3) dos respondentes afirma que a estradas, ruas, calçamentos e iluminação não melhoraram (16,7%), pioraram um pouco (5,6%) ou pioraram muito (5,4%) se beneficia dos avanços e desenvolvimentos da localidade conforme Quadro 5.19.

Quadro 5.19 – Estradas nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, as estradas:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhoraram muito	45	8,2	8,2	8,2
	Melhoraram	346	62,7	63,3	71,5
	Não melhoram	92	16,7	16,8	88,3
	Pioraram um pouco	31	5,6	5,7	94,0
	Pioraram muito	30	5,4	5,5	99,5
	Não sabe	3	0,5	0,5	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O percentual da avaliação positiva das ruas e calçamentos nos últimos anos pelo respondente é menor. Para 56,5% dos respondentes esta variável melhorou e quase 1% afirma

que melhorou muito na última meia década. Mas um quarto dos entrevistados afirma que as ruas e calçamentos estão do mesmo jeito e pouco mais de 15% atesta que piorou.

Quadro 5.20 – Ruas e Calçamentos nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhoraram muito	5	0,9	0,9	0,9
	Melhoraram	312	56,5	57,0	58,0
	Não melhoram	139	25,2	25,4	83,4
	Pioraram um pouco	45	8,2	8,2	91,6
	Pioraram muito	44	8,0	8,0	99,6
	Não sabe	2	0,4	0,4	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa melhoria é evidente, pois as cidades são pequenas e cortadas por uma estrada asfaltada e agora por mais uma via nova. Contudo, registro que a sinalização na estrada é precária, os equipamentos de segurança rodoviária são insuficientes e a poda de árvores não é regular o que prejudica a visibilidade, mas há abundância nos equipamentos fotosensores. Questão de conforto e segurança, assim como a iluminação pública, mas:

Algumas dessas empresas responsáveis pela iluminação pública no Brasil são estrangeiras. Dentre elas, há empresas que possuem somente um representante no Brasil, e não uma filial. Esse modelo de gestão talvez explique a razão de, na mesma cidade, haver ruas bem iluminadas e ruas não iluminadas (PINHEIRO *et al.*, 2014).

Quadro 5.21 – Iluminação Pública nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a iluminação pública:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	15	2,7	2,7	2,7
	Melhorou	346	62,7	63,0	65,8
	Não melhorou	129	23,4	23,5	89,3
	Piorou um pouco	32	5,8	5,8	95,1
	Piorou muito	22	4,0	4,0	99,1
	Não sabe	5	0,9	0,9	100,0
	Total	549	99,5	100,0	
Itens descartados	Sistema	3	0,5		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a análise preliminar dos dados supramencionados sobre o **Fator 3 Infraestrutura Física** posso direcionar o pensamento sobre a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo para concluir:

- a) As estradas foram as “maiores beneficiadas” com o Desenvolvimento Local por meio do Turismo com percentual superior a 70%. Por meio delas o município de Baturité recebeu em 2012 mais de dez mil turistas e Guaramiranga, por sua vez, ultrapassou os 25 mil no mesmo ano (CEARÁ, 2014);
- b) Há presença de ruas e calçamentos ainda sem a devida manutenção, principalmente mais afastados dos centros das cidades, objetos do estudo, com saneamento básico por fazer, motivo pelo qual um terço dos entrevistados não percebeu a melhora ou afirma que as ruas e calçamentos pioraram um pouco ou muito (CEARÁ, 2014);
- c) Pertinente à iluminação pública este é um serviço terceirizado pelas prefeituras das cidades brasileiras. As residências pagam uma taxa de iluminação e a prefeitura contrata uma empresa privada para prestar o serviço (CEARÁ, 2014).

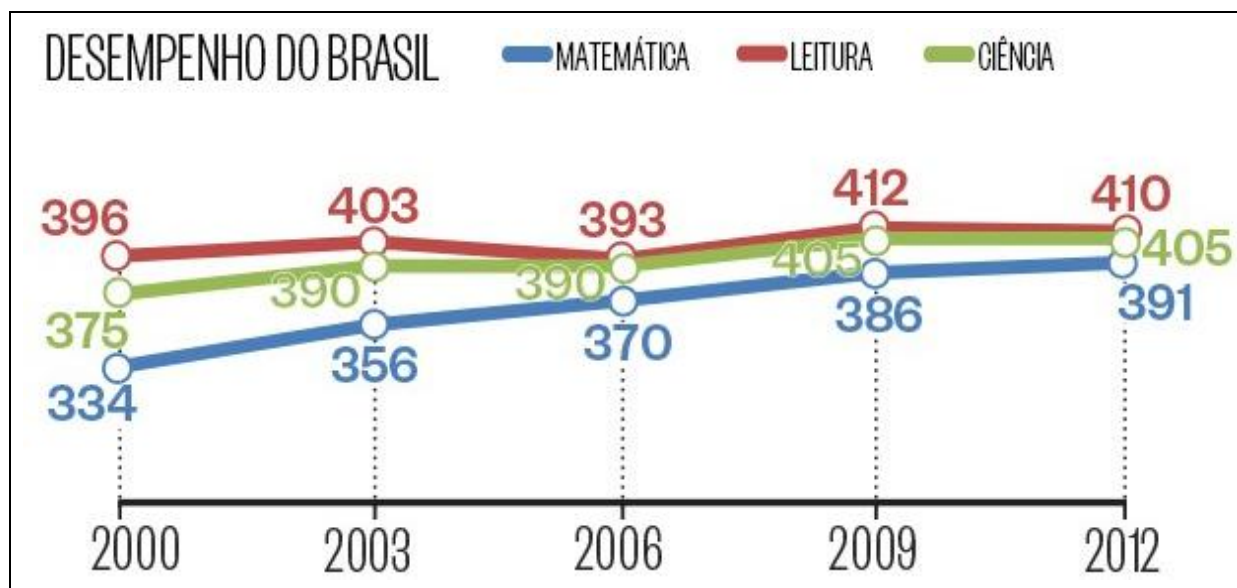
Outro fator preponderante para estudar a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local no objeto do estudo é a Educação Pública, conforme abaixo.

5.5 FATOR 4: ESCOLA PÚBLICA

Mais de 60% dos entrevistados responderam que as escolas públicas melhoraram nos últimos anos e que elas são boas ou excelentes na atualidade. Esse é um bom indicador de desenvolvimento, mas não quer dizer que o ensino e a aprendizagem melhoraram como sugerem os dados do *Programme for International Student Assessment* (PISA) da OCDE³⁰ (PINHEIRO *et al.*, 2014).

O Brasil melhorou nas três provas realizadas a cada três anos. Em Matemática, saiu de 334 pontos em 2000 para 391 pontos em 2012. Melhorou menos em Leitura, pois em 2000 os estudantes brasileiros obtiveram a média de 396 pontos e avançaram para 410 pontos em 2012, índice menor que a última avaliação (412 pontos em 2009). Em relação à Ciência a pontuação passou de 375 pontos em 2000 para estabilizar em 405 pontos em 2009 e 2012, conforme dados do PISA/OCDE (REDAÇÃO ÉPOCA, 2013, *online*).

³⁰ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é uma ação internacional de avaliação comparada e aplicada a estudantes com faixa etária de 15 anos. Conta com o desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e, no Brasil, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Figura 5.2 – Desempenho brasileiro no *Programme for International Student Assessment*

Fonte: PISA/OCDE (apud REDAÇÃO ÉPOCA, 2013, online).

Esse fato preocupa: melhorou, mas ocupa as últimas posições no mesmo ranking. A real preocupação é que o desenvolvimento cognitivo para outras disciplinas fica comprometido quando não se reconhece a base do português e da matemática (SILVA, 2010). A autora sugere o reconhecimento da escola pública pelos entrevistados quando afirma que “apesar das dificuldades encontradas na escola pública, podemos observar que há muitos professores competentes e comprometidos com o sucesso dos alunos” (SILVA, 2010, p. 129).

Quadro 5.22 – Escola Pública nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a escola pública:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	25	4,5	4,6	4,6
	Melhorou	338	61,2	61,8	66,4
	Não melhorou	122	22,1	22,3	88,7
	Piorou um pouco	17	3,1	3,1	91,8
	Piorou muito	28	5,1	5,1	96,9
	Não sabe	17	3,1	3,1	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

“A cidadania, sem dúvida, se aprende” (SANTOS, 1993, p. 7) e no caso das crianças, o local, ou um dos locais, é a escola; enquanto “processo sistematizado de aprendizagem” (SOUSA; SILVA; MAGALHÃES, 2005, p. 57). Por isso a qualidade da escola

pública é precípua do desenvolvimento local; assim como “morar bem (casa própria), trabalhar e receber salários justos, contar com serviços de água e luz, vigilância sanitária, [...] ruas pavimentadas (com asfalto), áreas de lazer, enfim, ter uma vida digna na cidade” (SILVA, 2010, p. 140).

Essa relação entre a escola pública e o desenvolvimento local pode ser vista sob o olhar de uma perspectiva libertadora. Segundo Cordeiro Neto e Alves (2008, p. 12):

O tema do desenvolvimento é alvo de estudos em diversas áreas do conhecimento. A evolução das concepções acerca do assunto fez com que se ampliasse a visão de um desenvolvimento baseado em maior poder de compra do consumidor para uma perspectiva atual que o relaciona com liberdade, com bem-estar e qualidade de vida. Lugares desenvolvidos, conforme as abordagens mais recentes, não necessariamente são aqueles que apresentam maiores níveis de renda por habitante (renda per capita). Mesmo a condição econômica sendo importante, é a sua combinação com qualidade educacional e com efetividade na saúde coletiva que se enfatiza na definição do desenvolvimento³¹.

Coriolano (2003; 2012) corrobora com a visão de liberdade no desenvolvimento local, pois o desenvolvimento deve ser visto como um caráter de maior escala sem os limitantes eminentemente numéricos como indicadores econômicos a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB) Por isso uma árdua tarefa já que a subjetividade dos desejos, da educação, da solidariedade, da realização humana, por exemplo, não são facilmente identificadas nos estudos científicos.

Sen (2007) confirma a participação da variável liberdade no processo de desenvolvimento como central por duas razões. A primeira, no sentido avaliatório, enquanto progresso no aumento das liberdades das pessoas. A segunda razão, no âmbito da eficácia, o desenvolvimento depende da livre condição das pessoas.

Soma-se a essa relação tríade entre desenvolvimento-liberdade-cidadania referente à escola pública o turismo. Para Moraes, Silva e Almeida (2013, p. 534):

O emprego desta temática no contexto escolar, na forma como se procederam as abordagens em sala de aula, tem especial relevância uma vez que permite aos alunos envolvidos, discutir temas transversais que proporcionam, entre outros aspectos, o fortalecimento de seus laços culturais, a conscientização da necessidade de conservar o patrimônio material e imaterial do seu município e a mobilização social para alcançar tais objetivos.

³¹ “A atividade econômica é um meio, o bem-estar social é o fim” (DOWBOR, 2001, p. 206). Além disso, variáveis econômicas não são suficientes para produzir o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

O turismo também se apresenta nas escolas públicas por meio das aulas de Geografia (SOUZA, 2009; BORGES; FARIAS, 2012). Ainda que haja problemas, como recursos humanos e financeiros deficitários (BORGES; FARIAS, 2012), “os pontos turísticos (chamados de atraentes) quase sempre foram citados como pauta de discussão” (SOUZA, 2009, p. 131) nas aulas de Geografia. Motivo pelo qual não se pode deixar de associar o turismo e o desenvolvimento local em relação à escola pública; uma vez que esse desenvolvimento altera de forma singular a realidade da população local que goza das transformações socioespaciais que o turismo proporciona e sua influência na educação escolar.

Quadro 5.23 – Escolas Públicas no Objeto do Estudo

Hoje as escolas públicas são:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	21	3,8	3,8	3,8
	Péssimas	24	4,4	4,4	8,2
	Ruins	21	3,8	3,8	12,0
	Regulares	151	27,5	27,5	39,5
	Boas	315	57,3	57,3	96,7
	Excelentes	18	3,3	3,3	100,0
	Total	550	99,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	2	0,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados supramencionados sobre o Fator 4 Escola Pública igualmente retratam a o meu particular gosto pela educação, defesa do ensino nas localidades e prazer em ter as crianças na escola. Por varias vezes frases como “somente a educação leva pra frente”, “graças a Deus meus filhos estudam”, “as escolas são boas demais”, por exemplo, ecoaram nas entrevistas e foram registradas em campo de estudo. Sobre o outro sentido de Campo, emerge o próximo fator.

5.6 FATOR 5: AGRICULTURA

A agricultura é um setor econômico em decadência no objeto do estudo. Já foi a principal fonte de riqueza com as lavouras de café no início do século. A especulação imobiliária (transformando os sítios em duplex e/ou triplex), o turismo de segunda residência, enquanto “tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias” (ASSIS, 2003, p. 110) e a ausência de rendimentos excelentes (conforme ilustração

abaixo), entre outros, são fatores de recuo da atividade econômica, além da inclinação territorial do próprio objeto e a necessidade de maior tecnologia para o plantio.

Não se objetivou identificar o destino da agricultura, se para o turismo ou se para a localidade. Por meio desta investigação, reconheço que:

1. a região era reconhecidamente um local de grande produção agrícola;
2. a atual produção objetiva mais a subsistência de famílias e entorno do que propriamente abastecer mercados, hotéis, pousadas, comércios e restaurantes,
3. há uma comercialização agrícola vigente em momentos de festividades e temporadas para locais, turistas e vilegiaturas.

Quadro 5.24 – Rendimento no Objeto do Estudo

Hoje, o rendimento agrícola é:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não informou	74	13,4	13,5	13,5
	Péssimo	146	26,4	26,5	40,0
	Ruim	155	28,1	28,2	68,2
	Regular	114	20,7	20,7	88,9
	Bom	61	11,1	11,1	100,0
	Excelente	-	-	-	
	Total	550	99,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	2	0,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Há trabalhos que atestam o avanço e desenvolvimento da agricultura no estado do Ceará.

Gradativamente, a natureza passa a ser subordinada ao poder dos que detêm a técnica, através da difusão da tecnologia, que segue diferenciadas lógicas de seletividade. O modelo agrícola sofre todas essas inovações, de tal modo que o semi-árido cearense, antes considerado sem muitos “atrativos”, é colocado, atualmente, na rota das transações internacionais (LIMA *et al.*, 2012, p. 10).

Elias (2005) corrobora e afirma que o capitalismo no campo encontra-se em curso nas últimas duas décadas sendo visível a reestruturação econômica e territorial em prol do consumo globalizado e suas respectivas influências exógenas. Carvalho (2013) particulariza a agropecuária em cinco grupos na região. O primeiro grupo (item a) no litoral, destacando-se o cultivo de frutas, notadamente o caju e o coco.

O segundo grupo (item b), a própria região metropolitana de Fortaleza, com o desenvolvimento da avicultura. O terceiro grupo (item c) refere-se às serras úmidas, com a

exploração da horticultura. O sertão é elencado como quarto grupo (item d) e destina-se a produzir grãos e fortalecer a pecuária. Por último (item e), os perímetros irrigados, com a produção diferenciada e específica.

O supra item c encaixa-se no objeto do estudo dessa tese. Mais de 80% dos entrevistados não perceberem melhora (18,8%) nesse setor produtivo da agricultura e/ou afirmam que piorou um pouco (26,4%) ou muito (29,7%) na última meia década conforme Quadro 5.25. Portanto, há quase 20% dos 552 respondentes que apregoam a melhoria na agricultura, ainda que a fala de “a agricultura está se acabando por aqui” seja recorrente.

Destaca-se que a agricultura no objeto do estudo encontra-se no nível de subsistência e/ou comercialização local, no máximo com a Capital, distanciando-se do conceito e prática do Agroturismo (PEDREIRA; SANTOS; POCIDONIO, 2012; LIMA; CORIOLANO, 2012; GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013) ou Turismo Rural (ANDRADE; MOSS, 2012; SOUZA; VIEGAS, 2012; CARVALHO; MOESCH, 2012).

Quadro 5.25 – Agricultura nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a agricultura:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	9	1,6	1,6	1,6
	Melhorou	93	16,8	17,0	18,6
	Não melhorou	103	18,7	18,8	37,5
	Piorou um pouco	146	26,4	26,7	64,2
	Piorou muito	164	29,7	30,0	94,1
	Não sabe	32	5,8	5,9	100,0
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com os dados supramencionados sobre o **Fator 5 Agricultura**, os resultados da produção agrícola estão envolvendo. O ambiente que ora é responsável pelo café do estado agora vê-se nos fundos do sítio que já se encontram preparados para o momento do veraneio e/ou em negociação com alguma construtora para os futuros condomínios fechados no pé da serra ou sobre ela (PINHEIRO, BORGES, 2012). Discutido este ponto, segue-se ao próximo fator sobre Alcoolismo e Gravidez na Adolescência.

5.7 FATOR 6: ALCOOLISMO E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Para os entrevistados o lazer está associado a rendimentos, empregos e alcoolismo. Isso não foi relacionado à presença dos turistas. O alcoolismo é provavelmente percebido como um fenômeno local e a única forma de lazer acessível (PINHEIRO *et al.*, 2014). Esse alcoolismo já foi relacionado com a pobreza na capital do Ceará (MONTEIRO, 2011) e no interior do Estado (BRASIL, 2010a). No objeto do estudo, mais de 90% dos entrevistados afirmam que o consumo de álcool, não melhorou (12%), piorou um pouco (21%) ou muito (57,4%). Dos 6,4% dos entrevistados que afirmam que o alcoolismo melhorou na última meia década, entendo que o consumo baixo no objeto do estudo.

Quadro 5.26 – Alcoolismo nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o alcoolismo:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	-	-	-	-
	Melhorou	35	6,3	6,4	6,4
	Não melhorou	66	12,0	12,1	18,6
	Piorou um pouco	116	21,0	21,3	39,9
	Piorou muito	317	57,4	58,3	98,2
	Não sabe	10	1,8	1,8	100,0
	Total	544	98,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	8	1,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mediante anotações no diário de campo e percepção nas respostas dos entrevistados posso inferir que o alcoolismo citado não é uma doença social, mas sim lazer habitual, inclusive de caráter cultural (ANDRADE, 2006) diferentemente de “O uso excessivo do álcool contribui para profundos problemas individuais e sociais. A compulsão por usar álcool envolve uma larga extensão de problemas comportamentais que podem interferir no funcionamento normal da família, do trabalho e da comunidade” (VELOSO, 2011, p. 19).

Na pesquisa o alcoolismo não se associou às drogas ilícitas. Foi aceito na localidade como algo cotidiano e sem malefícios; encarada como aquele *happy hour* no final do dia ou as duas cervejinhas antes de chegar em casa. Independente de ser aceito como cultural, merece a devida atenção. Esse fator cultural gera uma atenção e alicerça a diminuição dos “cuidados de saúde primária por motivos de planejamento familiar [...] e para por razões de realização de consultas de vigilância na gravidez no caso das mulheres, assim

como a relutância na utilização do preservativo ou o elevado consumo de álcool” (ANDRADE, 2006, p. 244).

Sobre gravidez na adolescência o percentual próximo de 95% dos entrevistados, assim como o anterior, afirma que essa variável não melhorou (11,6%), piorou um pouco (24,3%) ou piorou muito (55,8%) conforme Quadro 5.27. O turismo, segundo Figueiredo e McBritton (2007, p. 2), “por si só, representa uma fonte constante de exercício e expansão das práticas afetivo-sexuais”. E, contudo, continuam os referidos autores:

A comunicação entre as secretarias de turismo, saúde e educação, com a finalidade de integrar ações educativas na agenda de eventos dos municípios, é extremamente necessária. Este convite deve partir da sociedade civil organizada, ou do governo, ou de ambos que trabalham na área da Saúde; pois, muitas vezes, os organizadores dos eventos, envolvidos com a logística da produção, não incluem trabalhos de prevenção por não relacionarem as festas como facilitadoras das aproximações entre as pessoas no campo sexual.

É importante a continuidade de ações preventivas para turistas com relação ao comportamento sexual preventivo em festas e eventos turísticos e é fundamental, também, que haja desenvolvido um trabalho contínuo específico de promoção à prevenção sexual com a população local onde ocorram eventos festivos e de turismo, que têm sua vulnerabilidade exacerbada devido ao aumento de demanda (FIGUEIREDO; MCBRITTON, 2007, p. 2).

Quadro 5.27 – Gravidez na Adolescência nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	1	0,2	0,2	,2
	Melhorou	25	4,5	4,6	4,8
	Não melhorou	64	11,6	11,7	16,5
	Piorou um pouco	134	24,3	24,5	41,0
	Piorou muito	308	55,8	56,4	97,4
	Não sabe	14	2,5	2,6	100,0
	Total	546	98,9	100,0	
Itens descartados	Sistema	6	1,1		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Veloso (2011, p. 24-25), citando Laranjeira *et al.* (2007), estabelece um elo entre as duas variáveis da categoria:

As bebidas alcoólicas são as substâncias psicotrópicas mais utilizadas por adolescentes, apesar do consumo ser permitido legalmente após os 18 anos, aparecendo o beber como forma de integração. Este consumo pode acarretar diversos problemas como deficiências nos estudos, sociais, maior risco de acidentes, prática do sexo desprotegido, o que coloca esses adolescentes em situação de risco para DST's e gravidez precoce.

Os percentuais de alcoolismo e gravidez na adolescência altíssimos e correlacionados, conforme a matriz, indicam que ambos são fenômenos complexos multicausais, não obstante a sua ocorrência frequentemente associadas “por conflitos e por negligência familiar, nos quais prevalecem as relações interpessoais negativas pontuadas por poucas oportunidades de crescimento pessoal e profissional” (QUEIROZ, 2013, p. 101).

Em relação ao turismo, pode-se sugerir que ambas variáveis do **Fator 6 Alcoolismo e Gravidez na Adolescência** possuem relação direta. O alcoolismo aproxima pessoas, faz com que as mesmas interajam e troquem vivências e experiências. Dependendo do consumo, pode favorecer o contato sexual. A gravidez na adolescência, por sua vez, pode acontecer no momento de uma festividade local, durante um período de férias ou mesmo em um único final de semana, por exemplo, apesar de não ser regra.

Consonante o Desenvolvimento Local o alcoolismo dos moradores distancia-os do setor produtivo, pode ocasionar refugo de material empregado na produção e/ou retrabalho, bem como alto índice de *turnover* e absentismo no início de semana (fatores facilmente conhecidos e amplamente difundidos, contudo não medidos pela pesquisa motivado pelo objetivo da investigação; mesmo por que o álcool apresenta-se como resultado socialmente aceito pelos entrevistados e não como droga que o é).

A gravidez na adolescência inviabiliza as potencialidades endógenas, pois distancia a menina-mãe do ambiente escolar e perpetua a pobreza e a exclusão no ambiente social.

A gravidez é outra situação de vulnerabilidade com impactos profundos na vida dos adolescentes: em sua saúde, no seu desempenho escolar, nas suas oportunidades de formação para o trabalho. Como a pobreza, a baixa escolaridade e a entrada precoce e precária no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência é um dos mais importantes fatores para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão (UNICEF, 2011, p. 41).

Preconceito foi o maior impacto sofrido pelas grávidas, seguido pelo sentimento de vergonha. Em cerca de um terço das respostas dadas, os participantes afirmaram que pararam de estudar em decorrência da gravidez e que foram expulsos de casa (21,7% de respostas afirmativas) (CERQUEIRA-SANTOS *et al.*, 2009, p. 10).

O próximo Fator 7 possui uma correlação maior conforme a matriz e quase com a mesma pontuação percentual do Fator 6.

5.8 FATOR 7: VÍCIOS E SEXUALIDADE

Esse fator, a exemplo da anterior, apresenta duas variáveis. A primeira sobre a evolução da EXPLORAÇÃO SEXUAL que nos últimos anos, causou desentendimento. Primeiro, um terço dos respondentes não soube responder a questão. Depois, 2% dos instrumentos foram descartados nesta variável pelo SPSS. Por fim a prostituição não foi identificada no objeto do estudo, registrada no diário de campo como “essas coisas não acontecem por aqui”.

Os demais percentuais, todos em torno de 20%, subdividiram-se em três itens:

- a) para os respondentes que acham que a exploração sexual melhorou muito (0,7%) ou pouco (18,8%) nos últimos anos no objeto do estudo; portanto, houve redução da variável,
- b) para aqueles que atestam não haver mudanças (22,8%), portanto, a exploração sexual continua a mesma nos últimos cinco anos, e
- c) para os que afirmam que piorou um pouco (9,4%) ou piorou muito (17%), portanto o nível de exploração sexual aumentou na última metade da década no objeto do estudo.

Quadro 5.28 – Exploração Sexual nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, a exploração sexual:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	4	0,7	0,7	0,7
	Melhorou	104	18,8	19,2	19,9
	Não melhorou	126	22,8	23,2	43,2
	Piorou um pouco	52	9,4	9,6	52,8
	Piorou muito	94	17,0	17,3	70,1
	Não sabe	162	29,3	29,9	100,0
	Total	542	98,2	100,0	
Itens descartados	Sistema	10	1,8		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda assim, em meio a essa questão complexa de haver ou não haver exploração sexual, de se ter melhorado ou não, registra-se que para Figueiredo e McBritton (2007, p. 3):

A população local de municípios turísticos necessita receber uma atenção especial no planejamento de seus eventos, de forma, que seja “protegida” dos impactos do contato com turistas na sua estrutura cotidiana e de formação; visto que esses “invasores” possuem maior poder aquisitivo e tendem a impressioná-la e submetê-la economicamente.

A próxima variável foi de fácil entendimento. A evolução de DROGAS ILÍCITAS nos cinco municípios estudados foi registrada por mais de 75% dos respondentes. Por droga, “segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento” (NICASTRI, 2008, p. 22).

Menos de 8% dos entrevistados afirmam que essa variável melhorou pouco (2,4%), melhorou muito (0,2%) ou não melhorou (4,7%) e, segundo os respondentes em diário de campo, esse consumo de drogas ilícitas, notadamente a maconha e o *crack*, não ocorre na localidade. Afirmam ainda que o uso aumenta substancialmente nos momentos de festas e férias, inclinando o pensamento de forma direta e positiva para o turismo.

Quadro 5.29 – Consumo de Drogas Ilícitas nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o consumo de drogas (ilícitas):		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	1	0,2	0,2	0,2
	Melhorou	13	2,4	2,4	2,6
	Não melhorou	26	4,7	4,8	7,4
	Piorou um pouco	109	19,7	20,3	27,7
	Piorou muito	363	65,8	67,6	95,3
	Não sabe	25	4,5	4,7	100,0
	Total	537	97,3	100,0	
Itens descartados	Sistema	15	2,7		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A evolução no consumo de droga ilícita não sobe apenas a serra, mas vai em direção do mar também. No Pecém, distante 58 quilômetros da capital do Ceará, as drogas são igualmente ou mais consumidas. Para Borges e Farias (2012, p. 60):

Um fato que chama atenção ao se chegar à escola são os “grafites” nos muros, com mensagens contra o uso de drogas. Em entrevista, a coordenadora da escola informou que devido ao acentuado crescimento populacional ocorrido nos últimos anos em Pecém, o consumo de drogas tornou-se crescente entre os jovens deste distrito. Diante disso, a escola passou a realizar campanhas contra o uso de drogas, das quais os grafites fazem parte.

Figura 5.3 – Grafite contra as drogas feito na escola no Pecém-CE: Muro Interno



Fonte: Fotos Felipe da Rocha Borges (2011).

Figura 5.4 – Grafite contra as drogas feito na escola no Pecém-CE: Muro Externo



Fonte: Fotos Felipe da Rocha Borges (2011).

Com os dados supramencionados sobre o **Fator 7 Vícios e Sexualidade** e as anotações no diário de campo, os resultados me permitem concluir:

- a) A exploração sexual ainda é assunto a ser explanado, clareado, explicado, exemplificado nas cinco cidades objeto do estudo, muitas vezes com respostas evasivas, muitas vezes com risadas acompanhando as respostas, algumas vezes (29,3%) sem a qualquer resposta.
- b) As drogas ilícitas são recorrentemente vinculadas aos turistas da Capital e nacionais e seu consumo é potencializado notadamente em feriados, férias e temporadas. No uso destes turistas em uma das cinco localidades, o nativo da região também faz o uso.

5.9 FATOR 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL

No transcorrer da pesquisa nos cinco municípios do enclave semiúmido da região serrana de Baturité, registrou-se uma dependência econômica dos programas federais de inclusão de renda, em especial a APOSENTADORIA RURAL e o BOLSA FAMÍLIA. Um terço dos respondentes da pesquisa aos serem questionados sobre os seus rendimentos em relação à Aposentadoria Rural e ao Bolsa Família não souberam responder ou não registraram outra resposta pelo fato de, por exemplo, não receberem os benefícios.

Antecipa-se que não se questiona a importância destes benefícios. Eles movimentam a economia local (SILVA, 2013) e minimizam a insegurança alimentar evitando o êxodo rural fixando o agricultor no campo (VIEIRA, CIOCCARRI; ZIQUINATTI, 2009), permitem superar o estado de pobreza (MARINHO; ARAÚJO, 2010; SCHWARZER, 2000), facilitam o acesso de crianças e adolescentes à escola por meio de fardamento e material (LIMA, 2008) e possibilitam a confiabilidade e o crédito frente ao comércio local e instituições financeiras na aquisição de bens e serviços (AUGUSTO; RIBEIRO, 2006).

A dependência econômica é visível e árdua (SILVA, 2013). Mais de 60% dos respondentes afirma que os seus rendimentos piorariam sem o apoio governamental; por consequência, inviabilizando o desenvolvimento local (SILVA, 2013) ainda que haja movimentação na economia local. Ademais, Pinheiro *et al.* (2014, p. 3) apregoa

Se cidadania implica justiça econômica (ARISTÓTELES, 2013), inclusão econômica e social é justiça do partilhável. O programa brasileiro de renda mínima (**Bolsa Família**), de aposentadoria sem a contribuição do produtor rural (**FUNRURAL**) são indicadores de justiça econômica numa sociedade incapaz de prover o próprio crescimento econômico sem inclusão produtiva.

Soma-se a essa constatação a necessidade de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e o desenvolvimento de emprego e renda; não exclusivamente o repasse de recursos federais com o teto de meio salário mínimo (GODOY *et al.*, 2010, p. 10), e a capacitação dos munícipes em diferentes tipos de negócios; notadamente em relação ao objeto do estudo, com o foco no turismo, como lazer, hotelaria, serviços, alimentação, transporte entre outros.

Para se ter uma estratégia sustentável e democrática de desenvolvimento rural deve-se privilegiar o potencial das características impulsoras da agricultura familiar sobre as dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento. É necessário criar propostas de desenvolvimento que fortaleçam os empreendimentos econômicos, garantindo assim a produção de novas tecnologias e com isto viabilizar novos empregos, dentre outras atividades de diversificação capazes de gerar renda (VIEIRA; CIOCCARRI; ZIQUINATTI, 2009, p. 9).

Quadro 5.30 – Rendimento em Relação à Aposentadoria Rural no Objeto do Estudo

Se não houvesse aposentadoria rural, seu rendimento seria:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não sabe	176	31,9	32,2	32,2
	Péssimo	250	45,3	45,7	77,9
	Ruim	96	17,4	17,6	95,4
	Regular	20	3,6	3,7	99,1
	Bom	5	0,9	0,9	100,0
	Excelente	-	-	-	
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os respondentes conhecem as questões solicitadas, pois menos de 1% dos dados foram perdidos. Em torno de 4% dos respondentes não teriam seus rendimentos (ou ganhos, como questionados no campo) influenciados pelos programas federais em questão. Pinheiro *et al.* (2014, p. 5) alinha os programas sociais federais com a atividade turística, destacando a sua base legal e o impacto no comércio local.

Pobreza extrema, no Brasil, é o rendimento familiar médio mensal inferior a R\$70 (€23). Há, no Brasil, dois programas de assistência aos extremamente pobres: Bolsa Família, unificação dos programas de bolsa para os extremamente pobres que existiam à época (BRASIL, Lei nº 10.836, d9/1/2004). E Funrural, aposentadoria rural sem a contrapartida da contribuição (Lei Complementar nº 11, 25/5/1971). Os entrevistados dependem muito de ambos. Os comerciantes locais também, conforme anotações de campo. Nesse caso, vale admitir que sem turistas, seria muito pior.

Silva (2013, p. 84) corrobora dizendo que “o comércio só tinha um aumento nas vendas no começo no mês, devido ao período de pagamento dos benefícios”. Uma “reprodução social e econômica” (GODOY *et al.*, 2010, p. 15) e não uma produção social e econômica. O receio amplamente difundido de não se trabalhar de maneira formal para justificar a manutenção dos benefícios e aumentar o chamado desemprego.

O conceito de desemprego também precisa extrapolar o fator renda, as implicações do desemprego não podem ser suprimidas simplesmente através de transferências do governo, o desemprego contribui também para a exclusão social, perda de autonomia, autoconfiança, e saúde física e psicológica (SILVA, 2013, p. 74, *apud* SEN, 2007).

As garantias constitucionais advindas da Carta Magna de 1988, como a igualdade entre trabalhadores rurais e urbanos em relação aos benefícios da previdência social (GODOY *et al.*, 2010), estão sendo cada vez mais sustentadas pelo avanço dos benefícios federais. Percebe-se um contraponto na contribuição para a aposentadoria em detrimento do pleno desenvolvimento das capacidades inovadoras endógenas, da implantação de instituições públicas e/ou do favorecimento da implantação de instituições privadas que otimizem as potencialidades locais e de uma real política pública para o desenvolvimento sustentável com menor grau de dependência proveniente da capital do país.

A principal fonte de renda não advém do trabalho para a parcela mais periférica da população. Os rendimentos previdenciários e transferidos do Programa Bolsa Família superam os rendimentos da força motriz e “os rendimentos creditados a estas fontes de renda foram os que apresentaram o maior crescimento em termos reais e que mais ganharam participação relativa como fonte de renda entre os cearenses” (IPECE, 2013, p. 12).

Quadro 5.31 – Rendimento em Relação ao Bolsa Família no Objeto do Estudo

Se não houvesse o Programa Bolsa Família, seus rendimentos seriam:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não sabe	179	32,4	32,5	32,5
	Péssimos	226	40,9	41,1	73,6
	Ruins	99	17,9	18,0	91,6
	Regulares	26	4,7	4,7	96,4
	Bons	17	3,1	3,1	99,5
	Excelentes	3	0,5	0,5	100,0
	Total	550	99,6	100,0	
Itens descartados	Sistema	2	0,4		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Busca-se com o turismo e com o desenvolvimento local o empoderamento das pessoas na localidade, propulsionar suas qualidades de vida e seus níveis de autoestima cada vez mais altos (PINHEIRO; BORGES, 2012). Não apenas um modelo baseado na troca de favores e/ou assistencialismo visto que os governos após 1988 estabeleceram as diretrizes na Carta Magna para não segui-las (LIMA; FERREIRA, 2011). Lima (2008, p. 201) ao concluir sua pesquisa reforça que “prevalece a ideia da Bolsa Família como política compensatória com a funcionalidade de amenizar a situação de pobreza, mas torna as famílias beneficiárias cada vez mais dependentes e sem autonomia”.

Com os dados supramencionados sobre o **Fator 8 Assistência Social** e as anotações no diário de campo, os resultados me permitem concluir que, ainda participantes de um processo de capacitação e/ou desenvolvimento pessoal e profissional, muitos trabalhadores preferem a informalidade com o objetivo de aumentar seus rendimentos e acumulá-los com os ganhos desse programa federal. O próximo fator é alinha rendimento local com a prática do turismo.

5.10 FATOR 9: IMPACTO DO TURISTA NA RENDA

O Fator 9 apresenta duas variáveis. A primeira refere-se ao desmatamento da serra e alinha aos rendimentos da atividade turística. O segundo associa a presença do turista aos rendimentos dos munícipes das cinco localidades objeto do estudo. Antecipadamente, em relação à primeira variável, registro os comportamentos quando o assunto é desmatamento da serra: caras feias, gestos que desabonam quem desmata, e muitas falas a exemplo de “Deus me livre”, “Vixe Maria”, “Isso não” e “Isso é muito ruim”.

Esses comportamento e falas também se percebem nos números. Quase 85% afirmam que se o desmatamento na serra aumentasse os rendimentos seriam péssimos (44%) ou ruins (39,3%) conforme Quadro 5.23. Há 8,3% dos 552 respondentes que possuem seus rendimentos independentemente do desmatamento da serra e a metade destes que afirma que seus rendimentos iriam melhorar.

Quadro 5.32 – Rendimento em Relação ao Desmatamento da Serra no Objeto do Estudo

Se desmatassem a Serra, seu rendimento seria:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não sabe	18	3,3	3,3	3,3
	Péssimo	243	44,0	44,3	47,6
	Ruim	217	39,3	39,6	87,2
	Regular	46	8,3	8,4	95,6
	Bom	20	3,6	3,6	99,3
	Excelente	4	0,7	0,7	100,0
	Total	548	99,3	100,0	
Itens descartados	Sistema	4	0,7		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à presença do turista e o rendimento dos locais não se identificou um respondente que assinalasse o item Excelente nessa pergunta; o que não foi uma surpresa. Mais de 80% dos respondentes afirma que os rendimentos seriam péssimos (41,3%) e ruins (39,7%) na ausência dos turistas no objeto do estudo. Apenas 10 respondentes acreditam que os seus rendimentos melhorariam com a ausência dos turistas e 12,3% manifestaram que a presença dos turistas não interfere nos seus rendimentos.

Quadro 5.33 – Rendimento em Relação a Presença do Turista no Objeto do Estudo

Se os turistas deixassem de vir, seu rendimento seria:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Não sabe	24	4,3	4,4	4,4
	Péssimo	228	41,3	41,7	46,1
	Ruim	217	39,3	39,7	85,7
	Regular	68	12,3	12,4	98,2
	Bom	10	1,8	1,8	100,0
	Excelente	-	-	-	
	Total	547	99,1	100,0	
Itens descartados	Sistema	5	0,9		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com os dados supramencionados sobre o **Fator 9 Impacto do Turismo na Renda** e as anotações no diário de campo, os resultados me permitem concluir

- O atrativo natural é variável de receita para os locais, motivo pelo qual os mesmos não são favoráveis ao desmatamento e sabe-se que, no seu processo de formação familiar, os mesmos aprendem a respeitar e conviver com a natureza desde muito cedo.
- A ausência do turismo no Corredor Verde no Maciço de Baturité inviabilizaria a região. Necessário se faz o efetivo trabalho no sentido contrário.

O último fator resultado dessa tese relacionou, após rotação da Matriz de Componentes, as variáveis Educação Profissional (ou Profissionalizante) e Lazer.

5.11 FATOR 10: EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E LAZER

Conforme o Quadro 5.34, pouco mais de um terço dos entrevistados percebe uma melhoria e/ou avanços nesse quesito e a metade afirma que piorou um pouco ou muito. Infelizmente não havia durante o período de coleta de dados primários cursos profissionalizantes funcionando sistematicamente no objeto do estudo. Para cursarem escolas técnicas, faculdade ou cursos profissionais, segundo os respondentes, os moradores têm que ir para as cidades vizinhas, em geral Baturité, que fica a 23 km de distância descendo a serra.

Quadro 5.34 – Cursos Profissionais Oferecidos nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:		Frequência	Percentual	Variação do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhoraram muito	8	1,4	1,5	1,5
	Melhoraram	105	19,0	19,2	20,7
	Não melhoram	103	18,7	18,9	39,6
	Pioraram um pouco	120	21,7	22,0	61,5
	Pioraram muito	155	28,1	28,4	89,9
	Não sabe	55	10,0	10,1	100,0
	Total	546	98,9	100,0	
Itens descartados	Sistema	6	1,1		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo diário de campo, com anotações durante o período de coleta de dados, os munícipes reclamavam bastante da ausência de parcerias e/ou convênios com instituições de ensino superior para promoverem uma educação de qualidade e/ou capacitação à população local para o pleno desenvolvimento das atividades em diversos setores. Havia a escola modelo do SESC, não obstante, a mesma foi desativada na última gestão estadual.

Há presença de duas Universidades Estaduais no objeto do estudo. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) possui um campus avançado (ou estação ecológica) em Pacoti. Por diversas vezes, presenciei cursos de nutrição, gastronomia, ecologia e sustentabilidade no local propiciado pela Pró-reitora de Extensão (PROEX/UECE). Sem mensurar os sabores e aromas, a recepção cordial e carinhosa são particulares do ambiente.

A segunda Instituição de Ensino Superior (IES), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), encontra-se em diversos municípios da região. Em Mulungu encontrei uma

turma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. Na sala de aula, cedida de uma pública, encontravam-se um docente com pós-graduação na área de educação e vinte alunas.

Em ambas percebi algumas limitações, a exemplo da oferta de cursos, da quantidade de vagas, dos dias e horários e da necessidade de melhor qualificação dos docentes. Motivo pelo qual alguns moradores do enclave semiúmido da região serrana de Baturité passam a semana em Fortaleza para no final de semana regressarem às suas casas e terem algum lazer.

Lazer é a última variável de análise destes resultados. Esta variável está presente na definição de turismo da *World Tourism Organization* ao atestar que:

Um visitante é um viajante em viagem para um destino principal fora do ambiente habitual dele, por menos de um ano, para qualquer finalidade principal (negócios, lazer ou outros propósitos) diferente de ser empregado por uma organização no país ou local visitado. Estas viagens feitas por visitantes qualificam-se como os passeios turísticos. Turismo refere-se à atividade de visitantes (WTO, 2008, p. 10, tradução livre, *apud* PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 2).

O Lazer turístico igualmente se associa ao Desenvolvimento Local. Com este pressupõem-se mais emprego, mais renda, melhores condições de infraestrutura, por exemplo, e, portanto, mais lazer. Não obstante essa “lógica” não foi observada no objeto do estudo. 43,8% dos respondentes apregoam que o Lazer não melhorou e, para quase um terço dos entrevistados, essa variável piorou um pouco ou muito.

No campo de estudo, o Lazer foi associado à palavra “brincadeira” e para os entrevistados “também significava bebida alcoólica. Isso não foi relacionado à presença dos turistas. O alcoolismo é provavelmente percebido como um fenômeno local. Até diríamos que, para alguns, o álcool parece a única forma de lazer acessível” (PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 6).

Quadro 5.35 – Lazer nos Últimos Anos no Objeto do Estudo

Nos últimos anos, o lazer:		Frequência	Percentual	Varição do Percentual	Percentual Acumulado
Itens válidos	Melhorou muito	4	0,7	0,7	0,7
	Melhorou	74	13,4	13,6	14,3
	Não melhorou	242	43,8	44,4	58,7
	Piorou um pouco	76	13,8	13,9	72,7
	Piorou muito	136	24,6	25,0	97,6
	Não sabe	13	2,4	2,4	100,0
	Total	545	98,7	100,0	
Itens descartados	Sistema	7	1,3		
Total		552	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme resultados anteriores, onde os empregos na cidade pioraram (+20%), são ruins ou péssimos (+50%) e o alcoolismo piorou (+80%), o lazer dos munícipes no objeto do estudo foi considerado ruim. Alguns entrevistados afirmam que essa variável é apenas para quem “vem de fora” e “nos finais de semana”. Coadunando com as anotações do diário de campo, no momento da coleta de dados, algumas vezes durante a semana não percebi atividade sociocultural e/ou lazer; o mesmo foi percebido e registrado em finais de semana também.

Nesse sentido o Lazer ou “Brincadeiras” conforme fala dos entrevistados, limita-se ao consumo de álcool nas cinco cidades estudadas reforçando o resultado encontrado em estudo anterior em apenas uma cidade (PINHEIRO *et al.*, 2014). Além disso muitos restaurantes, bares e centro cultural abrem apenas nos finais de semana; limitando o seu uso diário aos munícipes, inclusive, pelos preços elevados praticados que se destinam aos que não são da cidade.

Mas não é somente ao alcoolismo que o Lazer se relaciona. O consumo de drogas e a geração de lixo são atividades da ausência de lazer, por um lado, e a presença de lazer em bares, restaurantes e presença do turismo, por outro (SILVA; PINHEIRO; BORGES, 2012; PINHEIRO *et al.*, 2014). Quase 80% dos respondentes afirmam que o consumo de droga aumentou e esse “lazer” dos “não-locais”, notadamente jovens, é acompanhado pelo entorpecente uma vez que a maior quantidade de visitantes foi percebida com maior utilização de drogas ilícitas, pelos respondentes.

E apesar da variável coleta de lixo ter sido suprimida, pois não apresentou correlação significativa, sabe-se que a maior presença do turista gera uma maior quantidade de lixo. A validade desta afirmação, além das anotações de campo e das respostas dos entrevistados é que “ela vale por ela mesma, como prescrevem os kantianos. Ela vale porque funciona, diriam os *popperianos*. Os pesquisadores do turismo o sabem” (PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 2).

Após a apresentação e discussão dos resultados, seguem-se as considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa seção objetiva apresentar as considerações finais como síntese dos resultados da pesquisa empírica apresentados e um posicionamento reflexivo à teoria notadamente resgatando a Introdução da pesquisa. Início destacando que não é uma Conclusão, uma vez que o estudo permite derivações e a pesquisa, por sua natureza, é estimulante. Nesse sentido, o trabalho não acaba neste ponto, mas pode ser o ponto de início de outros trabalhos.

A Geografia me possibilitou uma visão complementar a minha formação original. Enquanto Bacharel em Administração, eu tinha uma visão departamentalizada das ações e, por vezes, descontextualizada do social. O pensamento patronal amplamente desenvolvido e alimentado nos primeiros dez anos de investigação foi sendo combatidos pelas ações das classes excludentes e, principalmente, marginalizados nos últimos três anos. Não me cabia mais uma visão unilateral de uma situação todavia eclodia múltiplas visões e posicionamentos de uma mesmo fato e/ou ação. Amadureci e Agradeço a Nobre Área!

No campo, inicialmente propenso a investigar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Turismo em zonas rurais de terras altas, deparei-me com a inexistência do assunto no objeto do estudo e completo desconhecimento dos respondentes quanto ao mesmo. Comerciantes isolados vivem o cotidiano dia-a-dia, na inoperância do poder público, no decréscimo do setor primário e na dependência, quase que exclusiva, dos visitantes.

O Turismo e sua relação com o Desenvolvimento Local emergiu naturalmente e empiricamente. Todos os meus esforços de pesquisa na última meia década foram para entender essa relação, seja por meio de artigos científicos, seja por meio de capítulo de livro, seja por apresentações em eventos, seja em orientação de trabalhos de conclusão de curso.

A relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local apresenta-se em um primeiro momento de autonomia e de interdependência. Pode-se ter o Turismo sem o mesmo desenvolver o local visto que pessoas passam menos tempo e gastam menos (CEARA, 2009) em determinadas localidades. E pode-se desenvolver o local sem necessariamente gerar o turismo como o caso das melhorias infraestruturais em Pacoti que “serve de caminho” para Guaramiranga.

Variáveis do **Fator 1 Serviços Urbano-Ambientais** como a segurança pública e a presença da polícia impactam diretamente na redução da violência e consequentemente no desenvolvimento da localidade e oportuniza mais visitantes. Ainda que não atendam diretamente o turista, as variáveis atendimento nos postos de saúde e educação são atestadas pelos dados e pela fala dos respondentes. Percebe-se a interdependência da relação entre o

Turismo e o Desenvolvimento Local também na boa avaliação dos transportes e na diminuição do desmatamento.

No tocante ao **Fator 2 Emprego e Rendimentos** além de uma interdependência, há entre o Turismo e o Desenvolvimento Local uma relação diretamente proporcional e positiva. O comércio melhora com o aumento do turismo que propicia mais rendimentos e empregos, oportuniza melhoria da qualidade na prestação dos serviços de bares, restaurantes, pousadas, hotéis e serviços de transporte, assim como diminuiu a dependência das pessoas em relação aos benefícios federais.

O **Fator 3 Infraestrutura Física** é mais um determinante de destaque na relação do Turismo e o Desenvolvimento Local. Com a manutenção das estradas, ruas e calçamentos melhorados nos últimos anos e iluminação pública disponível a maioria (quase 70%), não se consegue dissociar o Desenvolvimento Local do Turismo pois esses benefícios foram realizados para os locais e para os turistas. Os cinco municípios objeto do estudo se desenvolvem e são desenvolvidos com as mais de duas mil dezenas de turistas na região (CEARÁ, 1014).

Por sua vez, o **Fator 4 Escola Pública** apresenta uma dicotomia; melhorou, mas ainda está muito ruim. Nas ruas as pessoas adoram as escolas, destacam a qualidade dos professores e apoio a infraestrutura como adequada ao ensino público de qualidade. Pelos dados, a base da educação enquanto o português e a matemática permanecem péssimos, conforme dados do PISA/OCDE (REDAÇÃO ÉPOCA, 2013, *online*). O Turismo pode e deve gerar receita para educação além de ser gênese de qualidade para os municípios do objeto do estudo.

Consonante ao **Fator 5 Agricultura** é bastante limitado e encontra-se em decadência. A região que foi berço do café no estado e no país vê os rendimentos dessa atividade decaindo e sem perspectiva de retorno. Não obstante, pode-se trabalhar o Turismo no Rural como forma de desenvolvimento endógeno e serviços turísticos. O campo, o canto e o encanto em cada canto deve explorar sustentavelmente as potencialidades do rural.

O **Fator 6 Alcoolismo e Gravidez na Adolescência** também não gerou surpresa; ambos cresceram no objeto de estudo. O que causou estranheza foi o tratamento dado a quem utiliza o álcool todo o dia. O Turismo aproxima as pessoas e gera ônus e bônus, contudo, não se pode atestar que as variáveis aumentam quando aumenta o turismo e/ou o desenvolvimento local, apenas se percebeu que possui uma correlação.

O **Fator 7 Vícios e Sexualidade** possui indícios contrários. Sugere-se que a exploração sexual e o consumo de drogas ilícitas aumentam com o aumento do Turismo e do

Desenvolvimento Local. Mais pessoas na cidade, maior movimentação, acesso da droga advindo da capital e/ou de outro estado brasileiro, uma “aventura aqui ou ali” e pronto; dados correlacionados e falas registradas em diário de campo. Nesse fator, ainda que reconhecidamente o consumo de drogas ilícitas tenha aumentado de forma geral, a relação do Turismo e Desenvolvimento Local é direta, positiva e uma marca negativa do social.

O **Fator 8 Assistência Social** é outro ponto negativo nos achados do campo uma vez que há dependência dos rendimentos dos respondentes no programas de auxílio federal. O pior dado é que a informalidade é pretérito ao correto exercício da cidadania com a mentalidade imediatista e sem resguardar a possibilidade de uma segurança no futuro. A relação do Turismo com o Desenvolvimento Local nesta variável impacta na atividade principal do respondente e não na complementação de renda que o mesmo recebe do governo.

O **Fator 9 Impacto do Turista na Renda** é mais do que direta; é uma certeza! Sem o Turismo no Corredor Verde possivelmente a região ainda seria agrícola e não seria desenvolvida localmente como se apresenta hoje. Um prejuízo sem precedentes em virtude das belezas naturais, da qualidade da culinária, do clima que se diferencia da capital do Estado, da oportunidade das práticas desportivas, da cultura existente em cada município, da religiosidade que se respira e demais prazeres e afazeres (ou não) que o objeto de estudo tem.

O **Fator 10 Educação Profissionalizante e Lazer** por fim merece o destaque. Salvo pela presença da UECE em Pacoti, não se percebeu cursos de extensão e profissionalizantes no objeto do estudo. A educação profissional é realizada pela circunvizinhança ou na capital e o lazer ou “brincadeira” como se chama é limitada ao uso do álcool uma vez que a cidade “funciona” nos finais de semana.

Após o aludido, resgato o primeiro objetivo secundário que era o de discutir o turismo e o desenvolvimento local para identificar os indicadores de desenvolvimento apropriado à pesquisa na Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité no Ceará tenha sido atendido. O **Item 4.2 Decisão Pelas Variáveis do Estudo** apresenta os indicadores que foram aplicados e reaplicados nos últimos cinco anos. Reconheço que podem haver outros indicadores contudo os mesmo atendem ao **Item 2.4.4 Definição Operacional de Desenvolvimento Local Aplicada ao Turismo**.

O segundo objetivo secundário que era construir o instrumento de pesquisa apropriado para a compreensão do Desenvolvimento Local em uma Área de Proteção Ambiental foi atendido. Formulário, questionários e entrevistas foram testados e replicados para a consecução deste objetivo secundário conforme **Apêndices**. O instrumento final, aplicado aos respondentes foi avaliado e aprovado em nível local (qualificação, eventos e

apresentações de artigos), regional (eventos e apresentações de artigos), nacional (relatório de pós-doutorado, eventos e apresentações de artigos) e em Portugal (evento, apresentação de artigos e publicação de capítulo de livro).

O terceiro objetivo secundário era o de analisar e avaliar os resultados da pesquisa empírica para, como quarto objetivo secundário, posicionar-se sobre a teoria do Desenvolvimento Local a partir dos resultados empíricos e propor as ações necessárias. Ambos foram atendidos no capítulo anterior onde se apresentava o dado do campo, alinhava-o à teoria, registrava-se a fala dos respondentes e os dados de campo.

Nesse sentido acredito que o objetivo primário desta investigação que era o de examinar a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Sub-Região Serrana (Corredor Verde) da Área de Proteção Ambiental no Maciço de Baturité formada por cinco municípios, Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia tenha sido atendido.

Ainda que os resultados dessa investigação sejam amplos e satisfatórios, estudos complementares se fazem necessários. Entre eles, pode-se avaliar outros municípios da mesma região e ou de regiões similares no país com o objetivo de estabelecer a relação entre o Turismo e o Desenvolvimento Local. Outro estudo sugerido é realizar uma pesquisa histórico-documental no objeto de estudo com o objetivo de comparar com os dados encontrados, quem sabe um estudo etnográfico e/ou de epistemologia fenomenológica.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ABREU, F. L.; VASCONCELOS, F. P. O litoral em questão: caracterização e descaracterização do território. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.) **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 57-71.
- _____. Praias do Morro Branco e das Fontes (Beberibe/CE): possibilidades de um cenário sustentável? In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.
- ALBUQUERQUE, M. F. C.; VASCONCELOS, F. P. A relação sociedade x natureza e a desconfiguração da paisagem litorânea. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.) **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 9-439.
- ALCADIPANI, R.; CRUBELLATE, J. M. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 64-77, abr./jun. 2003.
- ALEXANDRE, E. **Para que serve a fórmula de Bhaskara?** 2012. Disponível em <<http://www.prof-edigleyalexandre.com/2012/05/para-que-serve-formula-de-bhaskara.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- AMARAL FILHO, J. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, 2002. v. 3, p. 85-118.
- AMORIM, M. M.; PIRES, M. J. II Guerra Mundial e o Turismo: a utilização dos remanescentes da II Guerra Mundial para o desenvolvimento do turismo cultural. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural (USP)**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 23-47, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.02_Mariana_e_MJPires.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- ANDRADE, H. C. C.; MOSS, M. C. B. A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 512-29, set./dez. 2012.
- ANDRADE, I. J. M. **Geografia da saúde da população imigrante na área metropolitana de Lisboa**. 2006. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ASSIS, L. F. Especulação imobiliária e segregação socioespacial na cidade de Sobral. In: HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. (Orgs.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades**

do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 165-87.

_____. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11-13, p. 107-22, set./out. 2003.

ASSIS, L. F.; RODRIGUES, A. H. V. Os supermercados e o pequeno comércio: transformações e resistências numa cidade média do Nordeste Brasileiro Sobral-Ceará. Finisterra. **Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, ano XLIII, n. 86, p. 69-87, 2008.

AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais no domicílio e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG: ABEP, 2006.

BARBOSA, F. F. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p. 107-14, fev. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BASTOS, F. H. **Guaramiranga**: propostas de zoneamento e manejo ambiental. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BATISTA, F. G.; LIMA, L. C. Apropriação do espaço litorâneo pelo capital: do turismo ao complexo portuário. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.) **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 376-91.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 23-41.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES, C. **Globalização e turismo**: análise de seus impactos no Estado do Ceará na década 1992/2002. Fortaleza: Gráfica e Editora Nacional, 2009.

BORGES, F. C. M. **Globalización y turismo en países en proceso de desarrollo: el caso del Estado de Ceará en lo período de 1992 a 2002**. 2007. 342 f. Tesis (Doctorado en Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2007.

BORGES, F. R.; FARIAS, J. F. Um estudo sobre transformações socioespaciais, aprendizagem significativa e ensino de geografia em uma escola no distrito de Pecém – São Gonçalo do Amarante – CE. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 55-68, jan./jul. 2012.

BORGES, R. C. O. **As competências dos gestores de micro e pequenas empresas varejistas de moda em Fortaleza – Ceará**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BRAGGIO, L. A. **Turismo e segurança pública**. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, 2007.

BRASIL, G. M.; ALMEIDA, R. O.; BARREIRA, C.; FREITAS, G. J. **Pesquisa Cartografia da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza**. Fortaleza: FUNECE; IEPRO; GMF; SENASP, 2010. (Relatório). Disponível em <<http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/relatorio.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço de Baturité**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010b.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. Trad. Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: IICA, 1999.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMPOS, M. M. C. **Processo de desenvolvimento local: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente**. 2003. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, H. J. B. Ideologia, neoliberalismo e política de desenvolvimento urbano: o caso do Ceará na década de 1990. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA, IV., 2013, Vitória da Conquista, BA. **Anais...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2013.

CARVALHO, M. C. M. **Metodologia científica**: fundamentos e técnicas. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

CARVALHO, M. S.; MOESCH, M. Turismo e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 740, nov. 2012.

CARVALHO, R. N. **Patrimônio histórico e cultural do município de Icó**: uma alternativa de desenvolvimento turístico. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2009.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CEARÁ. Secretaria de Turismo. **Estudos turísticos da Setur**: evolução do turismo no Ceará nº 17. 4. ed. Fortaleza: Setur, 2009.

_____. Secretaria de Turismo. **Indicadores turísticos**. Fortaleza: Setur, 2002.

_____. Secretaria de Turismo. **Número de turistas no Ceará cresce 9,4%**. Disponível em <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=321872&modulo=184>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

_____. Secretaria do Turismo. **Indicadores Turísticos 1995/2013**. Fortaleza: Secretaria do Turismo, 2014. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202014.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará. **Apa da Serra de Baturité**. 2010. Disponível em <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CERQUEIRA-SANTOS, E. (Coord.). **Vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes**: indicadores de risco, vulnerabilidade e proteção. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009. (Pesquisa). Disponível em: <<http://www.andi.org.br/file/50818/download?token=IujauKu2>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIMA, E. G.; AMORIM, L. S. B. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista FAE**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ. **Missão e valores**. Disponível em: <<https://www.coelce.com.br/sobrecoelce/conheca/missaovalores.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNI-FACEF, 2008.

CORDEIRO, P. R. O.; DIAS, C. Política de segurança pública com cidadania: breve análise. *Revista Geonorte, Edição Especial 3*, v. 7, n. 1, p. 1637-45, 2013.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 1, n. 2, p. 161-71, 2003.

_____. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.) **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 19-43.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LEITÃO, C. S. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 467-79, 2008.

COSTA FILHO, J. S. **Maciço de Baturité**: Plano de Desenvolvimento Regional. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional, 2004.

COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

COSTA, M. H.; CASTILHO, S. R. R. Desenvolvimento econômico solidário e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro: estratégias para a ação. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 57-61, fev. 2011.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CUADRADO ROURA, J. R. El sector de servicios: evolución, características y perspectivas de futuro. In: GARCÍA DELGADO, J. L. (Coord.). España, **economía**. Madrid: Espasa Calpe, 1988. p. 231-70.

CUNHA, L. Autenticidade e Inovação: fatores de renovação dos destinos turísticos maduros. **Journal of Tourism Studies**. Artigos Científicos 11. COGITUR. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. v. 4, n. 4, p. 9-28, 2011.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa e interdisciplinaridade no Ensino Superior**: uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, R.; CASSAR, M.; RODRIGUES, W. **Comércio Exterior: história, teorias e práticas**. Campinas, SP: Alínea, 2002.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais apuradas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, J. G. P. Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 77-103, jul./dez. 2005.

DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001. p. 197-221.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: BORZACCHIELLO, J.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 429-61.

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS; BRASIL, Ministério do Turismo. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

FAGUNDES, E. J. **Relações públicas no complexo hoteleiro da região nordeste do Brasil: perspectiva de uma nova abrangência para o campo das relações públicas**. 2008. 137 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIAS, F. M. A. **Nossa História de Conceição a Guaramiranga**. Fortaleza: Gráfica e Editora Fortaleza, 2001.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, p. 155-68, 2005.

FERREIRA, C. M. C. As teorias da localização e a organização espacial da economia. In: IIADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989a. p. ?-?.

_____. Espaço. Regiões e Economia Regional. In: IIADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989b. p. ?-?.

FIELD, A. **Descobrendo estatística utilizando o SPSS**. Tradução Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, R.; McBRITTON, M. Cultura de turismo e população litorânea. Contatos afetivos-sexuais de verão. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, n. 41, p. 46-8, abr. 2007.

FONTENELE JÚNIOR, A. M.. **Percepção socioambiental: a visão de turistas e residentes de Guaramiranga-CE**. 2004. 117 f. Dissertação. Fortaleza: Prodepa-UFC, 2004.

FRANCISCO FILHO, L. L. **Distribuição espacial da violência em Campinas**: uma análise por geoprocessamento. 2004. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36 ed. São Paulo: Paz Terra, 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **O direito de ser adolescente**: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF, 2011.

GIBSON, J. J. **The perception of the visual world**. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, C. M. T.; PÉREZ, F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C.; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO SOBER, 48., 2010, Campo Grande (MS). **Anais...** Campo Grande, MS: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

GUARAMIRANGA. Disponível em: <http://www.guaramiranga.ce.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2013.

HAIR JÚNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J. **análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANDARA. **A Handara**. Disponível em: <<http://www.handara.com.br/a-handara>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Baturité**: histórico do município. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230210&search=ceara|baturite|infograficos:-historico>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. Bolsa família e o comportamento no mercado de trabalho cearense: análise das mudanças na composição da renda no período 2006-2012. **IPECE Informe**, n. 67, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_67_18_novembro_2013.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Ceará em Números**. Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. **Perfil básico Municipal 2014a**: Aratuba. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Aratuba.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014b:** Guaramiranga. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Guaramiranga.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014c:** Mulungu. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Mulungu.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014d:** Pacoti. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Pacoti.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014e:** Palmácia. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Palmacia.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. **Anuário Estatístico do Ceará.** Fortaleza: Iplance, 2000.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

KOTLER, P. **Marketing público.** São Paulo: Makron Books, 1994.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional.** São Paulo: Pearson, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

LEITE, F. T. **Metodologia científica:** métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, D. S.; CORIOLANO, L. N. M. T. O Estado do Acre nas rotas do turismo regional e suas experiências comunitárias: um olhar sobre projeto de assentamento agroextrativista Chico Mendes em Xapuri (AC). Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 736, nov. 2012.

LIMA, F. E. S.; FERREIRA, L. S. Análise do programa bolsa família no contexto socioeconômico do município de Riacho de Santana-RN. **Geo Temas**, Pau dos Ferros, RN, v. 1, n. 2, p. 35-51, jul./dez. 2011.

LIMA, K. S. **Contribuições do programa Bolsa Família na inclusão social em Maracanaú – Ceará**. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

LIMA, L. C.; FREITAS, B. M. C.; COSTA, C. R. R.; VASCONCELOS, T. S. L. Reestruturação socioespacial em lugares subdesenvolvidos: caso no Nordeste brasileiro. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009.

LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FREITAS, B. M. C. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

LOJIKNE, J. **A cidade capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, G. B. (Des)Emprego no Brasil. **Economia e Finanças Fáceis**, 12 jun. 2015. Disponível em <<https://financasfaceis.wordpress.com/2015/06/12/des-emprego-no-brasil-1/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MACIÇO de Baturité: Ceará. Fortaleza: Quadricolor, 2003.

MAGALHÃES, A. G. C.; TORRES, L. C. N. Integração entre regiões periféricas no Mercosul: um estudo de caso. ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MALHOTRA, N. K. ROCHA, I.; LAUDISIO, M. C.; ALTHEMAN, É.; BORGES, F. M. **Introdução à pesquisa de marketing**. Trad. Robert Brian Taylor. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MAMEDE, M. A.; GADELHA, R. **Economia criativa uma nova perspectiva**. Fortaleza: Expressão, 2009.

MARINHO, E.; ARAÚJO, J. Pobreza e o sistema de seguridade social rural no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 161-74, abr./jun. 2010.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. v. 1.

_____. **Princípios de economia**: tratado introdutório. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. v. 2.

MARTES, A. M. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 254-70, abr./jun. 2010.

MARTINS, M. B.; VASCONCELOS, F. P. Desafios para o desenvolvimento sustentável da zona costeira. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-12, 2011.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – RIDL**, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEIRELES, A. J. A. Impactos ambientais decorrentes da ocupação de áreas reguladoras do aporte de areia: a planície Costeira da Caponga, município de Cascavel, litoral leste cearense. **Confins**, n. 2, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/2423>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MEIRELES, A. J. A.; CASSOLA, R. S.; TUPINAMBÁ, S. V.; QUEIROZ, L. S. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral cearense, Nordeste do Brasil. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 6, n. 12, p. 83-106, jul./dez. 2007.

MENDEZ, R. Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica. **EURE** (Santiago), v. 24, n. 73, p. 31-54, dic. 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Conjuntura econômica e emprego**. Brasília: MTE, 2000.

MONTEIRO, M. O. A. **Pobreza extrema no espaço urbano**: o caso dos moradores de rua de Fortaleza-Ce, Brasil. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MORAIS, L. G. B. L.; SILVA, O. J.; ALMEIDA, C. A. Trabalhando o turismo no contexto escolar: reflexões a partir de experiência no ensino de geografia no município de São João do Cariri (Paraíba/PB, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 531-551, jul. 2013.

NASCIMENTO, D. C.; FENELON, J. S.; NASCIMENTO, M. I. T.; SOUZA, P. P.; COSTA, J. C.; MENEZES, E. O.; et al. A violência urbana e sua influência na arquitetura das residências de classe média: O caso de Juazeiro no Norte/CE. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, VI., 2012, Belém. **Anais...** Belém: NAEA, 2012.

NICASTRI, S. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: Brasil. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2008. p. 20-39.

NOBRE, G. S. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed., rev. e ampl. Fortaleza: FIEC, 2001.

OLIVEIRA, A. A. F.; LISBOA, A. S.; NUNES, F. S.; CARNEIRO, J.; SANTOS, T.; SANTOS, C. R. Especialização da violência urbana na praça Morena Bela na cidade de Serrinha-BA. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 3, n. 7, p. 2-18, out. 2011.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, F. E. M. **Estatística e probabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, L. D. Os “limites do Crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, p. 72-96, 2012.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Introdução ao Turismo. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

PAGLIUCA, D. **Avaliação do marco legal da política pública de uso e ocupação do solo: implementação de condomínios e/ou loteamentos fechados na zona rural de Guaramiranga (CE)**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PEDREIRA, B. C. C. G.; SANTOS, R. F.; POCIDONIO, E. A. L. Importância dos indicadores na seleção de áreas potenciais para a prática do agroturismo. *Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 733, nov. 2012.

PEDRET, R.; SAGNIER, L.; CAMP, F. **Herramientas para segmentar mercados y posicionar productos: análisis de información cuantitativa en investigación comercial**. Barcelona: ED, 2000.

PELLEGRINI FILHO, F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

PEREIRA, A. P. C.; LAMOSO, L. P. O comércio varejista na cidade de Dourados-MS. **GEOGRAFIA – Revista do Departamento de Geociências**, v. 14, n. 1, p. 131-44, jan./jun. 2005.

PEREIRA, J. A. G.; SILVA, M. R. A geografia do lazer no sertão da Bahia: o caso de Guanambi. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, XVII., 2005, Campo Grande (MS). **Anais...** Campo Grande, MS: UNEB, 2005.

PEREIRA, M. P.; BARCELLOS, C. O território no programa de saúde da família. **Hygeia**, v. 2, n. 2, p. 47-55, jun. 2006.

PINHEIRO, D. R. C. **Desenvolvimento local em destinos turísticos: o caso de Guaramiranga, CE, Brasil**. 2012. 57 f. Relatório (Pós-Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP: 2012.

_____. **Desenvolvimento sustentável:** desafios e discussões. Fortaleza: ABC, 2006.

_____. O desenvolvimento sustentável (DS): indicadores de sustentabilidade. **Revista Humanidades (Unifor)**, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 92-9, jul./dez. 2004.

PINHEIRO, D. R. C.; BORGES, R. C. O. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. **Revista Geo UECE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 78-94, dez. 2012.

_____. Expansão imobiliária: considerações sobre a vulnerabilidade ambiental-urbana de Guaramiranga-Ceará. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE (CISO), XV., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI; UESPI, 2012.

PINHEIRO, D. R. C.; MELLO, S. L.; BOTELHO JÚNIOR, S.; BORGES, R. C. O.; COSTA, C. B. S. Perdas, ganhos e turismo numa pequena cidade brasileira. In: SANTOS, M.; ÁGUAS, P.; SERRA, F.; SANTOS, J. A. C. **Perspectivas contemporâneas em turismo**. Algarve: Universidade de Algarve, 2014. v. 1, p. 127-147.

PIRES, A. Ceará registra queda nos índices de crimes violentos e letais. **Ceará News7**, 10 set. 2014. Disponível em <<http://www.cearanews7.com.br/ver-noticia.asp?cod=20084>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

QUEIROZ, D. T. **Fatores individuais, sociais e familiares associados à vulnerabilidade de adolescentes à gravidez**. 2013. 170 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública/Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

QUEIROZ, O. T. M. M. **Rio Claro é Turismo**. 2002. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/31339350/arquivo-em-pdf-claudio-di-mauro>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RABELO, L. S. **Indicadores de sustentabilidade:** a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Prodema-UFC, 2008.

REDAÇÃO ÉPOCA. Brasil melhora pontuação, mas cai em ranking do Pisa. **Época**, 3 dez. 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2013/12/bbrasil-melhora-pontuacao-mas-bcai-em-ranking-do-pisab.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, L. C. Q. (Coord.). **Movimento pendular da população na região Sul:** Relatório de Atividades 4. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, mar. 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, A. H. V.; HOLANDA, V. C. C. As feições da especulação imobiliária e a produção do espaço da cidade média de Sobral-CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 14, n. 1, p. 44-58, 2012.

RUIZ, J. A. M. Empreendimentos turísticos, especulação imobiliária e segregação socioespacial em Ilha Solteira – SP. **Revista Formação**, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Campus de Presidente Prudente), São Paulo, v. 2, n. 10, p. 179-95, 2003.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, F. P.; ARCENO, E. F.; PINTO FILHO, L. C. C. Desenvolvimento endógeno, projeto meu lugar e uma nova ontologia social para pensar o local. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 4, p. 48-61, maio 2008.

SANTOS, M. **A região concentrada e os circuitos produtivos**. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto O Centro Nacional: Crise Mundial e Redefinição da Região Polarizada. São Paulo: Departamento de Geografia USP, 1986. (datilografado).

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec Anpuz, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil**: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 729).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENE, E. **Globalização e espaço geográfico**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Estudo setorial turismo, 2005**. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/\\$File/NT0003A47E.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/$File/NT0003A47E.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SILVA FILHO, G. E.; CARVALHO, E. B. S. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. especial, p. 467-82, nov. 2001.

SILVA, G. R. **O ensino de geografia na educação básica**: os desafios do fazer geográfico no mundo contemporâneo. 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, K. M. S. **Investigação sobre o impacto do turismo no desenvolvimento local de Pacoti, CE, Brasil**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, K. M. S.; PINHEIRO, D. R. C.; BORGES, R. C. O. Lazer e turismo em Pacoti no contexto do desenvolvimento local no maciço de Baturité-Ceará. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE (CISO), XV., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI; UESPI, 2012.

SILVA, N. S.; SANTOS, T. M. S. Turismo e infraestrutura urbana: um diagnóstico sobre os núcleos receptores de Cipó, Glória, Paulo Afonso e Tucano (BA). In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, VIII.; 2011, Vitória da Conquista (BA). **Anais...** Vitória da Conquista, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SOUSA, M. J. M.; SILVA, A. R.; MAGALHÃES, S. M. F. A cidade e a cidadania no ensino de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6/7, n. 1, p. 51-9, 2005.

SOUZA, J. A. X. **A resignificação religiosa do turismo regional**: um estudo geográfico-cultural do santuário de Fátima da serra Grande. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOUZA, L. S.; CAETANO, P. G. Notas conceituais acerca da cidade capitalista e do fenômeno da segregação socioespacial. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, n. 19, ano 11, p. 56-77, maio 2014.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, R. E. M.; VIEGAS, L. P. Abrindo as portas para o turismo rural: um enfoque nas políticas públicas. Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 744, nov. 2012.

TEIXEIRA, E. L. **Gestão de qualidade em destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

THUMS, J. **Acesso à realidade**: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. 3. ed. Canoas: Ulbra, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 259-75, dez. 2008.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local**: una estrategia de creación de empleo. 2. ed. Madrid: Pirâmide, 1988.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Trad. Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VELOSO, L. U. P. **Uso de álcool por adolescentes grávidas**: prevalência e fatores associados. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

VERA REBOLLO, J. F.; LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MARCHENA GOMÉZ, M. J.; ANTÓN CLAVÉ, S. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, C. Guaramiranga história & política. Guaramiranga diz não a mega eventos massivos. Fortaleza, 2011.

VIEIRA, E. G.; CIOCCARRI, C. C.; ZIQUINATTI, S. As dinâmicas do espaço agrário e o planejamento do desenvolvimento rural: um estudo local. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIX., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006.

XAVIER, H. A dimensão do turismo no ensino da geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 17-40.

ZAPATA, T.; PARENTE, S.; ARNS, P. C.; JORDAN, A.; OSÓRIO, C. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Orgs.). **Desenvolvimento local**: dinâmica e estratégias. Rio de Janeiro: Ritz, 2001. p. 115-28.

ZUCCHI, P.; DEL NERO, C.; MALIK, A.M. Gastos em saúde: os fatores que agem na demanda e na oferta dos serviços de saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 127-50, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa



Universidade Estadual do Ceará
Programa de Doutorado em Geografia
Relação do Turismo e o Desenvolvimento Local



Questionário nº. _____. Em ____|____|2013

Nome da cidade:

CRITÉRIO DE INCLUSÃO: Somente os que disserem que moram ou trabalhar na cidade poderão participar da pesquisa.

¹ Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura aqui é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
² O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
³ Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁴ Hoje, o ganho dos moradores de casas de sítios é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁵ Hoje, os empregos aqui são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁶ Hoje, as escolas públicas são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁷ Hoje, os transportes são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁸ Hoje, a unidade de saúde de é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁹ A segurança que a polícia oferece aos moradores é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁰ Se não houvesse a aposentadoria rural, os seus ganhos ficariam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹¹ Se não houvesse o Programa de Bolsa Família, os seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹² Se os turistas deixassem de vir, seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹³ Se desmatassem a Serra, seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁴ Para a cidade a presença de turistas é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁵ Nos últimos anos, a coleta de lixo:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁶ Nos últimos anos, o movimento no comércio:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
¹⁷ Nos últimos anos, as estradas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
¹⁸ Nos últimos anos, a iluminação pública:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
¹⁹ Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
²⁰ Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²¹ Nos últimos anos, a agricultura:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
²² Nos últimos anos, os empregos na cidade:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²³ Nos últimos anos, as escolas públicas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁴ Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁵ Nos últimos anos, os bares e restaurantes:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁶ Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁷ Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei



Universidade Estadual do Ceará
Programa de Doutorado em Geografia



Questionário nº. _____. Em ____|____|2013

²⁸ Nos últimos anos, a segurança pública:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
²⁸ Nos últimos anos, o lazer:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	NãoSei
³⁰ Nos últimos anos, o desmatamento da serra:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³¹ Nos últimos anos, os roubos e furtos:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
³² Nos últimos anos, o alcoolismo:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³³ Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³⁴ Nos últimos anos, a polícia por aqui:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³⁵ Nos últimos anos, o consumo de droga:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³⁶ Quando chegam turistas, a moradia aqui:	Piora muito	Piora um pouco	Não melhora	Melhora	Melhora muito	Não sei
³⁷ Nos últimos anos, o consumo de drogas [ilícitas]:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
³⁸ Nos últimos anos, a violência:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
⁴⁰ Nos últimos anos, a exploração sexual:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei

⁴¹ Sexo:	Masc. ()		Fem. ()		¹ Idade	Adol.()	Adul. ()	Melhor idade ()
⁴² Trabalha em:	Agr()	Art. ()	Com. ()	Ind. ()	Serviço()	Não trabalha.()		
⁴³ Formação completa:	Analfabeto()		Alfabetizado()		Fundamental Compl.()		Ens. Médio Completo ()	
	Superior Compl. ()		Especialização ()		Mestrado ()		Doutorado ()	

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos munícipes de Guaramiranga



Universidade Estadual do Ceará
Programa de Doutorado em Geografia



Questionário nº. _____. Em ____|____|2011

Relação do Turismo e Desenvolvimento Local

Perguntas seleção: O Sr. (ou Sra.) mora em: **Guaramiranga ()** ou **Pacoti ()**

CRITÉRIO DE INCLUSÃO: Somente os que disserem que moram em um dessas duas cidades poderão participar da pesquisa.

¹ Hoje, O ganho de quem trabalha na agricultura aqui é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
² O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
³ Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁴ Hoje, o ganho dos moradores de casas de sítios é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁵ Hoje, os empregos aqui estão	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁶ Hoje, as escolas estão:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁷ Hoje, os transportes estão:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁸ Hoje, a unidade de saúde de é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁹ A segurança que a polícia oferece aos moradores é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁰ Se não houvesse a aposentadoria rural, os seus ganhos ficariam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹¹ Se não houvesse o Programa de Bolsa Família, os seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹² Se os turistas deixassem de vir, seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹³ Se desmatassem a Serra, seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei

¹⁴ Dê uma nota de 0 a 5 com a presença do turista:

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

Parte 2. Qualificação. Marque um "X".

¹⁵ Sexo:	Masc. ()	Fem. ()	¹⁶ Idade	Adol. ()	Adul. ()	Melhor idade ()
¹⁷ Trabalha em:	Agr. ()	Art. ()	Com. ()	Ind. ()	Pec. ()	Serv. ()
¹⁸ Formação completa	Analfabeto ()	Alfabetizado ()	Fundamental Compl. ()	Ens. Médio Completo ()		
	Superior Compl. ()	Especialização ()	Mestrado ()	Doutorado ()		

¹⁹ O turismo melhoras para a Cidade?

Sim, foi Ex. () Sim, MB. () Sim, mas foi regular () Não, foi péssimo () Não sei ()

Parte 3. Melhoras. Melhoraram...

- Quanto? 1, 2, 3, 4 ou 5?

²² A Limpeza Urbana? ()	²³ O Comércio? ()	²⁰ Melhoraram As Estradas? ()	²¹ Melhorou a Iluminação Pública? ()
²⁶ Melhorou a Renda? ()	²⁷ Melhoraram os Esgotos das residências? ()	²⁴ A Agricultura? ()	²⁵ O Emprego? ()
³⁰ Melhoraram as Escolas Públicas? ()	³¹ Melhoram os Cursos Profissionalizantes? ()	²⁸ Melhoraram os Bares e Restaurantes? ()	²⁹ Melhoram os Calçados? ()
³² Melhorou o lazer? ()	³³ Melhorou a Segurança Pública? ()		

- Indique "S" para sim; "N" para não; "NS", não sei.
- Dê uma nota uma 1 a 5 para as melhoras. Para melhorou muito pouco é 1. Se melhorou muito é 5.

Parte 4. Pioras. Gostaria de saber se Piorou...

- Quanto piorou? 1, 2, 3, 4 ou 5?

³⁶ Piorou a Saúde	A Destruição do Ambiente da Serra? ()	³⁴ Os roubos e furtos ()	³⁵ Piorou o Desmatamento? ()
⁴⁰ Piorou o Alcoolismo? ()	³⁷ Piorou a gravidez Precoce? ()	³⁸ A vinda de Pessoas ruins para cidade? ()	³⁹ Piorou a Polícia? ()
⁴⁴ Piorou a Exclusão dos nativos nos eventos? ()	⁴¹ Piorou o Consumo de Drogas? ()	⁴² Piorou a Violência? ()	⁴³ Piorou a Exploração sexual? ()
⁴⁵ Piorou o Preconceito contra os nativos?	⁴⁶ Piorou a Coleta de Lixo? ()		

- Indique "S" para sim; "N" para não; "NS", não sei.
- Dê a nota 1 para **piorou um pouquinho** até a nota 5 para **piorou muito**.

APÊNDICE C – Formulário respondido por 18 comerciantes de Pacoti

Instrumento de pesquisa trabalhado com 18 gestores de estabelecimentos comerciais com o objetivo de identificar o modelo de sustentabilidade econômica do comércio em Pacoti e verificar seu impacto no Desenvolvimento Local.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E DE TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ANTECEDENTES

Objetivo: Identificar o modelo de sustentabilidade econômica do comércio³² em Pacoti.

Hipótese: O modelo de Gestão territorial de Pacoti não é sustentável.

Objeto do estudo: Comércio de Pacoti (estabelecimentos comerciais)³³

ROTEIRO DE PESQUISA

- 1) Onde o senhor reside?
- 2) A sua empresa encontra-se aberta quantos dias na semana?
- 3) Qual o horário de funcionamento da sua empresa?
- 4) Qual o público alvo da sua empresa?
- 5) A quanto tempo o senhor tem a empresa?
- 6) Existem outras filiais do negócio?
- 7) Quantos funcionários o senhor possui?
- 8) Quais as funções desses funcionários?
- 9) A sua empresa participa do SIMPLES³⁴?
- 10) O senhor é empreendedor individual³⁵?
- 11) O senhor possui outros negócios na cidade?
- 12) O senhor possui investimentos na cidade?
- 13) É possível estimar quantos por cento de turistas e de locais nesse público alvo

³² Comércio baseia-se na troca voluntária de produtos. As trocas podem ter lugar entre dois parceiros (comércio bilateral) ou entre mais do que dois parceiros (comércio multilateral). Na sua forma original, o comércio fazia-se por troca direta de produtos de valor reconhecido como diferente pelos dois parceiros, cada um valoriza mais o produto do outro. Os comerciantes modernos costumam negociar com o uso de um meio de troca indireta, o dinheiro. É raro fazer-se troca direta hoje em dia, principalmente nos países industrializados. Como consequência, hoje podemos separar a **compra** da **venda**. A invenção do dinheiro (e subsequentemente do crédito, papel-moeda e dinheiro não-físico) contribuiu grandemente para a simplificação e promoção do desenvolvimento do comércio

³³ Hotéis, pousadas, postos de gasolina, lojas (sapataria, camisaria, eletroeletrônicos, ...), mercados/mercantis, restaurantes...

³⁴ O Simple Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007. A partir de janeiro de 2012: ME (receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 -trezentos e sessenta mil reais) e EPP (receita bruta superior a R\$ 360.000,00 – trezentos e sessenta mil reais e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 – três milhões e seiscentos mil reais).

³⁵ Considera-se EI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 e que seja optante pelo Simples Nacional.

Resultados (apontamentos do diário de campo)

I. ARTESANATO

A empresa vende arranjos artesanais e é de propriedade de dois irmãos, apenas um encontrava-se na loja. Ambos nasceram e residem em Pacoti. O entrevistado possui dois cursos técnicos no SEBRAE. O ponto comercial funciona apenas sábado (de 8h as 23h) e domingo (de 8h as 17h). Informou que o movimento de turista, que é seu público alvo, é responsável por 100% das vendas, está fraco. Não possuem funcionários e o ponto é a única renda. Nas férias, a loja abre todos os dias.

II. CALÇADO E LINGERIE

A empresa vende calçados e *lingerie* e é de propriedade de duas amigas, apenas uma estava na loja. Ambas são nascidas e residem em Pacoti. A entrevistada tinha um ponto com atividades AB (alimentos e bebidas) e alegou que devido à diminuição nas vendas, optou por mudar de ramo e há 1 (um) ano possui a loja. A amiga é a dona dos calçados e a entrevistada das *lingeries*, porém ambas trabalham, em horários alternados, na venda de todos os produtos da loja. O ponto funciona a semana toda (de 9h as 16h) e vende mais para clientes locais (cerca de 70%) do que para turistas (cerca de 30%). A loja tem um ano de aberta. A atividade é única fonte de renda para uma delas, que está formalizada como Empreendedora Individual. A outra proprietária não possui registro e trabalha como professora, possuindo então, renda complementar.

III. ROUPAS E VARIEDADES

A empresa vende roupas e variedades e possui uma proprietária. Ela nasceu em Guaramiranga, mas reside em Fortaleza, no Conjunto Ceará. Lá trabalha de segunda a sexta-feira. Em Pacoti possui 2 (dois) pontos de venda de suas mercadorias de sexta-feira a domingo. Alega que 100% de sua venda é para turistas. Sua loja em Pacoti possui 25 (vinte e cinco) anos, mas não é registrada. Ela nos informou que em sua casa em Fortaleza ocorre a produção das peças (vestidos, puxa-sacos etc), com 8 (oito) máquinas. Realizou um curso nas Lojas Esplanada e ela mesma faz o corte das peças, não pagando cortadeira. Além do corte, a proprietária realiza engenharia reversa nas peças, procurando inovações no mercado e comprando peças para desfazer e aprender a confecção. Ela nos disse que a loja em Fortaleza é a que mais dá lucro e que atualmente, algumas vezes precisou pegar dinheiro das vendas de Fortaleza para cobrir os gastos das lojas da outra cidade; ela acredita que possui os pontos em Pacoti também pelo vínculo afetivo, pois se fosse só pelas vendas na cidade natal, não teria. Possui 2 (duas) vendedoras nas lojas de Pacoti, 1 (uma) em cada ponto. Em um final de

semana agitado em Guaramiranga, cidade vizinha, ela nos disse que os dois pontos vendem cerca de R\$ 600,00. No carnaval, conseguiu R\$ 1.200,00. Já na loja de Fortaleza, que possui contratos com empresas em outros estados do Brasil, incluindo Minas Gerais, consegue tirar em torno de R\$ 20.000,00 por mês. O envio das mercadorias é feito através de transporte aéreo (Azul). A proprietária nos contou que as vendas estão caindo e ela acredita que um dos motivos é a abertura de lojas com produtos importados, desfavorecendo o artesão local. Disse também que grande parte das lojas do Centro de Artesanato em Pacoti não possui CNPJ. Reclamou que o público local não valoriza o artesanato da cidade. A comerciante nos deixou à disposição para qualquer dúvida.

IV. DECORAÇÃO E VARIEDADES

As proprietárias são mãe e filha (entrevistada). A proprietária é professora da UFC, do curso de Farmácia, com doutorado em Biotecnologia pela UFC, possuindo outra fonte de renda. Conduz a loja nos finais de semana, passando a semana trabalhando em Fortaleza. A mãe também tem outra renda, como aposentada. A loja possui em torno de 8 (oito) anos de existência e 1 (uma) funcionária (além das donas). A entrevistada nos disse que a loja possui clientes de Guaramiranga e turistas, prevalecendo ainda o turista (cerca de 70%). O ponto aceita cartão, o que aumentou a venda, segundo ela. Disse-nos que sua raiz familiar paterna é de Pacoti e que por isso voltaram a morar no município, possuindo duas casas atualmente. Uma ela aluga e a outra, moram mãe e filha. A professora acredita que o comércio da cidade gira em torno dos festivais e que estes estão diminuindo e que quando ocorre, é um público com menor poder de compra. Ela nos contou que a maioria das lojas do Centro de Artesanato de Pacoti fecha durante a semana e já viu ônibus de turistas chegarem e as lojas estarem fechadas. Acredita que deveriam ser feitas parcerias com operadores de turismo e as lojas deveriam trabalhar com horários fixos.

V. RESTAURANTE E CAFETERIA

Dois homens realizaram a aquisição dos negócios nos últimos 15 (quinze) dias e está passando por algumas mudanças. Um deles já foi funcionário do antigo dono e possui experiência com o ramo, pois já trabalhou também em outros estabelecimentos. Ele nasceu e mora em Pacoti, assim como seu sócio. As funções são divididas entre eles e dois outros funcionários; um administra, é o caixa e também trabalha servindo as mesas; o outro sócio é o chefe de cozinha e os outros dois empregados são garçons. Ambos sócios só tem o restaurante como renda. Ele nos contou que o público é exclusivamente turista, daí só funcionar de sexta-feira a domingo.

VI. MERCADINHO

Falamos com empregado que reside em Pacoti. Ele é o único funcionário (contudo havia três pessoas atrás do balcão) e o proprietário só tem o mercadinho como negócio, mas ele não sabe se o dono possui outros investimentos. O mercadinho atende de domingo a domingo, no horário comercial (manhã e tarde) e o público-alvo é mais o local. Vimos a formalização do negócio (certificado de microempresa) e ela esta aberta a 11 anos.

VII. FARMÁCIA

A proprietária é farmacêutica. Ela reside na cidade, atende de domingo a domingo em três turnos (manhã, tarde e noite) e possui três funcionários (filhos da proprietária). Esta há 12 anos no mercado (e fala pouco).

VIII. VARIEDADES

A empresa é MEI (micro empreendedor individual) e há uma funcionária, atende de domingo a domingo em dois turnos (manha e tarde), está no mercado local a 4 anos e atende principalmente turista (60% turista - 40% local)

IX. RESTAURANTE

O gerente reside no local do empreendimento. O restaurante é aberto de domingo a domingo em três turnos (manhã, tarde e noite) e já está aberto a 02 anos. Possui 05 funcionários, todos eles residentes em Pacoti e é cadastrado ao SIMPLES. Na empresa há duas formas de pagamento (espécie e cartão) e a população alvo são os turistas (80% turista - 20% local)

X. MECADINHO

O proprietário dá o nome ao estabelecimento. Ele reside no local, atende de domingo a domingo em três turnos (manhã, tarde e noite) e está há 15 anos no mercado. Possui uma funcionária (esposa), é cadastrado como Microempresa e atende 70% turista e 30% local.

XI. ASSOCIAÇÃO

A empresa apresenta-se como uma banca de flores cuja proprietária reside em Pacoti. Atende aos finais de semana (sábado e domingo) em três turnos (manha, tarde e noite), está no mercado a 02 anos e seu público alvo são os turistas (90% turista - 10% local).

XII. POUSADA

O proprietário mora em Fortaleza. Há certificado de microempresa, a pousada está a 07 anos no mercado, atende de sexta a domingo, o público é 100% turista (sendo 50% estrangeiro) e possui 04 funcionários, sendo 02 recepcionistas, 02 copeiras / camareiras).

XIII. LOJA DE ARTESANATO

O negócio encontra-se no centro comercial de Pacoti, a proprietária reside na cidade, não participa do SIMPLES, possui dois empreendimentos, o público alvo são os turistas e possui dois funcionários.

XIV. FLORICULTURA

A empresa encontra-se aberta apenas nos dias de quinta a domingo, pois a proprietária reside em Fortaleza. Ela possui outros empreendimentos na Capital, participa de cooperativa de produções de flores, o público alvo é misto e possui um único funcionário.

XV. IMOBILIÁRIA

O empresário não reside em Pacoti, mas a empresa encontra-se aberta de quarta-feira a domingo em horário comercial por meio de quatro corretores. A empresa participa do SIMPLES, possui outros investimentos em Fortaleza com mais de 30 anos no ramo. Seu público alvo é composto de 90% turistas.

XVI. SALÃO DE BELEZA

A proprietária reside em Pacoti e possui outros investimentos na mesma cidade. O salão funciona todos os dias da semana, possui apenas uma funcionária, não participa do SIMPLES e atende apenas turistas (pois os munícipes não vão ao salão).

XVII. SUPERMERCADO

O proprietário reside em Pacoti e não possui outros empreendimentos e investimentos. Ele possui o pensamento de sair de Pacoti e se instalar na cidade de Guaramiranga. A empresa participa do SIMPLES, atende ao público misto entre turistas e o munícipes de Pacoti e funciona de 2ª a 6ª feira, de 08h00min as 21h00min.

XVIII. CHURRASCARIA

Os empresários residem em Pacoti e não possuem outros investimentos. A empresa não participa do SIMPLES, e atende nos finais de semana 80% de turistas. E não falaram mais.

APÊNDICE D – Entrevista com os operadores do *Trade* Turístico em Aratuba e Mulungu

Instrumento de pesquisa aplicado com oito operadores do *trade* turístico (restaurantes, pousadas, hotéis, artesanato) com o objetivo de identificar as práticas da gestão dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Turismo nos municípios de Aratuba e de Mulungu e analisar se o modelo de APL é passível de ser utilizado como desenvolvimento local.

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE: Assinale no item abaixo o número relativo a informação referente a sua resposta.

A) Sexo: 1 Masculino 2 Feminino

B) Faixa etária 1 -/= a 30 anos 2 Acima de 30 anos.

C) Tempo de Empresa: 1 Até 3 anos 2 De 3 até 5 anos 3 Acima de 05 anos

D) Tempo no setor atual 1 Até 3 anos 2 De 3 até 5 anos 3 Acima de 05 anos

E) Grau de instrução completo 1 Analfabeto 2 Ensino Fundamental 3 Ensino Médio 4 Ensino Superior 5 Pós-Graduação (Lato) 6 Pós-Graduação (Strictu)

F) Cargo Ocupado 1 Proprietário 2 Principal Acionista 3 Diretor geral 4 Gerente geral 5 Supervisor 6 _____

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA: Assinale no item abaixo o número relativo a informação referente a sua resposta.

A) Qual é a estrutura acionária da sua empresa? 1 Único proprietário 2 Sociedade (limitada com terceiros) 3 Sociedade (limitada com familiares) 4 Outro (_____)

B) A empresa possui 1 Até 03 anos de vida 2 De 03 a 06 anos de vida 3 De 06 a 09 anos de vida 4 Acima de 10 anos de vida

C) A empresa possui atualmente 1 Até 09 funcionários 2 De 10 a 20 funcionários 3 De 21 a 49 funcionários 4 De 50 a 99 funcionários

D) O faturamento anual médio da empresa é 1 Até R\$60.000,00 2 De R\$61 mil até R\$244.000,00 3 De R\$244 mil e até R\$1,2 milhão 4 Acima de R\$1,2 milhão

CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

A) Sr/Sra participa de alguma associação em Aratuba/Mulungu?

B) Sr/Sra participa de algum sindicato em Aratuba/Mulungu?

C) Sr/Sra participa de algum grupo empresarial em Aratuba/Mulungu?

D) Quais os principais motivos que levaram a se associar e a se manter associado a uma cooperativa, grupo ou associação?

E) A empresa realiza o planejamento das atividades da sua empresa em conjunto com outras empresas no município?

F) A empresa realiza capacitação / treinamento em conjunto com outras empresas no município?

- G) A empresa compra máquinas e equipamentos em conjunto com outras empresas no município?
- H) A empresa realiza rateio de custos com capacitação / treinamento em conjunto com outras empresas no município?
- I) A empresa desenvolve novos produtos em conjunto com outras empresas no município?
- J) A empresa realiza oferece novos serviços em conjunto com outras empresas no município?
- L) A empresa possui convênios com faculdade, escola técnica e/ou universidade?
- M) A empresa realiza reuniões com a prefeitura e/ou secretarias do município?
- N) A empresa tem acesso a alguma revista e/ou publicação do setor?
- O) A empresa possui algum apoio financeiro governamental ou não governamental (ex. isenção de impostos, subsídios, etc.)?
- P) Existe algum compromisso da empresa com o desenvolvimento e economia local no município de Aratuba/Mulungu?
- Q) Existe algum compromisso da associação com o desenvolvimento e economia local no município de Aratuba/Mulungu?

APÊNDICE E – Entrevista aplicada com a Gestora da Indústria de Cerâmica Baturité Ltda.

Instrumento de pesquisa aplicado com a gestora da Indústria de Cerâmica Baturité LTDA com o objetivo de analisar a relação entre do setor industrial com o desenvolvimento local, econômico e sustentável, bem como a ação e relação da indústria com o entorno (Transcrição da Entrevista).
Entrevistada: Vilancy Borges

CARACTERIZAÇÃO DA RESPONDENTE:

A) Sexo:

Feminino

B) Faixa etária:

Acima de 30 anos.

C) Tempo de empresa:

De 3 até 5 anos.

D) Tempo no setor atual:

De 3 até 5 anos.

E) Grau de instrução (escolaridade):

Ensino médio.

F) Cargo ocupado:

Gerente administrativo.

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA:

A) Estrutura acionária da sua empresa:

Sociedade (Ilimitada com familiares).

B) A empresa possui:

Acima de 10 anos de vida (30 anos especificamente).

C) A empresa é composta atualmente por:

Acima de 50 funcionários (68 funcionários).

D) A empresa possui:

100% residem na mesma região onde trabalham (maciço).

E) O faturamento anual médio da empresa é:

Entre R\$ 1,2 milhão a 1,5 milhão ao ano.

CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1) A empresa participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa local no município?**

Não.

- 2) Quais os principais motivos que levaram a se associar e a se manter associado?**

Não, eu já tenho trabalho demais, inclusive aqui não têm uma associação, deve até ter uma associação, mas nunca chegaram até mim para me convidar não, têm o CDL, mas aqui é indústria, né...

- 3) A empresa participa de algum grupo empresarial na região?**

Não.

- 4) A empresa realiza planejamento das atividades da sua empresa?**

Realiza sim, tudo que agente vai fazer agente planeja, inclusive agente tá querendo colocar o barro agora, já tá planejando como vai fazer, como é que o segmento, né.

- 5) A empresa realiza treinamentos e capacitação com os seus funcionários?**

Sim, agente chama, conversa, não fora, mas aqui dentro mesmo na empresa, o que que agente pode melhorar, muda de setor, se não estar se adaptando a esse setor...pra melhorar a produção...

- 6) A empresa compra máquinas e/ou equipamentos para renovar suas tecnologias de produção?**

Sempre não, agente já renovou o maquinário né, agente tinha um maquinário antigo hoje nós temos um maquinário novo, é melhorando a produção e assim, sempre não, né, só quando há necessidade...

- 7) A empresa oferece outros serviços ou produtos além da atividade de produção principal?**

Não, somente a produção de tijolos e lajes.

- 8) A empresa realiza reuniões com a prefeitura e/ou secretaria do município?**

Não.

- 9) A empresa possui convênios como faculdades, escolas técnicas e outras entidades?**

Não.

- 10) A empresa possui algum apoio/incentivo financeiro governamental ou não governamental?**

Não.

- 11) Como empresário (a), você prefere importar a mão de obra ou trabalhar apenas com a mão de obra local? Por quê?**

Mão de obra local, com certeza...

Por que o custo seria mais barato...

12) Qual a perspectiva de geração de emprego e renda até dezembro/2012?

Não assim, agente contrata, agente tem uma turma, agente não vai mais contratar até dezembro, até por que vem o inverno. O inverno agente já não, praticamente trabalha feito formiguinha, trabalha, trabalha, quando chega o inverno agente dá uma paradinha, por que muita chuva não consegue, o barro molha, a madeira também molha, então agente não contrata muitas pessoas até Dezembro por conta de Janeiro agente já tem que diminuir os funcionários. Então eu dou férias para algumas pessoas, é por turma pra não colocar ninguém pra fora por que todos trabalham com carteira assinada. Agente deixa um pouco das férias para Janeiro, Fevereiro e março, faz um rodízio de férias nesse período.

13) Como funciona esta iniciativa da empresa na promoção do desenvolvimento do município?

Eles não estão muito preocupado com agente não, sabe assim eles não se preocupam em crescer a cidade não. Quem cresce a cidade na realidade são os comerciantes... a prefeitura não esta preocupada com isso não...eles nunca nem vieram aqui para conversar sobre isso...Quando eu cheguei, alguns funcionários ainda não tinham suas casas, tinha apenas o terreno, e por iniciativa minha, ai vamos comprar o material e pagar de 12 vezes vamos ver como é que agente paga diminuir o material para vocês...

14) Qual a relação que a empresa possui com o meio ambiente?

Amiga agente trabalha exatamente queimando lenha e o barro, sabe assim, agente se preocupa, se preocupa sim, agente poderia mudar, poderia mudar, mas ficaria muito caro colocar pra queimar com óleo diesel, né. De uma certa forma agente trabalha com a lenha que é no meio ambiente... né...

15) Como o meio ambiente interfere nas decisões da empresa? Ou seja, a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável influencia nas decisões da empresa?

Há uma preocupação, é tanto que a minha preocupação desde quando cheguei aqui com o meio ambiente, foi de que, de não queimar com tanta madeira, de queimar com cajueiro por que o cajueiro se renova a cada ano... então agente queima mais com cajueiro, é tanto para não degradar tanto o meio ambiente...

16) Existe algum programa interno que trabalha o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente?

Não.

APÊNDICE F – Entrevista com dois gestores do setor imobiliário em Guaramiranga

Instrumento de pesquisa aplicado com o gestor da IMOBILIÁRIA A com o objetivo de identificar a gestão por competência no setor e relacioná-la com a gestão territorial, com a exploração do mercado imobiliário e com fatores pertinentes à sustentabilidade, gestão ambiental e desenvolvimento local. (Transcrição da Entrevista).
Duração: 00h:11m:10s.

Ricardo Cesar: Hoje 27 de abril de 2013, estou na imobiliária G.I. em Guaramiranga, Ceará com o proprietário Sr. J.V. Sr. J.V. gostaria de fazer uma entrevista com o senhor e gostaria de saber se é possível gravar essa entrevista.

JV – Pode ser, tranquilo.

RC: O senhor já está há quanto tempo no mercado?

JV – Há uns 15 (quinze) anos.

RC: Essa sua imobiliária sempre foi própria?

JV – Não, está com uns 8 (oito) anos que é minha, de propriedade minha.

RC: Como é que se dá concorrência das imobiliárias aqui em Guaramiranga?

JV – Na realidade é muito pouca a concorrência *né*, eu já tenho imobiliária aqui, eu fico direto aqui, entendeu, dia-a-dia aqui, só vou *pra* Fortaleza mesmo *pra* fechamento. Eu cuido dessa região de Aratuba, Mulungu, Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, na realidade, pode-se falar que trabalhando mesmo diuturnamente é Guaramiranga Imóveis.

RC: O senhor recebe informações periódicas de mercado? Como é que estão as exigências dos clientes, se querem duplex, triplex, o tamanho de apartamento, essas informações de mercado, como é que o senhor obtém?

JV – Olha, eles..., eles, preferem mais próximo à cidade, condomínio, *né*, e que seja mais casa plana *né*. Quem compra mais aqui é quem vem com uma pessoa mais adulta, um senhor, uma senhora, que quer *tá* perto da cidade e que seja uma casa plana, que não seja duplex... é, e mesmo assim o pessoal tem muito a fazer duplex, triplex, mas a pedida mais é casa plana e mais próxima a cidade.

RC: Esse seu público, ele é mais estrangeiro, é mais nacional ou é mais de Fortaleza?

JV – É mais de Fortaleza, tem muito pouco de fora, estrangeiro tem muito pouco.

RC: O senhor pode me citar alguma rotina, algum processo aqui da imobiliária G.I.?

JV – Processo como assim?

RC: Um processo de atendimento de cliente, um processo de apresentação do produto ou até de comunicação da empresa para com o mercado?

JV – Temos..., eu faço propaganda na televisão, na Diário Turismo (*emissora de TV*), eu faço nos classificados do Diário (*jornal*), eu tenho *outdoor*, tenho placas, tenho panfletos, enfim, tenho uma infinidade de...de... propaganda.

RC: O senhor utiliza a internet, a informática também como ferramenta de divulgação?

JV – É a principal. Internet hoje é melhor do que o jornal. A pessoa chega em casa, o empresário, passa o dia no trabalho, vai lá na internet e vai ver os produtos que tem os imóveis no interior, então ele veem mais. Hoje eu recebo mais telefonemas através de internet do que o próprio jornal.

RC: Como é que o senhor gerencia o seu pessoal aqui, como é que senhor lidera os seus liderados, como é que é feita a gestão de pessoas da G. I.?

JV – Aqui eu tenho 7 (sete) corretores, tenho uma secretária, consequentemente temos também a parte de cartório que é aqui de lado com a imobiliária nós temos a gerência de imóveis e... essa é a equipe *pra* atender todo dia aqui no plantão *né*, na parte de documentos, na parte de mostragem de sítios, a gente tem uma equipe pronta *pra* atender e realizar os sonhos das pessoas que aqui chegam.

RC: Além do que a legislação permite, das obrigações, os salários, alguns benefícios, existe outra forma de motivar o trabalho do funcionário?

JV – Olha aqui é que nem eles dizem, eles, eles me acham um bom patrão porque eu chego junto e tudo, na ajuda de custo, no combustível, ou seja, ninguém aqui paga telefone quem paga é a empresa, o próprio transporte deles, às vezes eu ajudo na parte de... de... combustível, a propaganda que tem, os cartões de visita, tudo isso é pago pela imobiliária.

RC: Saindo um pouco de Recursos Humanos e indo para parte financeira: O senhor utiliza alguma ferramenta para gerenciar o que entra na sua empresa e para onde entra, e que sai da sua empresa e para onde sai?

JV – Nós temos um escritório de contabilidade que faz toda essa parte.

RC: Então essa parte financeira é toda terceirizada?

JV – Toda terceirizada. A parte financeira é toda terceirizada.

RC: E como é que eu posso medir a qualidade do serviço da G.I.?

JV – Como assim?

RC: A percepção que os clientes têm de qualidade em relação ao produto, em relação ao atendimento, o que é que o senhor percebe de qualidade aqui na sua empresa?

JV – O principal na minha empresa não é nem as propagandas que tem, nem os *outdoors*, nem a televisão, é o atendimento que nós damos aqui ao nosso cliente. Então, o cliente aqui ele se sente em casa ele se *tornam* uma família. Aqui a gente mostra a verdade, fala a verdade, vende a realidade, mesmo porque eu tenho 15 anos aqui, a imobiliária aqui, é por isso que ainda está aqui, por sinal as pessoas que aqui chegam é mais é indicação, “procura o J. V. (*fala*

o próprio nome) que ele conhece a serra, que ele mora lá, que ele vai dar toda a explicação” então, aqui nós temos a pós-venda que é mais importante e isso é *pra* existir em Fortaleza ou em grandes centros urbanos, o corretor não se preocupar só com a comissão, ele tem que fazer a pós-venda, a pós-venda o que é: o cara quer, aqui por exemplo, o cara quer um pedreiro, eu indico, quer um arquiteto, eu indico, quer um cara que faça calçamento, cerca, eletricidade, hidráulica, tudo isso, o cliente sai todo informado aqui através da imobiliária, então tudo que tem aqui hoje, até ele quer mandar alguma coisa *pra* Fortaleza um cara que me compra um sítio “V., eu tenho que trazer uma bananas *pra* mim aí, tu traz? Levo”, “V. tem que pagar o caseiro, paga *pra* mim aí que eu deposito na tua conta” todo esse trabalho a G.I. faz.

RC: Em relação à sua equipe, Sr. J.V., o senhor acha que a sua equipe trabalha direitinho, trabalha unida, motivada, ou tem problemas?

JV – Nenhum, aqui todos trabalham felizes, todos vivem bem todos têm seus transportes ganhos aqui. Na imobiliária nós temos um expediente que funciona de 8 às 18 (*horas*) da noite no final de semana, no sábado a gente fica até um pouco mais tarde a pedido dos clientes *né*, então aqui até agora esses corretores eles, eles..., diz eles é que tem a mim como um pai *né*, então é sinal que a gente trabalha bem mas por quê? É porque eles também merecem, o tratamento que eu dou para meu cliente eu ensino *pra* eles e é a mesma coisa, tem um filho meu chamado Daniel que faz a parte de locação, tem o Aílton que é o gerente de vendas e o restante são os companheiro do dia-a-dia.

RC: Ideias que esses companheiros, que esses colaboradores trazem para o senhor ao longo do dia, ao longo de uma semana ou ao longo de uma quinzena, o senhor analisa, ver a viabilidade, se der certo implanta se não der certo explica por que não deu e descarta?

JV – Olha eu mando, por exemplo, a pessoa vem aqui atrás de um terreno, a primeira coisa que eu faço *pra* ele é dar as informações perante o meio ambiente *né*, as empresas que fazem a fiscalização que é a prefeitura e a SEMACE (*Superintendência Estadual do Meio Ambiente*), depois disso faz topografia, vem o arquiteto, então aí ele só vai comprar esse terreno a mim depois de todos esses estudos, eu já dou porque eu já tenho a experiência já tenho um convívio com SEMACE, com prefeitura então ele já sai daqui já ele vai na SEMACE se quiser ou na prefeitura se quiser porque eu já tenho toda essa lei na minha mão, o que *que* ele pode fazer comprando um imóvel, que tamanho a casa que ele pode fazer, a distância de um riacho a distância de um morro, então toda essa informação tem que dar para eles, então, eles... eles... isso é muito bom, já sai sabendo o que vai fazer.

RC: Em relação à treinamento, capacitação, cursos dos funcionários, como é que empresa se posiciona em relação à isso?

JV – Hoje *tá* tão bom, eu sei que curso é especial, mas hoje tudo o que você quer saber, você vai *pro* computador, se você quer saber alguma coisa sobre intermediação imobiliária, você vai no computador que ele diz tudo, o *Google* diz tudo *né*, aí eu disse *pros* meninos aqui “olha vá fazer um curso de intermediação imobiliária” ele clica aqui e já sabe onde é que tem, já tem explicação no computador, ele já sabe, pelo computador ele já sabe o que é uma escritura de posse, uma escritura de cessão de herança, usucapião, uma matrícula 100% correta, tudo

isso hoje, hoje o computador diz, ele vai *pro* curso porque isso é bom porque é um incentivo, mas, tudo o que eu aprendi hoje, até onde eu estou foi através do computador, eu mesmo J.V., só fiz um curso na minha vida, dois *né*, um curso de corretor e depois eu fiz um curso que houve sobre Intermediação Imobiliária, mas isso eles já têm, mas eu até falei *pra* eles fazerem também, não ir só pelo computador não.

RC: Para finalizar Sr. J.V., ideias que os seus funcionários têm, tragam para o senhor, como é que o senhor faz com essas ideias novas, alguma coisa criadora, alguma coisa que a imobiliária ainda não tem e que parte deles a ação, como é que o senhor se posiciona?

JV – Tudo que tem aqui foi ideia deles, *pra* inovar a imobiliária, é..., sempre eu reúno e cada um dá a sua participação, por exemplo, agora eu coloquei na frente da imobiliária uma TV de 46 polegadas que ela fica de frente *pra* praça à noite então fica passando todos os nossos imóveis, quem *tá* na praça *tá* vendo, então o cliente se interessou, viu alguma coisa ele já vem na imobiliária *né*, a parte de propaganda que eu faço, no próprio *site* é bem programado.

RC: Quero agradecer sua participação, obrigado pelo seu tempo, pela sua disponibilidade, pela contribuição que o senhor tá dando, boas vendas para o senhor, bom fim de semana.

Instrumento de pesquisa aplicado com o gestor da IMOBILIÁRIA B com o objetivo de identificar a gestão por competência no setor e relacioná-la com a gestão territorial, com a exploração do mercado imobiliário e com fatores pertinentes à sustentabilidade, gestão ambiental e desenvolvimento local. (Transcrição da Entrevista).

Duração: 00h:11m:17s.

Ricardo Cesar: Estamos aqui, com R.C. (*funcionário da imobiliária B*) que trabalha na imobiliária M.M. aqui em Guaramiranga há seis anos como corretor de imóveis e vai tratar de temas sobre as competências da imobiliária M.M. Sr. R.C. obrigado primeiramente por ter aceitado o nosso convite. Quero agradecer ao Sr. M.M. (*proprietário da imobiliária B*) pelo envio do instrumento de pesquisa solicitado pelo pesquisador via e-mail. Quero saber se podemos gravar esse momento com você?

RC – Pode.

RC: Sr. R.C. a gente queria conhecer como é que está o mercado concorrente da imobiliária aqui em Guaramiranga?

RC - Olha aqui o mercado ele... como é que eu posso te explicar...depende muito em função do turismo, bem sazonal *né*, e com questão a concorrência aqui, a gente fala até que talvez não tenha uma concorrência, tem uma parceria com a própria categoria, porque, como são, a cidade é pequena geralmente os mesmos imóveis os dois anunciam agente faz questão da parceria troca de... de... de clientes no caso *né*, por exemplo, ele tem um determinado imóvel que a gente não tem, mas tem o cliente a gente junta, faz a parceria.

RC: Ok, então são só duas imobiliárias no setor e existe essa parceria. Qual o objetivo dessa parceria?

RC – Olha é o sucesso das partes *né*, e a satisfação do cliente é claro, quando eles vêm aqui a gente procura ao máximo resolver o problema dele.... e consequentemente as duas vão se beneficiar como, no caso o percentual vai ser dividido, então *pras* duas empresas eu acredito que *seje* interessante essa parceria.

RC: Então todo mundo ganha, a imobiliária que tem o imóvel, a imobiliária que tem o cliente e o cliente por ter conseguido aquilo que ele quis?

RC – Exatamente. Todas as partes envolvidas elas são beneficiadas *né*.

RC: Você tem informações sobre as tendências do mercado, se o pessoal está preferindo mais duplex, triplex, se o pessoal vem para cá por conta do clima, por conta da culinária, por conta do lazer. Você tem essas informações de tendências de mercado?

RC – Olha aqui é o seguinte é... o que atrai o pessoal *pra* cá certo, é uma coisa que eles conseguem conciliar que é o lazer e o investimento isso tem atraído bastante porque por exemplo aqui tem determinados imóveis que, pela valorização você comprando fazendo algumas pequenas alterações, melhorando o imóvel, isso a longo prazo ou a curto prazo você tem uma rentabilidade boa *né*, aí o pessoal concilia o lazer com o investimento, eu passo um tempo utilizando um imóvel entendeu, no momento que, de repente sei lá, eu precise me capitalizar você vende aquele imóvel ele vai ter um retorno quase que imediato *né*, e em alguns casos ele não tem o prejuízo, ou ele recupera o que ele investiu ou ele tem uma margem de lucro. Isso é que tem atraído o pessoal... A questão do clima também é o ano todo

né, o clima é bem agradável, a questão da localização também da cidade isso facilita muito, e é isso.

RC: O fato de ser perto de Fortaleza também, 110, 120 km?

RC – Não, isso contribui bastante *né*, você vê tem a estrada nova agora que foi feita pelo governo do estado *né*, que sai ali em Campos Belos, pega a 020 (*BR 020, rodovia federal*), muita gente já *tá* vindo por ela porque já encurtou mais a distância *né*, o tempo também diminui *pra* vim *pra* cá e das serras essa é mais próxima *né*, isso contribui muito *pra* isso.

RC: Em relação às rotinas, aos processos aqui da imobiliária, você pode citar uma dessas rotinas, um desses processos que você conhece com muita propriedade?

RC – Uma coisa que temos aqui é a questão mais de divulgação *né*, uma coisa que a gente foca muito, a questão dos anúncios nos jornais, a questão de internet agora que é a ferramenta que todo mundo *tá* usando isso a gente tem feito bastante, a questão de placas também. O foco maior é a questão da divulgação, e a gente se preocupa também em divulgar a cidade e não só os imóveis que a gente tem que, de certa forma a gente divulgando, mostrando a cidade, isso traz o público *né*.

RC: Esse público, Rafael, ele é mais turista de Fortaleza, ele é mais turista nacional ou ele é mais turista estrangeiro?

RC – Ele é turista nacional certo, eu posso te dizer que em torno de 70% *seje* de Fortaleza. O restante, os 30, aí a gente pode expandir *pro* país, entendeu, em sua maioria são turistas de Fortaleza.

RC: Falando um pouco da gestão da M.M., você já falou da comunicação, que é muito presente aqui na imobiliária a gestão de marketing, mas, como fica a gestão de pessoas aqui na M.M.? Existe essa proximidade com a direção, existe algo além dos benefícios, os próprios salários são pagos em dia...

RC – São, são. A gente até brinca que no caso aqui a gente não é funcionário, a gente é parceiro, porque no meu caso, eu sou corretor e não tenho nenhum vínculo empregatício com a imobiliária, mas a gente é, tem a história da parceria *né*, eu presto serviço entendeu, o contato que a gente tem com o dono da empresa é direto é constante entendeu, e assim a gente troca experiência, a gente procura solucionar os problemas, uma coisa até de ordem pessoal, *né*, isso aí é uma coisa muito presente.

RC: Como é que fica a questão da gestão financeira? Como é que vocês acompanham o que gastam, o que vendem, o que recebem, as despesas?

RC – Olha, isso ele (*proprietário da imobiliária*) faz um balanço. Eu acredito que a cada mês ele faça isso *né*, porque são duas imobiliárias *né*, essa aqui é uma filial e ele tem a matriz...

RC: Que é em Fortaleza?

RC – Isso, a matriz é em Fortaleza, aí a gente tem uma certa noção do que acontece aqui, *né*. Ele sempre faz isso todo mês, a cada quinze dias a gente se reúne *pra* ver o que pode ser feito, o que pode ser melhorado, entendeu?

RC: Você já falou que a internet é uma ferramenta poderosa, vocês utilizam outra ferramenta de informática? Facebook, enfim?

RC – Ah, *Facebook* agora é... também é uma coisa que é do momento *né*, aí a gente costuma muito fazer postagens. Toda semana a gente posta alguma coisa relacionada aos imóveis, alguma coisa relacionada à cidade *pra* trazer gente *pra* cá *né*, é o que a gente tem usado bastante.

RC: Em relação à qualidade, como é que se pode perceber a qualidade da imobiliária M.M.?

RC – Eu acredito que pela satisfação dos clientes entendeu, isso aí já transparece a qualidade do nosso trabalho *né*. Não temos assim... reclamações, pessoas insatisfeitas certo, a gente sempre dá continuidade ao trabalho, a gente não faz só a questão do vender em si, é o pós venda ele é muito presente *pra* gente aqui até porque a cidade é pequena certo, aí a gente sempre, a noite a gente sai *pra* rua se depara com ex cliente, alguma coisa assim do tipo. Isso é bem presente por isso a gente sempre *dá* esse acompanhamento.

RC: Bom, você falou aqui que a equipe trabalha junta. Como é feito esse trabalho em equipe? Quantos funcionários têm, como é que é feito o rodízio, quem é quem aqui dentro da Imobiliária M.M.?

RC – Olha nós temos uma secretária executiva *né*, que fica mais com a parte burocrática, que coordena as coisas aqui, temos dois corretores que ficam mais voltados para a parte de captação, *pra* fotografar os imóveis, que tem o contato ali com o cliente e temos mais um funcionário que ele fica mais direcionado *pra* dar assistência *né*, dar um suporte tanto na questão de locação como na questão da venda, da captação ele fica mais com..., ele abrange tudo *né*, mais nessa parte.

RC: Você disse que consegue se reunir com a direção da empresa de 15 em 15 dias. Quando vocês têm alguma ideia, alguma solução criadora, ele escuta, permite aplicar, ver a viabilidade ou não, é na base do ‘quem manda sou eu’ e pronto?

RC – Ah, ele é bem... ele é bem receptivo quanto à isso, entendeu. Ele vai primeiro analisar se é viável, se for viável ele executa, mas ele sempre *tá* aberto *pra* sugestões, entendeu, *pra* críticas também, a gente sempre troca experiências *né*, isso é muito constante no dia-a-dia da gente.

RC: Você falou que é corretor tem outro corretor também, para ser corretor precisa fazer um curso. Como é a questão da aprendizagem aqui? Vocês fazem cursos periodicamente, são estimulados a fazer cursos, a empresa ajuda, não ajuda, enfim, como é a questão da aprendizagem aqui?

RC – Olha é como eu te falei, essa questão aí a gente troca experiências *né* e sempre quando tem algum... algum curso, alguma coisa do tipo a gente é comunicado, ele sempre fala “ó, procurem esse curso” a gente também já procura melhorar cada dia essa questão do atendimento. Com relação ao curso de corretagem, ele é feito em Fortaleza...no Sindi...

RC: No CETREDE (Centro de Treinamento e Desenvolvimento)?

RC – É, o CETREDE e o Sindimóveis (*Sindicato dos Corretores de Imóveis*), aí tem que procurar.

RC: Você tem uma mensagem final que possa falar sobre a M.M. aqui em Guaramiranga?

RC – Olha, o que eu posso dizer é o seguinte, é uma frase que era até um *slogan* que ele usava durante um tempo e o que eu posso dizer é isso que “a imobiliária é a satisfação de quem nos procura em negócios imobiliários”.

RC: Gostaria de agradecer a participação do Sr. R.C., ele é corretor da imobiliária M.M. neste dia de 27 de abril de 2013.

RC – De nada, disponha.